

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE 5ª A 8ª SÉRIES

EDEÍLSON MATIAS DE AZEVEDO

EDEÍLSON MATIAS DE AZEVEDO

**REFLEXÕES SOBRE A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS
DE 5ª A 8ª SÉRIES**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia, Junho de 2003

Azevedo, Edeílson Matias de. (1972 –)

Reflexões Sobre a Temática da Inconfidência nos Livros Didáticos de 5ª a 8ª Séries / Edeílson Matias de Azevedo – Uberlândia, 2003.

107 fl.

Orientadora: Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

1. Livros Didáticos. 2. Inconfidência Mineira. 3. Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).

EDEÍLSON MATIAS DE AZEVEDO

**REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA INCONFIDÊNCIA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE 5ª A 8ª SÉRIES**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Christina da Silva Roquette Lopreato – Orientadora

Profª. Ms. Leila Floresta de Oliveira – ESEBA/UFU

Profª. Ms. Sandra Cristina Fagundes de Lima – FACED/UFU

Aos meus pais, Jacira e
Espetido, que, desde a minha
tenra idade, fizeram questão de
mostrar o valor da educação.
Também por terem me apoiado
em muitos momentos difíceis da
minha vida. Dedico também a
Florentino Matias (*in memoriam*),
avô de presença constante.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Christina da Silva Roquette Lopreato, orientadora desse trabalho, que despertou em min o interesse pela pesquisa.

Às companheiras Jane Machado, Leandra Silvério e Jussara Miranda e aos companheiros Renato Jales e Tadeu Pereira, pela sincera amizade.

Ao companheiro Paulo Machado, pelas proveitosas conversas e pela sincera amizade que se estabeleceu desde o meu ingresso na *Consulta Popular*.

A Raquel Tibery, companheira sempre presente.

A Raquel Matos, pela sinceridade.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

RESUMO

Com este trabalho, procurei analisar o conteúdo relativo à temática da Inconfidência Mineira em alguns livros didáticos de História destinados às séries finais do Ensino Fundamental: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª. Para que esse objetivo fosse alcançado, selecionei somente livros que foram indicados pelo *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*. Através da análise, busquei compreender questões tais como a elaboração do próprio Guia para que fosse possível realizar um trabalho que não envolvesse exclusivamente o estudo do conteúdo em si, mas que apresentasse problemáticas relacionadas ao livro didático, como, por exemplo, a importância que ocupou no processo de ensino e aprendizagem e o trabalho que os técnicos do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Fundamental, vêm desenvolvendo desde o ano de 1995 na elaboração de critérios com o intuito de selecionar bons livros didáticos a serem distribuídos aos milhares de estudantes que frequentam o Ensino Fundamental. A abordagem dessas questões – centralidade das obras didáticas, a seleção dos livros didáticos e a elaboração do Guia – são fundamentais para este trabalho. A avaliação dos livros didáticos, iniciada em 1995, tornou quase obrigatória a revisão de conteúdo por parte de seus autores e isso demonstra que houve, e ainda há, preocupação dos responsáveis pelas editoras de livros didáticos em produzir obras que estejam isentas de erros conceituais como acontecia no passado, isto é, antes de 1995. Face a isso, o conteúdo e todas essas questões assinaladas são merecedoras de estudos, pois embora haja a preocupação dos técnicos do Ministério da Educação em disponibilizar livros didáticos de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino, estes continuam tendo acesso ao conhecimento por meio de conteúdos, em muitos casos, insuficientes e precários para uma boa formação intelectual. Todas essas problemáticas e a pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo dos interesses pessoais*, por mim desenvolvida entre agosto/2001 e julho/2002, colocaram-me diante da tarefa de fazer um estudo sobre como a temática da Inconfidência Mineira é apresentada nos livros didáticos, a qual foi cumprida de forma absolutamente prazerosa e apaixonante.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Breve histórico do Livro Didático no Brasil	16
Capítulo 2 – O tema da Inconfidência Mineira nos livros didáticos	42
Considerações Finais	98
Bibliografia	107

INTRODUÇÃO

A chamada “revolução documental” da década de 70 – século XX – possibilitou aos historiadores o alargamento no campo da pesquisa histórica com a incorporação de variados tipos de documentos. Além dos documentos escritos deixados por gerações que nos precederam, outras formas de registro da ação humana passaram a ser consideradas como documento, o qual o historiador pode lançar mão para a produção do conhecimento histórico. Música, escritos literários, cerâmicas, fotografia, moedas, instrumentos musicais, a imagem cinematográfica, teatro, etc. Todos estes, e tantos outros, constituem-se “... numa multiplicidade de documentos possíveis para o trabalho do historiador, indo muito além da concepção tradicional, que entendia documento como sendo fundamentalmente um vestígio do passado”¹.

Essa multiplicidade de documentos é ainda incrementada se pensarmos em algumas dimensões do cotidiano dos sujeitos históricos. Por exemplo, “... a cozinha, que por sua vez testemunha a favor de dois setores de importância crescente no campo da história, o da civilização material e o das técnicas ...”². Nessa “revolução documental”, “... o livro, considerado como um produto de massa e não mais como produção da elite, exemplo particular da revolução quantitativa em história”³, também adquiriu *status* de documento. Esse *status* não ficou restrito aos livros produzidos no passado, sendo estendido a uma categoria de livro bastante utilizada na transmissão didática do conhecimento produzido na academia: o livro didático.

Com a crescente importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, a obra didática começou a constituir-se em objeto de estudo tanto na área da educação quanto na da História. No Brasil, os estudos pioneiros na abordagem do livro didático datam das décadas de 50 e 60 – século passado. Um pouco antes, em 1944, já era publicada, pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Educação, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* que enfocava a questão do livro

¹ LIMA E FONSEA, Tahis Nívea. O livro didático e a sala de aula: possibilidades de abordagem. In: **Anais do XI Encontro Regional de História: História e exclusão social** – ANPUH-MG. Uberlândia: Edufu, 1998. p.25.

² LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Apresentação. In: **História: novos problemas**. 2. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.14.

³ Ibid., p.14.

didático. Alguns anos depois, os *Cadernos de Pesquisa*, publicação da Fundação Getúlio Vargas desde 1970, configurou-se num importante meio de divulgação dos estudos realizados acerca do livro didático, os quais priorizaram o conteúdo com variados enfoques. Muitas pesquisas posteriores à década de 70 se seguiram quase sempre privilegiando, como enfoque principal, o conteúdo. Entretanto, pesquisas de fôlego começaram a desenvolver-se a partir dos anos 80, e ganharam maior dimensão nos anos 90. Nos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia, o livro didático, como objeto de estudo, ainda é abordado de forma tímida nos trabalhos monográficos.

Nessa pesquisa, além da discussão sobre o livro didático não estar dissociada da discussão do contexto geral do sistema educacional brasileiro, tampouco do processo de ensino e aprendizagem, o enfoque principal é o conteúdo dos livros didáticos com ênfase na temática da Inconfidência Mineira, tendo, para isso, como um dos pressupostos a pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*. Faz-se necessário ressaltar que “o tratamento crítico do livro didático começa, obviamente, pelo próprio texto que é, em geral, o primeiro elemento de contato entre leitor e livro”⁴. Assim sendo, o conteúdo adquire destacada importância pelo fato de os livros didáticos o apresentar de forma bastante simplificadora, prejudicando o aprendizado dos estudantes.

Esse trabalho está estruturado em dois capítulos que se complementam. No primeiro, as discussões estão voltadas para a relação estabelecida entre o livro didático e o processo de ensino e aprendizagem. Relação esta essencial para o desenvolvimento das discussões realizadas, principalmente porque a obra didática tem se constituído, em boa parte dos estabelecimentos de ensino público do Brasil, no único material pedagógico que os professores têm utilizado para a transmissão do conhecimento. No segundo capítulo, o conteúdo dos livros didáticos relativo à Inconfidência Mineira é analisado de forma pormenorizada, cujo intuito não é condenar o livro didático, mas realizar uma investigação que seja produtiva no sentido de apontar as possíveis falhas encontradas, bem como os acertos, pois não posso desconsiderar “... seu papel no ensino de história e sua inserção no processo educacional como um todo”⁵.

⁴ LIMA E FONSEA, Tâmis Nívea, *op. cit.*, p.25.

⁵ *Ibid.*, p.25.

Com as análises apresentadas no primeiro capítulo, pretendi construir um rápido histórico do livro didático no Brasil, procurando discutir as circunstâncias nas quais o livro didático foi adotado como meio, senão eficaz, pelo menos mais simples, de transmitir o conhecimento, seja da produção historiográfica, seja de qualquer outra área do conhecimento.

O capítulo é iniciado tendo como ponto de partida os primeiros anos dos oitocentos. Foi por essa época que os primeiros livros, destinados aos estudantes que iniciavam sua vida escolar, começaram a ser adotados. Primeiramente, conforme foi constatado, foram adotados livros cujo objetivo era fazer com que os estudantes aprendessem a ler, despertando e estimulando nestes o gosto pela leitura.

Tendo, então, elegido tal ponto de partida, apenas fiz uma espécie de sobrevôo nos primórdios do livro didático no Brasil, apontando tão somente algumas obras didáticas adotadas no período. Com isso, procurei apresentar, ainda que de maneira bastante superficial – até mesmo porque meu intuito não era tecer uma análise aprofunda –, uma questão que a mim me pareceu fundamental: ter uma noção de como o livro didático se inseriu no ensino como transmissor do conhecimento. Não aprofundei nessa questão por entender que o mais importante no primeiro capítulo é partir de uma análise geral para uma mais específica. Nesse sentido, pretendi estabelecer elos capazes de construir uma narrativa que possibilitasse a compreensão dos momentos em que o livro didático foi objeto de preocupação, desde seu surgimento até os dias atuais, detendo-me, com mais ênfase, em alguns períodos e, em outros, apenas fazendo breves discussões.

Foi justamente com essa finalidade que, partindo do século XIX e fazendo algumas considerações a respeito do livro didático, passei rapidamente pelos primeiros anos do século XX, detendo-me com mais intensidade nos anos 30, pois aqui foram dados os primeiros passos na direção de políticas públicas coordenadas para ele com a criação do Instituto Nacional do Livro Didático – INL e da Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD. Logo em seguida, passei a tecer alguns comentários relacionados às políticas desenvolvidas para o livro didático no período da ditadura militar, dando destaque ao acordo MEC/USAID e seus diversos programas. Com relação a estes, apenas fiz rápidas menções.

Finalizei tais comentários enfocando a criação da Fundação de Assistência Estudantil – FAE, passando brevemente pelo período compreendido entre 1985 e 1996, período no qual o livro didático esteve sob a responsabilidade desse órgão. Não me preocupei em trazer para a discussão os caminhos percorridos, neste período, pelas autoridades públicas pelo fato de a política relativa ao livro didático ter consistido somente na compra de exemplares para serem distribuídos nos milhares de estabelecimentos de ensino público do país sem qualquer preocupação com a qualidade das obras didáticas que se estava adquirindo. É claro que uma investigação mais aprofundada poderá mostrar que, nesse período, as políticas para o livro didático não se restringiram somente à tarefa de compra e distribuição do mesmo.

Do ano de 1996 para cá, concentrei atenção nas avaliações que os técnicos do Ministério da Educação iniciaram, nesse ano, dos livros didáticos utilizados pelos estudantes das escolas públicas brasileiras. Tais avaliações consistiram, primeiramente, no cumprimento da determinação expressa no segundo artigo do decreto que criou o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o qual obriga que as obras didáticas adquiridas pelo Estado sejam submetidas periodicamente à avaliação cujo fim é oferecer livros didáticos de qualidade ao alunato do Ensino Fundamental.

As discussões foram concentradas, a partir do ano de 1996, nos Guias de livros didáticos, pelo fato de que o objetivo a ser alcançado foi analisar o tema da Inconfidência Mineira nas obras didáticas confrontando-as entre si, tendo como resultado final uma apreciação no sentido de apontar qual, ou quais delas, apresenta conteúdo, relativo a essa temática, de forma satisfatória. Para chegar a esse objetivo, tive, necessariamente, que passar pelos Guias de livros didáticos de 5ª a 8ª confeccionados nos anos de 1999 e 2002. Entretanto, o *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª série: PNLD/2002* recebeu maior atenção porque os livros didáticos selecionados para esse estudo encontram-se nele.

Sempre que julguei oportuno, coloquei lado a lado as discussões sobre o livro didático e o sistema educacional brasileiro, pois ambos encontram-se extremamente imbricados não sendo possível dissociá-las. Desse modo, esforços foram feitos no intuito de apresentar o livro didático como uma peça importante no processo de ensino e aprendizagem, pois, sobretudo, por essa razão faz-se pertinente seu estudo. E também por observar, por meio das leituras que fiz do *Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries:*

PNLD/1999 e do *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*, que há concentração de responsabilidades no livro didático de qualidade como se ele tivesse uma cota de responsabilidade na qualidade do ensino em relação a outros componentes que constituem o todo do sistema educacional brasileiro.

O leitor perceberá, especialmente quando início a abordagem das avaliações das obras didáticas realizadas a partir de 1996, que as análises estão permeadas por uma preocupação cuja finalidade, não sendo um fim em si mesmo, constitui-se numa tentativa de expor as problemáticas inerentes ao sistema educacional brasileiro, tendo o livro didático papel de destaque neste conjunto de problemas. Nesse sentido, não considero o livro didático essencialmente um problema, mas como algo a ser criteriosamente analisado, pois sua centralidade, historicamente adquirida no processo de ensino e aprendizagem, exige de nós, educadores e pesquisadores, atenção especial.

No segundo capítulo, o leitor encontrará, antes das análises do conteúdo relativo à Inconfidência Mineira, várias discussões acerca de diversas problemáticas que envolvem diretamente o livro didático. Dentre elas, fiz alguns apontamentos acerca da importância que ele adquiriu, durante longos anos, como principal recurso pedagógico, colocando no foco da discussão, especialmente, a escola pública. Consta, também, uma rápida discussão sobre a ausência, nas obras didáticas, do conhecimento historiográfico renovado. Além disso, há o detalhamento dos subtópicos, ou seja, o que se pretende verificar, no conteúdo relativo à Inconfidência Mineira, com cada um deles.

Após essas discussões, início as análises dos livros didáticos que selecionei para esse trabalho. O intuito foi verificar a abordagem do tema da Inconfidência Mineira em sete obras didáticas, as quais encontram-se no *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*. Para tanto, foi necessário a elaboração de subtópicos que possibilitassem um estudo detalhado do conteúdo referente a esse tema. Eles foram elaborados a partir de uma reflexão que indicava a necessidade de alguns critérios para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido. Portanto, tais subtópicos não representam um esquiteamento do conteúdo apresentado pelos livros didáticos, apenas uma metodologia que permitirá a consecução do objetivo traçado.

Ao todo foram elaborados dez subtópicos, sendo cada um deles verificado nos livros didáticos. Com esses subtópicos, busquei abranger o tema da Inconfidência Mineira, não

em sua totalidade, mas procurando abordar as questões mais importantes atinentes ao tema. Alguns deles foram discutidos com maior fôlego, muitas vezes em razão do conteúdo apresentado no livro didático. Em relação a outros subtópicos, dependendo da obra didática, foram feitas apenas análises que não tiveram um caráter tão profundo.

Em termos de metodologia de trabalho, analisei livro por livro, procurando, desse modo, apresentar discussões claras. Cada obra didática teve o conteúdo relativo à Inconfidência Mineira analisado em momentos separados, tendo como orientação os subtópicos. Desse modo, submeti todo o conteúdo de cada livro didático analisado aos subtópicos. No entanto, verificar-se-á que as discussões não se encontram dissociadas uma das outras, pois esforços foram feitos para que, sempre que possível e oportuno, fossem realizados diálogos entre obras didáticas diferentes.

A análise do conteúdo apresentado em cada livro didático foi orientada de modo que cada subtópico fosse discutido obedecendo a ordem previamente estabelecida. Dessa maneira, primeiramente discutiu-se o primeiro subtópico, depois o segundo, e assim por diante. Em alguns casos, em função do conteúdo da Inconfidência Mineira, é possível observar que dois subtópicos foram discutidos quase que concomitante, isso porque não havia condições de separá-las.

Procurei submeter o conteúdo aos subtópicos de forma que a análise de cada um deles ficasse em parágrafos separados, objetivando, com isso, facilitar, não só o desenvolvimento desse trabalho, mas para que o leitor possa acompanhar as discussões da maneira mais clara possível. Assim procedendo, tentei, ao máximo, fazer com que aqueles que se debruçarão sobre esse trabalho tenham uma compreensão nítida do que significa um estudo sobre o livro didático e as diversas problemáticas que o cercam, especialmente as várias lacunas que foram encontradas em algumas obras didáticas. Entretanto, minha preocupação não se deteve em encontrar tais lacunas, mas realizar análises com o intuito de mostrar as abordagens merecedoras de elogios e aquelas que necessitam de correção, restringindo-me ao tema da Inconfidência Mineira.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A história do livro didático, no Brasil, pode ser apresentada como sendo constituída por uma série de leis, decretos e normas, comissões, acordos, programas específicos, etc., cujo intuito maior, conforme consegui apurar, foi formular, definir e estabelecer políticas institucionais efetivas que dessem conta de disponibilizar material didático aos estudantes dos estabelecimentos públicos de ensino. Isso está presente já nas primeiras décadas do século passado. Vale lembrar, oportunamente, que a utilização do livro didático como material através do qual os estudantes das escolas públicas brasileiras pudessem ter acesso ao conhecimento data do final do século XIX. Contudo, esse acesso restringia-se ao aprendizado da leitura e posteriormente à literatura. Somente após a virada do século, nas primeiras décadas do século XX, é que livros que abarcaram as outras áreas do conhecimento começaram ser publicados. No entanto, isso não diz muito sobre a História do livro didático no Brasil. Para se familiarizar um pouco mais com esse objeto de estudo faz-se necessário investigar sua origem, ainda que seja uma investigação superficial. Nesse sentido, o trabalho de Regina Zilberman é uma referência na qual se pode ter um embasamento no intuito de ser feito um mapeamento, ainda que não muito completo, para que se possa ter um ponto de partida, digamos, sólido.

Perseguindo esse objetivo, ou seja, para que fosse possível conhecer os primórdios do livro didático no Brasil, partindo do início do século XIX, encontrei em *No Começo, a Leitura*⁶, de Regina Zilberman, luzes essenciais que contribuíram para iluminar meus primeiros passos nessa tarefa. Nesse texto, ela afirma que um dos primeiros livros didáticos a circular pelas incipientes escolas brasileiras da época foi importado da França, sendo, em seguida, traduzido para a nossa língua. O primeiro exemplar, conforme mostram as análises de Zilberman, parece ter sido o livro *Tesouro dos Meninos* traduzido por Mateus José da Rocha, em inícios dos novecentos, sendo editado, pela segunda vez em 1836.

Posterior à primeira publicação de *Tesouro dos Meninos*, outro livro, também, de caráter didático – transmitir o conhecimento de forma simples – foi *Leitura para Meninos*,

⁶ ZILBERMAN, Regina. No começo, a leitura. In: **Em aberto – livro didático e qualidade**, v.16, n.69, jan./mar. 1996. p.20-38. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso: em 16 mar. 2003.

cujas edições iniciais data do ano de 1818. As reedições seguintes foram realizadas nos anos de 1821, 1822 e 1824.

Até 1870, não existiu grande demanda de livros didáticos dedicados aos primeiros anos de instrução. É somente a partir dessa data, ano em que o ensino⁷ passou a ser obrigatório no Brasil, que a produção de obras didáticas é intensificada, especialmente entre 1890 e 1910 com a publicação de exemplares dedicados ao aprendizado da língua vernácula, sem que um conjunto de políticas relativas ao livro didático fossem elaboradas por parte do Estado, no intuito de implementar programas que atendessem todos os estabelecimentos de ensino em funcionamento no país no que tangia à disponibilidade e ao fornecimento de material necessário aos primeiros anos de escolarização.

Para que se possa ter uma idéia dessa ausência de políticas públicas, somente depois do ano de 1930, com a Reforma Francisco Campos, é que há uma acentuada “... centralização uniformizadora do ensino secundário. Paralelamente foi organizado um sistema de inspeção federal do ensino secundário, aprofundando ainda mais o controle exercido pelo governo central”⁸. Antes de 1930, existia uma certa descentralização no que diz respeito à elaboração dos programas relativos ao conteúdo que deveria ser ensinado nos estabelecimentos de ensino secundário. Por exemplo, foi a partir da Reforma Francisco Campos que “os programas e métodos de ensino [...] seriam produzidos pelo ...”⁹ Ministério da Educação. Com essa reforma, os colégios mantidos pelos municípios, associações ou por particulares já não podiam elaborar seus próprios programas, pois tinham que seguir, no campo da educação, as diretrizes do Ministério da Educação. Antes dessa medida, somente o tradicional Colégio D. Pedro II¹⁰, localizado no Rio de Janeiro, e

⁷ De acordo com Regina Zilberman, “... por essa época [1870] e mesmo depois da independência, a escolarização das crianças não [era] [...] obrigatória, nem o ensino disseminado entre a população”. In: ZILBERMAN, Regina, *op. cit.*, p.20-21.

⁸ ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.32. (Coleção Repensando o Ensino).

⁹ *Ibid.*, p.32.

¹⁰ Creio ser importante ressaltar que o Colégio D. Pedro II, criado em 1837, destinava-se a “... formar os filhos da nobreza da Corte do Rio de Janeiro e prepará-los para o exercício do poder ...”. ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.30. (Coleção Repensando o Ensino).

as escolas estaduais de ensino secundário adotavam a mesma seriação¹¹ de matérias, ou seja, seguiam uma mesma padronização.

No rastro dessas reformas, constata-se a preocupação com a construção de uma identidade nacional para o país que já vinha desde meados do século XIX. Pensadores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado e Caio Prado Júnior, entre outros, debruçaram-se sobre essa questão¹². Cabia ao Estado Getulista a responsabilidade de formação de um sentimento nacional. Para isso, a disciplina de História foi fartamente utilizada. Segundo Kátia Abud,

*“nas Instruções Metodológicas, que acompanhavam os Programas e orientavam os professores para o exercício de sua prática pedagógica, destacava-se a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. Esse fato fica bastante evidenciado nos livros didáticos publicados de acordo com os programas oficiais, sobretudo nos capítulos que tratavam especificamente da formação do sentimento nacional brasileiro”*¹³.

Já fazendo parte das preocupações acerca das políticas públicas para a educação, o livro didático foi amplamente utilizado com a dupla finalidade de transmitir o conhecimento histórico, à maneira da concepção varguista da História, e a formação da nacionalidade brasileira. De acordo com Thais Nívea de Lima e Fonseca, “... foi a partir de 1930 que, com a centralização da política educacional, tornaram-se mais explícitas as orientações nacionalistas, tanto para os programas quanto para os livros didáticos de História do Brasil”¹⁴. Como é possível observar, os livros didáticos foram bastante utilizados na transmissão de um sentimento de unidade nacional que a população deveria nutrir. Mas essa é uma discussão – a da ideologia nos livros didáticos – que aqui não será desenvolvida, embora pareça-me bastante instigante.

O que mais me interessa nos anos da década de 30 é o fato da criação, pelo decreto-lei n.º 1.006/1938, da Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, cuja função era “...

¹¹ Por exemplo, o conteúdo de História estava distribuído em três frentes: História Geral, História do Brasil e História da América.

¹² Embora não haja interesse de minha parte discutir a formação de uma identidade brasileira, apenas fiz questão de mencionar essa problemática, pois durante o governo de Getúlio Vargas ela, digamos, reacende com bastante intensidade entre os principais pensadores brasileiros da época.

¹³ ABUD, Kátia, *op. cit.*, p.36.

¹⁴ LIMA E FONSECA, Thais Nívea de. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: **Inaugurando a nação e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.102.

examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor¹⁵ para a tradução e sugerir abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos não existentes no país”¹⁶. A indicação de *livros de valor* para a tradução deve-se ao fato de não haver, na época, disponibilidade de livros que abordassem o conteúdo de História Geral, isto é, da História mundial. Tampouco existiam edições suficientes de História do Brasil.

Antes da implantação da CNLD, o primeiro ato governamental na direção de formular programas com a finalidade de divulgar e distribuir livros aos estudantes do ensino público foi a criação, em 1937, do Instituto Nacional do Livro – INL, órgão subordinado ao MEC. Sua atribuição era “... planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição do livro didático”¹⁷. Não obstante, a autorização legal para que os professores pudessem fazer uso desse material foi concedida somente no ano de 1945 por meio de um decreto (Decreto 8.460/1945). Durante a vigência do Estado Novo, o controle, não só no que tange à produção, compra e distribuição, mas, principalmente, no que se refere ao caráter ideológico do qual o livro didático era portador, fora realizado de perto pelas autoridades governamentais do período.

Entre 1945 – fim do governo de Getúlio Vargas – e início da década de 60, tudo indica que não houve grandes decisões e mudanças consideráveis que pudessem alterar o que já tinha sido construído a respeito das políticas educacionais para o livro didático. Neste período – 1945-1960 – o Brasil foi governado, com exceção da segunda administração de Vargas, por José Linhares, Eurico Gaspar Dutra, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli e João Goulart, sendo que dois deles ficaram no cargo pouco mais de um ano, outros cinco tiveram uma breve passagem de poucos meses no governo. Nove presidentes administraram o Brasil, sendo que a mudança no campo educacional mais considerável foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em dezembro de 1961. No que diz respeito à política do livro didático, as estruturas deixadas pelos técnicos do primeiro governo Vargas

¹⁵ Os *livros de valor* correspondiam a obras didáticas cujo conteúdo deveria atender aos critérios da Comissão Nacional do Livro Didático, os quais permitiam classificá-las como sendo as mais adequadas para a tradução do francês para o português.

¹⁶ COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. O histórico do livro didático no Brasil. In: **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p.13.

¹⁷ Ibid., p.12.

mantiveram-se quase inalteradas. A CNLD – citando-a como exemplo de continuidade da política do período getulista – permaneceu como órgão oficial, tendo os técnicos, por ela responsáveis, a função de coordenar a política relativa ao livro didático.

Na segunda metade da década de 60, a história do livro didático no Brasil entra numa nova etapa, constituída por medidas mais autoritárias do que as implementadas na administração Vargas. Se os técnicos da CNLD formularam propostas para que os livros didáticos de História Geral, que eram importados da França e traduzidos no Brasil para o português, pudessem ser confeccionados no nosso país com vistas à diminuição de custos, uma das primeiras políticas do governo militar para o setor da educação foi a efetivação do acordo MEC/USAID¹⁸ (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Este acordo permitiu que os estadunidenses exportassem o seu modelo de livro didático impondo-o ao nosso país. Pode-se afirmar que, com essa política, houve um retrocesso, pois os assessores dessa agência interferiam diretamente nos programas formulados para o livro didático brasileiro. Foi um retrocesso sobretudo porque se à época do varguismo tinha-se uma preocupação explícita de promover, através do livro didático, o patriotismo na população brasileira, especialmente a que encontrava-se nos bancos escolares, com o acordo MEC/USAID observou-se que o objetivo era, ao invés de fomentar o sentimento nacional, “colonizar” as mentes brasileiras em proveito da ideologia individualista norte-americana. É importante ressaltar que os livros franceses de História Geral traziam, obviamente, uma concepção francesa, diga-se de passagem, uma visão de

¹⁸ O primeiro acordo foi assinado em 31/03/1965 entre a USAID e o Ministério da Educação do Brasil. A partir de sua efetivação, foi criada uma Equipe de Planejamento de Ensino Médio – EPEM, constituída paritariamente entre brasileiros e estadunidenses. Desse acordo surgiram outros, cujo objetivo maior fora “modernizar” o ensino brasileiro, “oferecendo”, para isso, treinamento aos técnicos brasileiros em educação. A modernização baseou-se “... não nos padrões mais desenvolvidos do ensino norte-americano [...], [mas utilizando] como parâmetro [o ensino praticado nas] comunidades de baixa renda” dos próprios Estados Unidos, ou seja, um sistema de ensino de qualidade não muito elogiável. ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. p.121. O treinamento, segundo José Oliveira Arapiraca, “... foi todo dimensionado [...] a partir da perspectiva ideológico-cultural e sob o ângulo da filosofia norte-americana. Foi essa, portanto, a forma de *ajuda* que nos proporcionaram com financiamento da USAID, a fim de implementarmos o atual modelo de educação”. ARAPIRACA, José Oliveira, *op. cit.*, p.120. O acordo MEC/USAID disponibilizava bolsas de estudos (mestrado e doutorado) na Universidade Estadual de San Diego para que cérebros brasileiros fossem devidamente treinados para que, retornando ao Brasil, pudessem aplicar na educação brasileira as idéias colonizadoras. Com esses acordos, os quais duraram até o final da década de 1970, todo o sistema educacional deveria ser “modernizado”, inclusive a produção de material didático. É daqui que saíram os milhares de livros didáticos descartáveis produzidos pelo acordo.

uma nação colonizadora. Há que ser ressaltado, também, o fato desse acordo possibilitar uma grande produção de livros, embora eles fossem descartáveis.

Com o fim da importação do livro didático francês, e para substituí-lo, foi incentivada, durante a ditadura Vargas, a produção nacional cujos autores deveriam abordar a História Mundial. Isso no caso do livro didático de História Geral. Com essa finalidade, houveram até concursos. Com o acordo estabelecido entre técnicos estadunidenses e o governo militar brasileiro, o que se viu foi a presença da visão de uma nação com ideologia imperialista em livros didáticos de um país, o Brasil, pelo qual os governantes dos Estados Unidos da América nutriam grande interesse – e ainda o fazem. Esse acordo permitia que todo o controle, desde a produção até a distribuição do livro didático, fosse acompanhado pelos técnicos da USAID. Para isso vários acordos complementares foram assinados. Nesse “pacote” de assinaturas foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED, cujo intuito maior foi a distribuição gratuita de um montante de 51 milhões de livros didáticos para os estudantes das escolas públicas brasileiras durante um período de três anos.

Este acordo foi denunciado pelos trabalhadores da educação como sendo “... um controle americano do mercado livreiro, especialmente do mercado do livro didático”. Mas essa intervenção, que de acordo com o discurso oficial consistia em ajuda, não se limitava apenas em controlar a produção e circulação dos livros didáticos, estendia-se com uma clara imposição de idéias estadunidenses favoráveis aos interesses dos Estados Unidos. Isso permaneceu, como política determinante na confecção dos livros didáticos utilizados no Brasil, até o ano de 1969, pois em 1968 foi criada a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME com funções que até então eram de responsabilidades da COLTED–MEC/USAID.

Com a FENAME, a intervenção dos técnicos da USAID na formulação de programas direcionados à confecção dos livros didáticos foi perdendo fôlego. Creio ser importante frisar que embora a intervenção desses técnicos se fizesse presente, formalmente o Instituto Nacional do Livro era o responsável pelo Programa do Livro Didático. Para substituir a COLTED, extinta em 1971, foi criado o Programa do Livro Didático – PLID.

Como é possível observar, a história do livro didático no Brasil foi sendo constituída por decretos governamentais não havendo, portanto, programas que primassem

por um material adequado para os estudantes das escolas públicas, e já por essa época, início da década de 1970, os estabelecimentos privados de ensino também adotavam alguns desses livros didáticos. Os livros descartáveis produzidos através do acordo MEC/USAID demonstram, sem muito rodeio, a falta de compromisso dos governantes para com a produção de livros didáticos de boa qualidade, tanto no que tange à sua durabilidade quanto ao conteúdo.

Com a criação da FENAME, todas as diretrizes relacionadas ao livro didático – produção de material, distribuição, formulação de programas editoriais, execução de tais programas e convênios com outras entidades públicas e privadas – passaram do Instituto Nacional do Livro à responsabilidade da Fundação Nacional de Material Escolar. A partir de 1983, vários programas foram criados com a função de desenvolverem e implementarem políticas governamentais para o livro didático. Os principais foram: Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental – PLIDEF, Programa do Livro Didático para o Ensino Médio – PLIDEM e o Programa do Livro Didático para o Ensino Supletivo – PLIDESU.

Com a criação da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, por força da Lei 7.091/1983, coube a ela, dentre suas diversas competências, formular propostas para a melhoria do livro didático. Além disso, verificou-se uma centralização de programas, nas mãos de seus dirigentes, os quais destinavam-se à assistência aos estudantes das escolas públicas, dentre eles, os programas diretamente relacionados ao livro didático. Não vou aqui abordar as várias modificações relativas à política do livro didático pelas quais esse órgão governamental passou nos seus anos de existência. Apenas quero registrar sua participação na formulação de programas destinados aos livros didáticos distribuídos aos milhares de estudantes que encontravam-se, à época, matriculados na escolas públicas do país.

Estando a FAE, a partir de sua fundação, incumbida de propor políticas com vista à melhoria do material didático distribuído aos estudantes das escolas públicas do Brasil, uma das melhores, no tocante ao livro didático, foi a volta de livros duráveis. Uma recuperação nítida da qualidade, pelo menos relativa ao material – papel de melhor durabilidade. O intuito era que o livro pudesse ser utilizado por três anos, o que não acontecia com os milhares produzidos pelo acordo MEC/USAID. No entanto, não verificou-se uma atenção, por parte desse órgão diretamente subordinado ao Ministério de Educação, com respeito ao

aprimoramento qualitativo do conteúdo apresentado pelos autores dos livros didáticos. Houve sim, um esforço para que o montante adquirido pela Fundação de Assistência ao Estudante fosse aumentado e, conseqüentemente, distribuído ao maior número possível de escolas públicas brasileiras.

A preocupação com a produção de livros duráveis parece ter adquirido atenção especial com o Programa Nacional do Livro Didático, instituído no segundo semestre de 1985, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento e fortalecimento, segundo as fontes oficiais, dos programas relativos ao livro didático. Esse breve histórico do livro didático será interrompido neste ano, sendo recommçado em 1995 com a publicação, pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, dos resultados da análise de 1.167 livros didáticos que estavam sendo até então utilizados nos diversos estabelecimentos públicos de ensino.

Entre o ano de 1985 e 1995, o leitor perceberá uma lacuna no que diz respeito à discussão da política vigente nesse período para o livro didático, pois meu intuito não é reconstruir em detalhes a História do livro didático no Brasil. Apenas me esforcei para apresentar os vários momentos em que diversas políticas relativas ao livro didático foram implementadas com vistas a regulamentar, produzir e distribuir material escolar que atendessem, em cada período específico, às necessidades dos estudantes brasileiros por material que pudesse contribuir para que os mesmos tivessem acesso aos vários campos do conhecimento, sem que para isso eles necessitassem recorrer a livros volumosos e de conteúdo denso para deles extraírem o que lhes era útil.

Reunir todas as áreas do conhecimento em um único livro facilitava, e continua facilitando, significativamente o acesso aos conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula. Embora essa lacuna não seja de modo algum involuntária, ela não irá empobrecer este trabalho, prejudicando, assim, o seu desenvolvimento. Isso porque o que mais me interessa, a partir daqui, são as avaliações dos livros didáticos realizadas por equipes constituídas por professores de diferentes universidades públicas do país sob a supervisão de técnicos do Ministério da Educação.

O meu interesse maior foi reconstituir um breve histórico apresentando os principais programas destinados à problemática do livro didático. Este constitui-se numa problemática porque embora os técnicos do Ministério da Educação tenham se esforçado para

disponibilizar livros didáticos de qualidade, estes ainda apresentam uma série de questões, as quais são merecedoras de rigorosos estudos pelo fato deles serem portadores de um conjunto de conhecimentos com os quais milhares de estudantes têm contato. E mais do que isso: será esse conjunto de conhecimento referencial importante na formação intelectual dos estudantes. Caso haja deficiência de conteúdo, como as avaliações realizadas em 1995 e as que se seguiram mostraram, a consequência será uma formação deficiente que, certamente, trará graves consequências ao processo de ensino e aprendizagem.

Isso nos leva a refletir sobre a qualidade dos livros didáticos. Problematicar o livro didático não consiste em mera preocupação intelectual, mas uma demonstração de que o ensino, em suas várias questões – e o livro didático é, sem dúvida, uma delas – é merecedor de reflexões que não podem ser encerradas nas análises de livros didáticos. Além do mais, significa compromisso com uma educação de qualidade. Embora essa opção de reflexão, neste momento de conclusão de curso, tenha se restringido aos livros didáticos, não me omitirei da responsabilidade de lutar por um ensino, volto a ressaltar, em suas várias dimensões, melhor do que o que encontrei quando era estudante do Ensino Fundamental.

Vale ainda, retomar, mesmo que a discussão seja de pouca profundidade analítica, a criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. De acordo com a reportagem *Veja com que Livros seus Alunos estão “Aprendendo”*, publicada em agosto de 1994, no periódico mensal *Nova Escola*, desde 1986 foram publicadas, neste mesmo periódico, reportagens a respeito de erros, os mais diversos, contidos nos livros didáticos comprados pela Fundação de Assistência ao Estudante sem que nenhuma análise anterior à compra fosse realizada. Segundo, ainda, a autora da matéria, Yara Malheiros,

*“embora muita gente venha estudando e denunciando o problema [– a baixa qualidade dos livros didáticos –], só quase 10 anos depois de ter implantado por decreto o Programa Nacional do Livro Didático é que o MEC instituiu a comissão [para avaliar os livros que a FAE adquiria] [...] Apesar de o próprio decreto 91.542/85 estabelecer, no artigo 2º, a avaliação rotineira dos didáticos”*¹⁹.

¹⁹ MALHEIROS, Yara. *Veja com que livros seus alunos estão “aprendendo”*. **Nova Escola**, São Paulo, n. 17, p. 24, ago. 1994.

Essa é uma comprovação clara de que não houve, de fato, preocupação, pelo menos é o que se supõe, dos responsáveis pela gerência do PNLD em colocar, na prática, a avaliação dos livros didáticos como prevê o segundo artigo do decreto que instituiu o plano.

Antes de 1995, ano em que vários pareceristas foram contratados pelo técnicos do Ministério da Educação para a avaliação dos livros didáticos que estavam sendo utilizados pelos estudantes das escolas públicas, a escolha do livro didático era feita sem que houvesse nenhum tipo de controle quanto a qualidade. O mais dramático, tanto para os estudantes quanto para os professores da rede pública de ensino, consumidores diretos de material didático de baixa qualidade, era que estes escolhiam os livros “... com base em uma lista enviada pela FAE às 180 mil escolas públicas de ensino fundamental”²⁰. E o pior, era que “essa lista era elaborada com indicações feitas pelas editoras”²¹. A situação dessas editoras era muito confortável. Não havia grande esforço no intuito delas oferecerem livros didáticos de qualidade, pois “no fim das contas, saem ganhando as editoras que possuem uma estratégia de *marketing* mais eficiente, ou seja, as que são mais bem-sucedidas no assédio aos professores”²². Isso garantia a poucas editoras o monopólio na venda de livros didáticos para o Estado brasileiro, tanto que no ano de 1993 “... 92% dos livros distribuídos [...] [foram] de apenas sete editoras, entre mais de 30 presentes na lista”²³ que anualmente a FAE apresentava aos professores para que estes pudessem escolher o livro que melhor lhe conviesse.

Um sobrevôo analítico sobre o período compreendido entre 1985 e 1995 indica que a preocupação ficou concentrada no que tange à produção de livros duráveis, sem que o conteúdo tivesse sido objeto de igual preocupação. Isso é facilmente demonstrado a partir do que foi exposto no parágrafo anterior. Junte-se a essa preocupação, a publicação, em 24 de julho de 1996, pelo Ministro da Educação, na época Paulo Renato Souza, de uma lista contendo 347 títulos que foram caracterizados como inviáveis para serem adotados pelos professores da rede pública de ensino, de acordo com os critérios utilizados no processo avaliatório. Ao todo foram submetidos ao crivo dos avaliadores 1.167²⁴ livros didáticos destinados às séries iniciais do Ensino Fundamental – 1ª a 4ª séries.

²⁰ MALHEIROS, Yara, *op. cit.*, p.26.

²¹ *Ibid.*, p.26.

²² *Ibid.*, p.26.

²³ *Ibid.*, p.26.

²⁴ Todos esses dados foram obtidos em: BOMBA Pedagógica. *Isto É*, São Paulo, n. 1396, p. 42, jul.1996.

O número de livros didáticos selecionados para que o Ministério da Educação pudesse adquiri-los e enviá-los às escolas públicas do país, em relação ao montante analisado, demonstram, inequivocamente, que existia pouca qualidade do conteúdo apresentado nesses títulos. O quantitativo de livros reprovados chega a ser preocupante, para não dizer assustador: 29,74%, quase 1/3 dos livros analisados, foram considerados, pelas equipes de avaliadores, impróprios para o aprendizado dos estudantes. Segundo matéria da revista *Isto É*, publicada uma semana após a divulgação, pelo Ministro da Educação, dos livros reprovados, “os livros que levaram bomba continham erros grosseiros de português e experiências de ciências que colocam em risco a saúde das crianças”²⁵. Dos que não foram reprovados, no total, 820 títulos, apenas 105 exemplares foram indicados para constar no Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries, primeiro Guia a ser publicado como fruto do processo avaliatório. Isso demonstra que somente 5% dos 1.167 títulos que passaram pelo crivo das equipes avaliatórias estavam, na época, isentos de deficiências graves que pudessem comprometer o aprendizado dos estudantes.

Os erros encontrados em livros didáticos que estavam sendo, ano a ano, utilizados e consequentemente influenciando diretamente no processo de ensino e aprendizagem, indicam que milhares de estudantes estavam entrando em contato com informações prejudiciais à boa formação educacional. Outra comprovação de que até 1995 não havia preocupação com os conteúdos transmitidos pelos livros didáticos são os comentários do professor Egon de Oliveira Rangel da PUC de São Paulo, que coordenou a análise dos livros de português para o primeiro Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries: “concluímos que chegamos a uma situação em que cada editora publicava o que queria porque as autoridades públicas nunca fiscalizaram as editoras”²⁶.

Os equívocos encontrados pelos avaliadores dos livros de 1ª a 4ª séries são grosseiros e absurdos. Sobre o livro de Lygia Mendes, *Ciência e Meio Ambiente para a Vida* (Ed. Consultor, 1991, 167p), destinado à 4ª série, o comentário dos avaliadores foi o seguinte:

“na pág. 122, a autora solicita que o aluno coloque uma garrafa diretamente no fogo (...) A garrafa se quebrará colocando em risco a integridade da criança (...) O

²⁵ BOMBA Pedagógica. *Isto É*, São Paulo, n.1396, p. 42, jul.1996.

²⁶ *Ibid.*, p.42.

caso é particularmente grave, pois a ilustração apresenta a garrafa com líquido no seu interior. Além do perigo oferecido pelos estilhaços, o conteúdo, aquecido, pode provocar queimaduras (...)”²⁷.

Este é apenas um dos exemplos apresentados na reportagem *Bomba Pedagógica* publicada pela *Revista Isto É*. Existem outros igualmente assustadores. Partindo do pressuposto que o livro didático é considerado indispensável para o aprendizado dos estudantes, as análises feitas nos 1.167 livros didáticos mostram situações incoerentes com as quais esses estudantes iriam ter contato. Outro erro crasso, publicado pela referida reportagem, estava sendo transmitido pelo livro de Estudos Sociais (1ª série) *A Construção do Grupo* (Ed. Girassol, 1993, 96p) da autora Jacy Camarão de Figueiredo:

“na pág. 25, o livro afirma que ‘os homens já viveram como elefantes, andando de um lugar para o outro, à cata de alimento’. A comparação do nomadismo à vida dos elefantes é incorreta. Ainda hoje há vários grupos sociais nômades e vale dizer que o homem nunca viveu como os elefantes”²⁸

Não somente esses erros saltam aos olhos, detectados numa rápida passada de vista. Em geral, os livros de Estudos Sociais, antes de 1995, eram

“desatualizados [...] [e] não abordavam questões muito debatidas nos meio acadêmicos, como os conceitos de espaço-tempo, do trabalho, temas locais e regionais. Assim dificultam a compreensão dos acontecimentos de História e Geografia em toda a vida escolar”²⁹.

Sobre a avaliação dos livros didáticos, iniciada em 1995, vale a pena tecer algumas considerações porque, ao que parece, pela primeira vez na história do livro didático no Brasil obras didáticas foram submetidos à análise rigorosa e de cunho extremamente profissional sem que houvesse interferências ou qualquer tipo de pressão exterior para que os pareceristas indicassem essa ou aquela obra que não fosse condizente com os critérios adotados no processo de avaliação. Provavelmente, os Guias de Livros Didáticos não constituem a maneira mais elogiável de se promover uma educação de qualidade, mas, sem dúvida, deve-se reconhecer que eles vieram em boa hora, e, pelo menos, possibilitam que

²⁷ BOMBA Pedagógica, *op. cit.*, p.42.

²⁸ *Ibid.*, p.42.

²⁹ MALHEIROS, Yara, *op. cit.*, p.27.

profissionais da educação os tenham como um referencial importante, não o único, na escolha dos livros didáticos com os quais irão trabalhar. Mesmo sendo os Guias referenciais seguros, as coleções de livros didáticos são, ainda, portadoras de várias deficiências. Portanto, cabe ao professor, após a escolha, verificar atentamente o conteúdo de cada obra didática que compõe as coleções.

É oportuno lembrar, já que falei sobre pressão política, que à época em que a Fundação de Assistência ao Estudante manteve-se à frente das políticas para os livros didáticos os “... *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis ...”³⁰ faziam-se presente. Voltando à questão da avaliação, ressalto que em três períodos, antes de 1995, houve iniciativas voltadas à análise dos livros didáticos. A primeira delas foi a criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático; sendo seguida pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, criada em 1969. A outra iniciativa aconteceu em 1984 por meio do Comitê de Consultores para a Área Didático-Pedagógica da Fundação de Assistência ao Estudante. Foram experiências que buscaram melhorar aquele que se converteu no principal material pedagógico, o livro didático, utilizado pelo professor no processo de ensino e aprendizagem, garantindo assim o acesso de milhares de estudantes a um conhecimento melhor elaborado e mais aperfeiçoado.

Embora seja necessário e importante reconhecer as limitações impostas pelas circunstâncias de cada período histórico em que essas tentativas foram realizadas, restringindo-se à avaliação sobretudo do conteúdo, deixando de lado outros aspectos igualmente importantes, elas não mostraram-se capazes de aprimorá-los, ou sequer de dar continuidade aos processos avaliatórios previstos nos programas. Por exemplo, ao Comitê de Consultores para a área Didático pedagógica, cabia, dentre outras atribuições, “... propor medidas que [...] [contribuíssem] para o aprimoramento da qualidade dos livros didáticos e materiais escolares ...”³¹. Com menos de um ano de vida, o referido Comitê foi extinto por decreto, encerrando, assim, a possibilidade de melhoria dos livros didáticos produzidos pelas editoras nos primeiros anos da década de 1980.

Para uma melhor análise da avaliação dos livros didáticos empreendida no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, o registro das experiências passadas pareceu-me

³⁰ COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues., *op. cit.*, p.16.

³¹ *Ibid.*, p.17.

de grande relevância. Assim pensando, optei por não eleger isoladamente 1995 como marco. Se assim o fizesse, estaria cometendo um grave erro caso ignorasse os primórdios do livro didático no nosso país. Esse registro é essencial para que as discussões, neste trabalho, possam ter um ponto de partida. Ponto este que me serviu de referencial na construção de reflexões permeadas pelo encadeamento de idéias necessárias à construção do histórico do livros didático no Brasil. Daqui em diante, estarei preocupado em abordar a avaliação realizada em 1995 bem como as subseqüentes, com atenção especial para a que produziu o Guia de Livros Didáticos – 5ª à 8ª séries: PNDL/2002, trazendo para as discussões elementos que possam enriquecer ainda mais o debate.

Mas, antes de abordar a avaliação que culminou na elaboração desse Guia, penso ser necessário tocar em alguns pontos importantes para este trabalho. Até 1994, poucas editoras detinham mais de 90% das vendas de livros didáticos feitas ao Ministério da Educação, caracterizando, assim, um monopólio. A partir de 1995, mudanças significativas começaram a ocorrer no que concerne à política para o livro didático. Já salientei a avaliação iniciada nesse ano. Essa avaliação, além de rejeitar uma quantidade enorme de livros didáticos que até então eram distribuídos aos milhares de alunos da escola pública em função dos equívocos e incoerências conceituais por eles apresentados, acabou com o controle que poucas editoras exerciam sobre as vendas para o Ministério da Educação. A confecção do primeiro Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries, fruto da primeira avaliação feita com rigor científico, conceitual, teórico e metodológico, reuniu “... 105 livros de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais aprovados para uso de primeira a quarta série”³². E tão significativa quanto a elaboração desse Guia, foi o fato de “... 45% dos títulos recomendados pelo MEC [...] [terem sido] publicados pelas editoras pequenas, derrubando assim a hegemonia das oito maiores que detêm 90% do mercado no país”³³.

Todo esse esforço do Ministro da Educação e dos técnicos da Secretaria de Ensino Fundamental – SEF, órgão responsável pelas equipes de avaliadores, juntamente com os demais envolvidos no processo avaliatório em discussão, justifica-se pela grande

³² OS APROVADOS: veja a lista do MEC. *Nova Escola*. São Paulo, p.39, out. 1996.

³³ BOMBA pedagógica, *op. cit.*, p.42.

importância que o livro didático adquiriu, desde muito tempo, em todas as séries do Ensino Básico³⁴ brasileiro.

Levando-se em consideração essa importância, substituir o livro didático por outro material sem que essa mudança provoque alterações significativas no processo de ensino e aprendizagem parece ser uma tarefa assaz difícil cuja responsabilidade de empreendê-la ninguém mostrou-se interessado, pelo menos não tenho conhecimento. Segundo Teresa Cristina Rego, docente de Psicologia da Educação da Universidade de São Paulo,

“a abolição de livro [didático] não é garantia de qualidade no ensino. É claro que muitas dessas obras são extremamente problemáticas, caracterizadas por um tratamento descontextualizado e fragmentado do conhecimento e por uma concepção de aprendizagem ligada ao acúmulo e à memorização de informações”³⁵.

Sem dúvida, aboli-lo de maneira brusca não seria uma boa alternativa, haja vista a importância a ele atribuída ao longo de anos como instrumento indispensável para que os estudantes do sistema educacional público do país possam ter acesso, bem ou mal, ao conhecimento. Não obstante eles tenham “...sofrido duros ataques – houve quem chegasse ao ponto de propor sua extinção –, o livro didático continua sendo um importante instrumento de trabalho e certamente permanecerá nessa condição por muito tempo”³⁶. O fato preocupante é que ele constituiu-se “... praticamente [...] [no] único instrumento utilizado nas práticas escolares atualmente, dirigindo todo o processo de ensino e aprendizagem. O que é, com certeza, muito empobrecedor”³⁷.

O que se tem observado, na discussão sobre livro didático e ensino, são vários estudos, como este, que abordam a questão da obra didática no intuito de pelo menos provocar alterações e mudanças no sentido de promover melhorias, especialmente, em relação ao conteúdo. O que acontece, em verdade, é que o livro didático consolidou-se de tal maneira como instrumento imprescindível no processo de aprendizagem que propostas que defendam sua substituição por outro tipo de material, por exemplo, textos de conteúdo mais completos, não encontrariam, possivelmente, bom acolhimento, principalmente por

³⁴ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/1996, compreendem o Ensino Básico as séries 1ª a 8ª.

³⁵ COMO e por quê. **Nova Escola**. São Paulo, p.62, dez. 2000.

³⁶ PRADO, Ricardo. Os bons companheiros. **Nova Escola**, São Paulo, p.15, mar. 2001.

³⁷ COMO e por quê, *op. cit.*, p.62.

profissionais da educação que o utilizam há anos e o tem como instrumento pedagógico extremamente necessário, sem o qual, para ambos os lados, professores e estudantes, haveria grandes perdas.

Na impossibilidade, por várias razões – desde a situação precária e desalentadora na qual o profissional da educação é impelido a trabalhar, sem falar da baixa e vergonhosa remuneração, etc., etc. –, de se promover uma modificação desse porte – substituição do livro didático –, busca-se alternativas. Uma delas, na tentativa de disponibilizar aos estudantes dos estabelecimentos públicos de ensino livros didáticos de qualidade, foi a avaliação iniciada em 1995. Mas, mesmo havendo essa melhoria no que tange ao material didático, sem que haja esforços para melhorar as condições de trabalho dos professores, persistem as deficiências no processo educacional em sua totalidade. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF parece ainda ser tímida e incapaz de resolver os gravíssimos problemas que assolam o ensino brasileiro. E, parece-me que ele constitui-se em um paliativo, sem que represente uma proposta efetiva de melhoria da educação.

Retomando a questão dos livros didáticos, o que se tem buscado com as avaliações que se seguiram a de 1995, pois esta adquiriu o caráter de diagnóstico do problema, é que esse tipo de material escolar possa ser mais consistente, melhor elaborado, analiticamente mais profundo na abordagem do conteúdo, que abranjam os temas sem, contudo, cair nos reducionismos e simplismos. Mas isso ainda faz parte de um plano ideal. Caso fosse possível – eu creio que seja – que os autores de livros didáticos produzissem materiais de qualidade elogiável em todos seus aspectos – conteúdo, metodologia, conceitos melhores trabalhados e outros – ela se esbarraria em um problema que na discussão desse materiais não pode ser ignorado: professores que não saberiam trabalhar com um material que se distanciasse, para melhor, é claro, dos que eles já se habituaram a lidar.

Apenas citando, sem entrar no mérito da questão, muitos professores têm optado em realizar seus trabalhos pedagógicos com livros que obedeceram apenas aos critérios mínimos da avaliação, pelo fato destes apresentarem propostas mais simples que não demandem muito esforço, digamos intelectual, na transmissão do conhecimento. Contraditoriamente a essa opção, estes livros exigem, justamente, maiores esforços do professor no que tange à complementação do conteúdo com bibliografias adicionais. Dessa

maneira, um trabalho inovador não agradaria à boa parte dos professores do ensino básico, pois “mais e mais professores elegeram títulos menos estrelados, teoricamente mais simples”³⁸. Essa situação parece ser uma questão meramente de escolha de um livro menos complicado, mas não é. O problema, embora não pareça, é grave. Segundo Marisa Lajolo, alguns autores de livros didáticos “... não querem ganhar três estrelas por achar que isso prejudica as obras”³⁹. Por exemplo, “Francisco Moura, da dupla Fraco-Moura, um dos best-sellers da área confirma: ‘minha coleção, com duas estrelas, é mais vendida do que as de três’ ”⁴⁰. Seria, no mínimo, espantoso se o desprezo, explícito nessa fala, demonstrado pela classificação três estrelas não viesse acompanhado dessa justificativa. Incoerências dessa natureza ainda persistem porque professores de formação acadêmica insuficiente preferem obras que não lhes exigirá grandes esforços intelectuais.

Desde a elaboração do Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries (1996) muitas mudanças ocorreram no processo de avaliação. Os critérios foram aprimorados; editoras procuraram se adequar aos novos tempos em que não basta somente produzir livros didáticos, é preciso confeccioná-los com qualidade; os professores e alunos puderam ter acesso a materiais ausentes de erros grosseiros que poderiam prejudicar o aprendizado; os autores dos livros didáticos tiveram que se preocupar com aspectos que não somente a exposição do conteúdo, em muitos casos feita de forma linear, mas com a metodologia, forma de apresentação dos temas abordados, conceitos, enfim, a verdade é que houve avanços na qualidade do material didático produzido após 1996. Entretanto, ainda há uma grande distância entre os livros que temos e o que almejamos.

A busca por obras que sejam capazes de apresentarem propostas isentas de equívocos tem sido perseguida com as avaliações pedagógicas e com a confecção dos Guias – 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries. Detendo-me apenas na parte que é de meu interesse – a História – dos dezessete livros indicados no Guia de Livro Didático – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002 somente um conseguiu a melhor classificação. Também apenas um exemplar foi classificado como a segunda melhor proposta didática. Os outros quinze obtiveram a classificação mais baixa, o que significa que muitos livros necessitam de

³⁸ PRADO, Ricardo, *op. cit.*, p.22.

³⁹ *Ibid.*, p.19.

⁴⁰ *Ibid.*, p.19.

complementações⁴¹. Essa necessidade de que alguns livros são portadores dizem respeito, em sua maior parte, à complementação de conteúdo, ou seja, é preciso que o professor que optar por obras didáticas classificadas como *recomendadas com ressalvas* fique atento.

Tendo citado a classificação utilizada pelos avaliadores para categorizarem as melhores propostas pedagógicas, é chegado o momento de explicitá-la, pois daqui em diante farei várias referências a ela. Neste sentido, o Guia foi elaborado com a finalidade de o Ministério da Educação selecionar, por meio de critérios previamente estabelecidos, livros didáticos que atendessem às exigências estabelecidas⁴² pelo próprio MEC e para que os professores pudessem realizar “... uma escolha consciente e segura dos livros didáticos de 5ª a 8ª séries”⁴³.

Tais critérios foram elaborados pelos coordenadores e pareceristas⁴⁴ com a finalidade específica de avaliarem e posteriormente selecionarem os livros didáticos da 5ª a 8ª séries que apresentaram a qualidade exigida pelos parâmetros estabelecidos. Todo o processo de análise e elaboração de um Guia, que pudesse orientar a escolha de obras pelos professores da rede pública de Ensino Fundamental, justifica-se pela centralidade que o livro didático adquiriu ao longo do tempo no processo de ensino e, ainda mais, pelo fato dele ter se convertido “... numa das poucas formas de documentação e consulta empregadas por professores e alunos”⁴⁵.

⁴¹ É importante frisar que quando se detecta erro em uma coleção didática, a mesma é excluída do Plano Nacional do Livro Didático. Fazem parte dos critérios que permitem a exclusão: “os princípios enunciados permitem estabelecer três critérios eliminatórios que representam um padrão consensual mínimo de qualidade para o ensino escolar: correção dos conceitos e informações básicas; correção e pertinência metodológicas; contribuição para a construção da cidadania. A não observância dos aspectos mais básicos de cada um desses critérios gerias, por parte de um livro didático, resultará em uma proposta contrária aos objetivos a que ele deveria servir, o que justificará sua *exclusão* do PNLD”. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**. Ministério da Educação: Brasília, 2001. p.25.

⁴² Os critérios foram: correção e atualização dos conteúdos; metodologia da aprendizagem; metodologia da História; construção da cidadania; editoração e aspectos visuais. Todos esses critérios são desdobrados em itens bastante detalhados.

⁴³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**. Ministério da Educação: Brasília, 2001. p.9.

⁴⁴ O trabalho de análise envolveu “... técnicos do Ministério com equipes da Secretaria de Educação Fundamental – SEF e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, universidades, equipe de avaliadores, coordenadores e especialistas das diversas áreas do conhecimento e organização da sociedade civil – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária – CENPEC que procuram levar até [...] [aos professores] uma visão ampla do conteúdo e da abordagem dos livros didáticos avaliados”. Deve-se destacar a participação da orientadora deste trabalho, Prof^ª. Dr^ª. Christina da Silva Roquette Lopreato, na equipe de pareceristas da área de História que analisaram os livros didáticos desta área. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.11.

⁴⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral, In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.10.

Para o Plano Nacional do Livro Didático/2002 foram avaliadas, na área de História, 21 coleções, “... sendo uma desclassificada em vista do não-cumprimento de exigências do edital”⁴⁶. Desse total de coleções, apenas 17 foram classificadas e 3 excluídas. Após serem analisadas, cada coleção foi caracterizada da seguinte maneira: RD (Recomenda com Distinção); REC (Recomendada); RR (Recomendadas com Ressalvas). Apenas 1 obteve a classificação RD, somente 1 foi classificada como REC e 15 obtiveram a classificação RR. Classificações estas já adotadas desde 1996.

As coleções classificadas como *Recomendada com Distinção*, ocupando o primeiro lugar pela sua qualidade, conforme os critérios e princípios adotados, “... são as que se destacam pelo esforço em se aproximar o mais possível do ideal representado pelos princípios e critérios. Constituem propostas pedagógicas elogiáveis, criativas e instigantes”⁴⁷. Em segundo lugar, estão as *Recomendadas* pelo fato de terem cumpridas “... todos os requisitos mínimos de qualidade exigidos. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz por parte do professor”⁴⁸. E terceiro lugar, último patamar da classificação, estão as *Recomendadas com Ressalvas*, pois

*“... nessa categoria estão reunidos os trabalhos isentos de erros conceituais ou preconceitos que obedecem aos critérios mínimos de qualidade, mas, por este ou aquele motivo, não estão a salvo de ressalvas. Desse modo, podem subsidiar um trabalho adequado se o professor estiver atento às observações, consultar bibliografias para a revisão e complementar a proposta”*⁴⁹.

Além dessa forma de categorizar as coleções, foi adotada “... a seguinte convenção gráfica para facilitar uma rápida visualização⁵⁰ da categoria em que cada coleção foi inserida:

HHH Recomendadas com distinção

⁴⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.277.

⁴⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.13.

⁴⁸ *Ibid.*, p.13.

⁴⁹ *Ibid.*, p.13.

⁵⁰ No Guia de Livros Didáticos – PNLD/2004 – 1ª a 4ª séries, foi abandonada essa convenção. A razão é que “... essa linguagem iconográfica acabou se transformando num indicador para a escolha mais chamativo do que a própria leitura e análise das resenhas. Por esse motivo, optou-se no presente PNLD 2004 por suprimir as estrelas, enfatizando a importância da leitura atenta e crítica das resenhas dos livros e reforçando o significado das menções”. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p.14. v.1.

HH Recomendadas

H Recomendadas com ressalvas”⁵¹.

Conforme foi discutido anteriormente, mudanças e avanços foram sendo feitos à medida que as experiências acumuladas mostraram que tais mudanças e avanços são necessários. Mais à frente serão apontadas, em momento mais oportuno, três mudanças significativas na organização do Guia–PNLD/2002 em relação ao Guia–PNLD/1999, ambos para as séries finais do Ensino Fundamental. Por enquanto, relativo a tais mudanças, deter-me-ei na modificação feita no Guia de Livros didáticos – 1ª a 4ª série: PNLD/2004. A mudança processou-se da seguinte maneira:

*“Desde a instituição do processo avaliativo, PNLD 1997, até o PNLD 2002, cada uma dessas menções era identificada respectivamente por três, duas e uma estrela, tendo o seu uso o objetivo de facilitar a identificação das obras mais qualificadas. No entanto, o recurso a essa linguagem iconográfica acabou se transformando num indicador para a escolha mais chamativo do que a própria leitura e análise das resenhas. Por esse motivo, optou-se no presente PNLD 2004 por suprimir as estrelas, enfatizando a importância da leitura atenta e crítica das resenhas dos livros ...”*⁵².

Após várias questões abordadas relativas ao livro didático, algumas de caráter bastante genérico, é chegado o momento de afunilar as discussões para os dois processos avaliatórios dos livros produzidos para as séries que vão da 5ª a 8ª. Com isso, pretendo ir aproximando, cada vez mais, as análises de um dos objetos centrais desse trabalho: a análise da temática da Inconfidência Mineira nos livros didáticos que constam no Guia de 5ª a 8ª séries/2002. Para chegar até ele, estou convencido de que o caminho, que quiçá possa parecer fácil, mas não é, menos tortuoso e para que as lacunas não sejam tão grandes creio ser necessário trazer para a discussão a primeira edição do Guia de Livros Didáticos das quatro séries finais do Ensino Fundamental e sua reedição em 2001. Neles, observarei, com maior atenção, o entendimento que os técnicos do Ministério da Educação têm do livro didático e o que eles almejam com as avaliações, além de livros de qualidade teórica, pedagógica, metodológica, conceitual, etc.

⁵¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.14.

⁵² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004**, *op. cit.*, p.14. v.1.

É observada uma unanimidade, não apenas por parte dos estudiosos que colocaram o livro didático sob seus olhares críticos, sejam estes pertinentes ou não, mas também pelo próprio Ministério da Educação e Cultura: o livro didático foi elevado historicamente ao principal e às vezes único meio pedagógico utilizado na transmissão do conhecimento pelos professores aos estudantes. Estes, por sua vez, têm em suas mãos um material cujo conteúdo – em específico, o conhecimento histórico – tende a ser apresentado sob um único ponto de vista e de forma linear. Parece ser, outrossim, unânime que o primeiro pressuposto e talvez o que nos induza a colocá-lo em julgamento, às vezes sem consultas prévias, consiste na importância por ele adquirido.

Foi justamente essa importância que impôs aos técnicos do Ministério da Educação e Cultura a necessidade de se elaborar propostas consistentes para a avaliação do material didático. Primeiramente, foram examinados, por dois anos consecutivos – 1996 e 1997 –, os livros da 1ª a 4ª séries, e só em 1998 os destinados as quatro séries finais do Ensino Fundamental estiveram sob o crivo das equipes avaliadoras. Os que foram indicados, por esta avaliação, constam no Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999.

Gostaria, abordando questões um tanto quanto gerais, mas que estão relacionadas diretamente ao livro didático, de tocar em um aspecto que tem me despertado muita atenção: a qualidade do ensino público brasileiro. Todos sabemos o estado no qual a educação pública se encontra. Para que se possa chegar a essa conclusão, que é mais do que óbvia, é indispensável grandes reflexões. No Guia de 1999, a qualidade do ensino oferecido pelo Estado brasileiro aparece atrelada à qualidade dos livros didáticos da seguinte maneira: “... o MEC cumpre seu propósito de promover educação de qualidade, distribuindo os livros didáticos para os alunos matriculados nas escolas públicas”⁵³. Está subentendido que livros didáticos de qualidade poderão promover um ensino igualmente de qualidade. Não há por que negar que estes contribuem para uma educação melhor. Entretanto, a avaliação do material didático está relacionado apenas a uma das engrenagens que constitui o todo do sistema educacional. Elas não funcionam em harmonia porque existem muitos grãos de areia que as deixam emperradas comprometendo todo o sistema.

⁵³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. p.9.

O livro didático tem sido rotineiramente culpado pela precariedade que assola o Ensino Básico público. Talvez ele esteja na dianteira dos graves problemas pelos quais a escola pública passa, o que pode parecer, a meu ver, uma conclusão um pouco precipitada. Em outra passagem do referido Guia, os responsáveis por sua elaboração escrevem que

*“em muitos casos, porém, a ausência de materiais que orientem os professores sobre o que ensinar, aliada à freqüente dificuldade de acesso a diferentes estudos e pesquisas, faz do livro didático fonte de informações e de capacitação. Por isso mesmo, selecioná-lo é, muitas vezes, escolher não só uma ferramenta de trabalho, mas também um companheiro de caminhada”*⁵⁴.

Há, no geral, um emprego excessivo de atribuições ao livro didático. Ao mesmo tempo em que ele é sistematicamente condenado em alguns estudos, atribui-se, no Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999, uma série de responsabilidades, mesmo sabendo-se que ele não é capaz, pelas suas limitações, de desempenhá-las. No trecho citado, o livro didático de qualidade tem a função quase intrínseca de capacitar professores, que, por várias razões, não conseguiram ter uma boa formação acadêmica. E, em alguns casos, há docentes que não passaram por uma faculdade ou universidade, quando muito frequentaram o Curso Magistério, equivalente ao Ensino Médio. Nesse contexto, não existe livro didático milagroso, por melhor que ele possa ser.

Não há como se obter grandes avanços, em se tratando de todo o sistema educacional, privilegiando uma única peça constituinte do conjunto. Estimular a produção de bons livros didáticos, como os técnicos do Ministério da Educação e as equipes da Secretaria de Ensino Fundamental vêm estimulando com os processos de avaliação que foram realizados e os que estão em curso, é um passo importante e mais do que necessário. Todavia, esquece-se que a melhoria do ensino não passa exclusivamente por boas obras didáticas. De pouco adianta o professor tê-las como companheiras se ele não sabe trabalhar corretamente com elas. As salas de aula são geralmente lotadas inviabilizando qualquer trabalho que possa gerar bons frutos. As deterioradas instalações físicas (os prédios escolares) não chegam a ser um bom convite aos estudantes. Então, o que falta, e que não aparece nas páginas dos Guias já elaborados, é que livro didático de qualidade tem,

⁵⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999**, *op. cit.*, p.10.

necessariamente, que rimar com boas instalações físicas, com professores em constates processos de aperfeiçoamento didático e outras atitudes já apontadas em outros momentos desse capítulo.

Para não ser leviano com os esforços que vêm sendo realizados no Ministério da Educação quanto à melhoria da educação brasileira, tendo, para isso, como principal vitrine o livro didático de qualidade, consta no Guia de 1999 uma reflexão nesse sentido:

“reverter o quadro adverso da educação brasileira, em que o livro é apenas um dos aspectos, mesmo que dos mais relevantes, implica diferentes ações, como o estabelecimento de parâmetros curriculares, e outras que assegurem aos professores uma formação contínua e de qualidade, por meio de seminários, cursos, bibliografia especializada, materiais de apoio etc., assim como a promoção de um debate consistente a respeito da avaliação, tanto do professor quanto do aluno. Estas são medidas que estão em curso em projetos específicos desenvolvidos pelo MEC e que permitirão que o livro didático cumpra adequadamente sua função instrumental”⁵⁵.

Os técnicos do Ministério da Educação são sabedores da situação de “penúria” pela qual os professores que se dedicam ao Ensino Básico têm passado, e que, por essa razão e outras tantas, que não cabe aqui serem enumeradas, para que do assunto principal não haja desvio, a utilização do livro didático por eles tem ido muito além do que uma função instrumental. É humanamente impossível alguém preparar aulas com leituras adicionais desenvolvendo a função de docente em mais de um turno e, em muitos casos, em várias escolas diferentes. Nestas condições, não sendo encontrada outra alternativa, o livro didático é transformado numa espécie de “muleta”.

Nessas idas e vindas, que, aliás, são necessárias, ora centrando minhas reflexões sobre o livro didático e em outros momentos no todo ao qual ele se relaciona, estou procurando tecer considerações que não podem ser feitas de maneira dissociada. O livro didático faz parte do cenário educacional brasileiro, e a ambos estão imbricados. Por esse motivo é que o movimento que faço entre livro didático e ensino faz-se pertinente.

Retornando ao Guia de livros didáticos, três mudanças foram feitas do Guia de 1999 para o Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002. A primeira “... delas foi a decisão de que os livros não seriam mais avaliados por série, mas por coleção, para o

⁵⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999**, *op. cit.*, p.12.

conjunto das quatro séries”⁵⁶. Segundo os responsáveis pela confecção do Guia, “o objetivo dessa modificação foi proporcionar a articulação dos volumes que integram uma coleção didática possibilitando, assim, o desenvolvimento curricular na escola”⁵⁷. Em relação ao Guia de 1999, 51 títulos foram selecionados. Desse total, 11 destinavam-se a 5ª série; 13 a 6ª; 13 a 7ª; e 14 para a 8ª. Nenhum deles obteve a classificação máxima: três estrelas. A maioria, 42 exemplares, foram classificados em duas estrelas, segunda melhor categoria.

A segunda mudança “... refere-se aos livros excluídos no PNLD anterior [1999], que, para serem inscritos novamente, necessitaram apresentar uma revisão comprovada nos problemas apontados”⁵⁸. Isso demonstra, em primeiro lugar, a seriedade com que os livros didáticos estão sendo tratados pelas autoridades diretamente responsáveis pelas políticas públicas a eles destinados. Em segundo lugar, as avaliações já realizadas demonstraram que há grande interesse de parte dos autores e dos dirigentes das editoras em estarem confeccionando obras didáticas de boa qualidade, embora alguns casos tenham demonstrado visíveis deficiências. Em outros, observa-se livros de uma qualidade mais aprimorada.

Para a confecção do primeiro Guia de 5ª a 8ª séries (1999) foi feita uma parceria entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Pernambuco para que esta instituição de ensino ficasse responsável pela equipe avaliadora. Já para o Guia de 2002, várias instituições de ensino responsabilizaram-se pela constituição das equipes que avaliaram os livros. Segundo o MEC, essa talvez tenha sido, dentre as três, a mudança mais significativa: “... a descentralização do processo de avaliação, com a participação de universidades de diferentes estados”⁵⁹.

Mas antes de encerrar definitivamente esse capítulo – aqui tenho a impressão que cada vez que pretendo pôr termo a ele as páginas parecem querer se alongar – desejo ainda fazer comentários breves sobre dois assuntos correlatos aos livros didáticos: o primeiro deles diz respeito ao livro didático em braile⁶⁰. Já encontram-se em fase de produção livros

⁵⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.12.

⁵⁷ *Ibid.*, p.12.

⁵⁸ *Ibid.*, p.12.

⁵⁹ *Ibid.*, p.12.

⁶⁰ Sistema de escrita em relevo, elaborado pelo francês Louis Braille (1809-1852), cego desde os três anos de idade, para os deficientes visuais lerem. Mais conhecido como sistema braile.

didáticos de 1ª a 4ª séries em relevo para que portadores de necessidades especiais – neste caso, visual – tenham acesso ao conhecimento. Isso demonstra que o livro didático continuará reinando, em se tratando de prática pedagógica na transmissão e acesso do conhecimento, quase absoluto no processo de ensino-aprendizagem. A intenção é que tais livros estejam disponíveis o mais rápido possível. Com esse intuito

*“já estão sendo adaptados os primeiros títulos de livros didáticos a serem disponibilizados na Internet para impressão em Braille. Eles foram sugeridos por professores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e englobam as áreas de Ciências, Matemática, Português e Estudos Sociais das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Brevemente as obras poderão ser acessadas no site da SEESP, por meio de download”*⁶¹.

Por último, tecerei alguns comentários a respeito do volume em quantidade e recursos financeiros destinados ao atendimento do PNLD/2004. De acordo com estimativas do Governo Federal, calcula-se o gasto em cerca R\$ 550 milhões de reais⁶² para atender, em todo o país, mais de 32 milhões de crianças matriculadas nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental em aproximadamente 160 mil estabelecimentos públicos de ensino. Para atender esse contingente serão comprados mais de 100 milhões de livros didáticos das editoras cujas obras foram indicadas para o Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004.

Acredito ter conseguido mapear, por meio de um panorama geral, dando ênfase para alguns pontos mais específicos, margeando outros, o histórico do livro didático no Brasil. Nos caminhos percorridos rumo a esse objetivo, fui estimulado, em alguns momentos nos quais as reflexões foram fluindo de maneira bastante intensa, a embrenhar-me em assuntos cujas diretrizes fundamentais não tenho muito domínio. Fiz isso, não por mudança imprevisível de rota – se bem que na História a imprevisibilidade é algo intrínseco aos acontecimentos históricos –, mas pela razão principal de que livros didáticos e sistema educacional encontram-se interligados.

A minha intenção, neste primeiro capítulo, foi apresentar os vários aspectos que tornaram o livro didático uma peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem

⁶¹ LIVROS Didáticos em Braille. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/boletim/m03.shtm>>. Acesso em: 23 nov.2002.

⁶² FNDE licita produção de Guia do PNLD – 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/noticias/release/_02212003_1.html>. Acesso: em 16 mar. 2003.

para milhares de crianças que são atendidas pelo sistema educacional público, razão principal para que o assunto, desde os anos da década de 1940, fosse considerado digno de atenção. Não omito que muitas informações que poderiam enriquecer analiticamente, ainda mais, esse histórico foram deixadas de lado. Os motivos, não querendo transformá-los em desculpas, são muitos, desde o exíguo tempo para a produção desse trabalho, até a impossibilidade de ter acesso a materiais, em especial teses a respeito do assunto. Contudo, me dediquei com entusiasmo e paixão – sentimentos pelos quais senti-me arrebatado desde as primeiras palavras aqui escritas.

CAPÍTULO II

O TEMA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os estudos sobre o livro didático começaram a aparecer em cena nos anos 50 e 60 do século passado, mas somente ganharam fôlego a partir de 1970. Não foram muitos os estudiosos que dedicaram-se ao tema. À medida que o livro didático foi ocupando espaço no processo de ensino e aprendizagem e os professores, assim como os estudantes, dele foram fazendo o principal e mais rápido meio para a difusão do conhecimento acadêmico em sala de aula, preocupações foram sendo suscitadas, especialmente em função da importância que ele ia adquirindo, sendo eleito como objeto de problematização por alguns estudiosos.

Atualmente, há obras que problematizam o livro didático em suas várias dimensões, a saber, as conseqüências negativas que sua utilização, como único instrumento pedagógico na transmissão do conhecimento tem acarretado; a relação da obra didática com o todo do sistema educacional brasileiro; a produção e fatores a esta entrelaçados (comercialização e distribuição); as políticas públicas que envolve o livro didático; os professores que têm, em muitos casos, a obra didática como única ferramenta de trabalho na elaboração de suas aulas e na transmissão do saber já produzido; a clientela a qual os livros didáticos são destinados; os editores; e os diversos fatores que influenciam os autores na produção dos livros didáticos, etc. Nesse sentido, “o livro didático, para além de sua função mais evidente e tradicional – a de um material/manual de trabalho para ser utilizado por professores e estudantes, abrigando os conteúdos definidos pelos programas curriculares, apresenta dimensões bem mais complexas”⁶³.

Não há dúvida de que o recurso didático-pedagógico mais utilizado atualmente nas escolas, não somente nas públicas, mas também nas particulares, para que os estudantes tenham acesso ao conhecimento, é o livro didático. Da mesma maneira que não pairam dúvidas sobre essa constatação, que aliás, não é minha, eu apenas a corroboro, também é verdade que outros recursos, como a internet e o *cd-rom*, já estão sendo bastante utilizados, estes com mais freqüência nos estabelecimentos de ensino privados do que nos públicos. Mas, o livro didático ainda constitui-se em material pedagógico dominante, embora não tão

⁶³ LIMA E FONSECA, Tais Nívea de, *op. cit.*, p.24.

absoluto como antes. É nesta direção – preponderância do livro didático como material pedagógico que mais os professores fazem uso – que as análises de Circe Bittencourt convergem. Para ela,

*“o livro didático [...] continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade”*⁶⁴.

No início da década de 80 (século XX), o livro didático aparece, segundo os autores de *O Livro Didático em Questão*⁶⁵, “... pela primeira vez [...] explicitamente [...] [vinculado] [...] [à] política governamental [...] [de assistência à] criança *carente* ...”⁶⁶. Com isso, ele passa a ser destinado quase exclusivamente a estudantes advindos das camadas economicamente menos favorecidas, numa palavra, pobres. É ainda desses mesmos autores a seguinte constatação:

*“o livro didático brasileiro adquire, no decorrer da definição das políticas públicas, uma função que não lhe é atribuída em outros países do mundo: sua destinatária quase exclusiva passa a ser criança de recurso ou, segundo a linguagem também usada, oriunda das classes populares de baixa renda”*⁶⁷.

Embora parte significativa do alunato brasileiro que estuda em escolas públicas seja proveniente de setores sociais cuja renda é baixa, não é ele, hoje, o único a ter no livro didático a opção mais rápida e também econômica para entrar em contato com o conhecimento. Muitos estabelecimentos particulares de ensino indicam determinados livros didáticos aos seus alunos. No entanto, o maior cliente das editoras que atuam no ramo da produção do livro didático é o Ministério da Educação. Milhares de escolas públicas recebem anualmente milhares de livros. Isso tem um impacto muito forte na educação pública brasileira.

⁶⁴ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.71. (Coleção Repensando o Ensino).

⁶⁵ COSTA, Wanderly Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues, *op. cit.*, 159p.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 15.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 19.

Tal impacto consiste, sobretudo, quando a educação pública do nosso país tem como principal instrumento pedagógico o livro didático e, para além disso, uma parcela significativa de professores sem capacitação teórica suficiente para exercer a função de docente. Além disso, vale registrar que embora as avaliações dos livros didáticos tenham detectado vários problemas de conteúdo e no que tange à proposta metodológica, e por isso vários livros que ainda apresentam tais deficiências foram rejeitadas pelos avaliadores do Ministério da Educação, muitos dos que ainda são portadores de algum tipo de deficiência de conteúdo, desde que não sejam prejudiciais ao ensino, continuam sendo utilizados, haja visto que nos Guias de livros didáticos não somente constam as obras cujas propostas pedagógicas são elogiáveis, mas também aqueles que necessitam de algum tipo de complementação.

Sabedor de todas as questões que foram apontadas e discutidas, as quais merecem estar em contínuo debate, restringi minhas análises relacionadas ao objeto livro didático à Inconfidência Mineira. Certamente, em se tratando desse objeto tão múltiplo em suas dimensões e frente a todas as problemáticas que o envolvem, ao eleger apenas um conteúdo as análises podem parecer bastante limitadoras. Apenas podem parecer, pois encontram-se presentes nesse trabalho discussões que ultrapassam a fronteira do conteúdo em si, ou seja, o tema da Inconfidência Mineira.

Em relação a alguns desses problemas, em função das limitações intrínsecas a qualquer trabalho monográfico, dei somente rápidas pinceladas, já em relação a outros, desenvolvi reflexões de maior profundidade analítica. Junte-se a isso, a inviabilidade de se colocar em discussão as obras completas, isto é, todo o conteúdo. O trabalho de análise é minucioso, o que requer tempo, não sendo possível, em um trabalho de caráter monográfico, realizá-lo em todo o conteúdo dos livros didáticos.

Para isso, foram selecionados sete livros didáticos. Vale esclarecer que alguns livros didáticos discutem os movimentos pré-Inconfidência e a Inconfidência Mineira em um único capítulo. Outros livros abordam os movimentos que antecederam a Inconfidência Mineira e ela própria, e para esse trabalho o que mais interessa é a *Revolta de Vila Rica*, em capítulos distintos. Portanto, neste caso, serão analisados dois capítulos do respectivo livro didático em discussão. Na relação a seguir, primeiramente consta o título do(s) capítulo(s) analisado(s). Logo à frente, o nome do livro, e só depois a série a qual ele é destinado e a

coleção a que pertence. São eles: *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*⁶⁸ e *Mito e Memória Histórica*⁶⁹ do livro *Diversidade Cultural e Conflitos* – 6ª série (coleção História Temática/classificada como Recomendada); *Os Movimentos de Libertação no Brasil*⁷⁰ do livro *Do Século XVIII até o século XIX* – 7ª série (coleção Cultura e Sociedade/classificada como Recomendada com Ressalvas); *As Primeiras Rebeliões da Colônia*⁷¹ e *As Rebeliões Separatistas*⁷² do livro *Brasil: da chegada dos portugueses à independência política* – 5ª série (coleção Horizontes/classificada como Recomendada com Ressalvas); “*Liberdade Ainda que Tardia*”⁷³ do livro *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* – 7ª série (coleção História: passado e presente/classificada como Recomendada com Ressalvas); *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII*⁷⁴ e *As Conjurações*⁷⁵ do livro *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental* – 7ª série (coleção Nas Trilhas da História/classificada como Recomenda com Ressalvas); *Brasil: a independência*⁷⁶ do livro *História Geral e do Brasil: consolidação do capitalismo e Brasil Império* – 7ª série (coleção Saber e Fazer História/classificada como Recomendada com Ressalvas); e, por último, *Houve Muitas Revoltas*⁷⁷ do livro *História e Vida* – 6ª série (coleção História e Vida Integrada).

⁶⁸ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andréa. Fragmentos da vida colonial no Brasil. In: **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001 p.130-146. (Coleção História Temática).

⁶⁹ _____. Mito e memória histórica. In: **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001 p.10-29. (Coleção História Temática)

⁷⁰ ORDEÓZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto. Os movimentos de libertação no Brasil. In: **Do século XVIII até o século XIX**. São Paulo: Ibep, 2002, p.76-95. (Coleção Cultura e Sociedade Histórica).

⁷¹ ORDEÑOZ, Marlene. As primeiras rebeliões da colônia. In: **Da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: Ibep, 1999. p.146-155. (Coleção Horizontes).

⁷² _____. As rebeliões separatistas. In: **Da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: Ibep, 1999. p.156-165. (Coleção Horizontes).

⁷³ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane. “Liberdade ainda que tardia”. In: **A consolidação do capitalismo e o Brasil Império**. 12. ed. São Paulo: Atual, 2001. p.27-32. (Coleção História Passado e Presente).

⁷⁴ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de. Os movimentos nativistas dos séculos XVII e XVIII. In: **Nas trilhas da História – séries finais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000 p.106-110. (Coleção nas Trilhas da História).

⁷⁵ _____. As conjurações. In: **Nas trilhas da História – séries finais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. p.111-115. (Coleção nas Trilhas da História).

⁷⁶ COTRIM, Gilberto. Brasil: a independência. In: **História geral e do Brasil: consolidação do capitalismo e Brasil Império**. São Paulo: Saraiva, 1999. p.77-81. (Coleção Saber e Fazer História).

⁷⁷ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio. Houve muitas revoltas. In: **História e vida**. São Paulo: Ática, 1997. p.70-80. (Coleção História e vida Integrada).

Restringindo-me à temática da Inconfidência Mineira, procurei fazer análises no intuito de apresentar as deficiências relativas ao conteúdo e, ao mesmo tempo, os pontos em que o referido tema é adequadamente trabalhado. Para isso, foram elaborados alguns subtópicos capazes de conferir maior rigor analítico ao estudo, permitindo, desse modo, uma análise mais acurada. Buscando alcançar tal objetivo, esse estudo não pretende simplesmente analisar o tema da Inconfidência Mineira apresentando como resultado final um mero parecer. O intuito é realmente produzir um trabalho cujo caráter norteador seja uma análise pormenorizada procurando apontar onde há acertos e onde existem falhas.

Gostaria de, mais uma vez, ressaltar que com os esforços aqui realizados não se pretende condenar esse ou daquele livro didático, mesmo por que, vale sempre que necessário frisar, o que está em discussão é apenas um tema dentre os diversos assuntos discutidos nos livros didáticos. Junte-se a isso, a compreensão de que a função do livro didático deve constituir-se em um instrumento auxiliar no desenvolvimento das tarefas pedagógicas, mas que, em muitos casos, ele é transformado na principal fonte que o professor dispõe para que os estudantes tenham acesso ao conhecimento, portanto não cabe a mim execrá-lo, mas tão somente apresentar algumas discussões que venham, quiçá, contribuir para que esse instrumento seja aprimorado.

Nesse ponto específico – a função do livro didático – faz-se oportuno colocar em debate o que Ricardo de Moura Faria, autor de livros didáticos, ressalva:

“o professor faz um curso superior nem sempre muito bom, pois há cursos muito discutíveis [...] Esse [mesmo] professor vai para o mercado de trabalho e tem que pegar 20, 40 aulas por semana [...] Ele não tem tempo de se atualizar, não tem tempo de fazer curso, não tem tempo de comprar livro, não tem dinheiro para comprar livros. Então, ele se apegando ao livro didático que é a salvação dele, é a sua Bíblia. Vira Bíblia mesmo! Professor que não tem o livro didático fica perdido!”⁷⁸.

Sem dúvida, esta é uma demonstração de como o livro didático passou de material pedagógico auxiliar e se tornou um instrumento indispensável para alguns professores. Tendo em vista essa constatação – que não é algo extraordinário, pois todos sabem que as condições não são diferentes das apresentadas por Faria – faz-se pertinente a indagação de

⁷⁸ GATTI JÚNIOR, Décio. Introdução. In: **Livro didático e ensino de História: dos anos 60 até os nossos dias**. 1998. f.123 – Anexo. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1998.

como, em tais condições, um profissional da educação pode desenvolver um trabalho satisfatório. Some-se a isso, um dado contexto no qual o professor escolhe livros didáticos que necessitam de complementação. Tudo isso faz parte de uma conjuntura da qual o livro didático não se encontra dissociado. Mas isso merece discussões mais alongadas e o intuito aqui não é esse, embora haja grandes imbricações do objeto de estudo em questão com o todo do sistema educacional.

Não somente em função dessa super valorização do livro didático, pelo professor, mas fundamentalmente por aquilo que os autores desse tipo de material pedagógico propõem em relação ao conteúdo, que não raro é extremamente superficial, e muitas vezes o que eles deixam de abordar, é que cada vez mais pesquisas são necessárias sobre o livro didático, não somente no sentido de criticá-lo, mas também no de propor melhorias. Além do mais, há uma questão, no tocante ao conteúdo, que é a necessidade de sua atualização frente às novas pesquisas historiográficas, considerando que “a incorporação da historiografia atualizada raramente se faz de modo efetivo ...”⁷⁹, e também o fato de “... ser comum a presença, nas listas bibliográficas, de trabalhos recentes, mas que raramente ecoam na realização das obras”⁸⁰ e, ainda mais, a problemática de que o que se observa, com frequência, nos livros didáticos “... é a transcrição de trechos em *boxes* ou atividades complementares, sem que o texto didático tenha efetivamente trilhado novos caminhos”⁸¹.

A não incorporação da renovação do conhecimento histórico nestas obras não permite que a clientela a qual elas são destinadas tenha acesso a ele. A tendência dos pesquisadores, face à circulação da produção intelectual, é que ela possa alcançar o maior número possível de leitores garantindo-lhes o acesso a um conhecimento renovado. Conhecimento este que permite aos estudantes terem contato com a elucidação de fatos e acontecimentos da História do nosso país que, até então, permaneciam obscuros. Lembro também que, em muitas obras didáticas, os autores não fazem esforços para que a diversidade e a multiplicidade de interpretação estejam presentes em suas abordagens, seja qual for o conteúdo trabalhado. Essa é uma preocupação bastante pertinente, pois sem o tratamento das divergências os estudantes acabam ficando com uma aprendizagem

⁷⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.285.

⁸⁰ *Ibid.*, p.285.

⁸¹ *Ibid.*, p.285.

deficiente no que tange aos diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos históricos. Por exemplo, apenas antecipando as análises do conteúdo relativo à Inconfidência Mineira, no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*⁸², não há nenhuma referência às divergências de opinião sobre os planos conspirativos. Para se ter uma idéia de como isso tem importância, Joana Neves afirmou que

*“... o livro didático não trabalha tanto com a polêmica, com o conflito, com a divergência, até por uma questão econômica. Ele tem uma quantidade de páginas definida, porque o professor tem um tempo limitado para tratar daquele assunto. Sendo assim, geralmente o autor escolhe a interpretação mais corrente. Mesmo quando ele anuncia que existem outras, não tem tempo, não tem espaço para discutir as outras”*⁸³.

A questão da economia parece ser séria porque desemboca diretamente na limitação de espaços – quantidades de páginas – para se abordar determinado tema, atingindo, desse modo, a qualidade do material. Acredito ser impossível qualquer tema da nossa História ser satisfatoriamente discutido em meia página. Então, essa é uma questão extremamente problemática que nos impõe muitas reflexões no sentido de encontrar saídas para ela. São muitas as questões que envolvem o livro didático, cabendo, em alguns momentos, fazer uma rápida discussão, pois o objetivo principal é analisá-lo.

Para analisar os livros didáticos, foram elaborados dez subtópicos, cuja finalidade, que não consiste em um fim em si mesmo, é abranger, o máximo possível, o tema da Inconfidência Mineira em suas dimensões. São eles: 1) *abordagem da Revolta de Vila Rica (1720)*; 2) *contexto histórico do período pombalino*; 3) *as medidas adotadas por Martinho de Melo e Castro no tocante à Capitania de Minas Gerais*; 4) *a conjuntura histórica da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*; 5) *fatores que levaram os participantes da Inconfidência Mineira a elaborarem os planos conspirativos*; 6) *os planos traçados e os objetivos que os conspiradores pretendiam alcançar*; 7) *discussão sobre as divergências entre os elaboradores dos planos – independência do Brasil ou somente da Capitania de Minas Gerais, escravidão e sistema de governo*; 8) *abordagem dos interesses*

⁸² CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO Andrea. Fragmentos da vida colonial no Brasil. In: **Diversidade cultural e conflitos**, *op. cit.*, p.130-146.

⁸³ NEVES, Joana. In: GATTI JÚNIOR, Décio. Introdução. **Livro didático e ensino de História: dos anos 60 até os nossos dias**. 1998. f.49. – Anexo. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-

personais; 9) caráter dos planos: elitista ou popular; 10) o tratamento dado à personagem histórica Tiradentes.

Como se vê, trata-se de uma série de questões bastante pontuais relativas ao tema da Inconfidência Mineira. O procedimento adotado consiste em analisar, em separado, cada capítulo submetendo esse tema à análise de acordo com as questões propostas, ou seja, os subtópicos. Quando houver necessidade, confrontar-se-á o conteúdo relativo à temática da Inconfidência Mineira apresentado por dois ou mais livros didáticos. Isso é importante para que se possa apontar qual obra, ou quais obras, abordam satisfatoriamente os subtópicos. E, na medida do possível, será destacado qual subtópico é abordado de maneira elogiável.

Esse procedimento tem como objetivo apresentar as possíveis teóricas encontradas. Não só estas serão ressaltadas, mas também o reconhecimento em relação ao tratamento dispensado ao tema da Inconfidência Mineira. Esse reconhecimento é importante, mais do que isso, faz-se também necessário, porque não basta simplesmente apontar as falhas condenando esse ou aquele tipo de abordagem, sem, contudo, apresentar os êxitos obtidos pelos autores dos livros didáticos. Indicar em que ponto houveram acertos faz-se igualmente necessário. Indo além, seria, a meu ver, uma contribuição considerável formular propostas para substituir ou complementar as abordagens apontadas como insuficientes de acordo com o material analisado. Entendendo todas essas questões como pontos a serem cuidadosamente pensados e analisados, creio ser possível ultrapassar as críticas que geralmente são feitas para apresentar somente as lacunas.

No intuito de ultrapassar as críticas, centrarei esforços no sentido de realizar análises capazes de apontar os acertos que concerne a abordagem do conteúdo a partir dos subtópicos que foram elaborados. Antes de detalhar o que se pretende com cada um deles, faz-se necessário ressaltar que, no decorrer das discussões, buscarei, sempre que oportuno, estabelecer diálogo entre as análises que estão sendo realizadas e os resultados da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*⁸⁴. Esse diálogo é importante por

Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1998.

⁸⁴ Projeto de Pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* – período: agosto/2001 a julho/2002. Com essa pesquisa, procurei investigar os interesses pessoais dos inconfidentes, bem como as divergências que existiram entre eles a respeito dos planos conspirativos, dentre outras questões. Ficou evidenciado que, sem dúvida, os planos dos inconfidentes foram concebidos e pensados por uma elite tendo como fator norteador interesses diversos. De todos os interesses em jogo o que se sobressaiu, mas não de forma preponderante, foram os de ordem econômica. O perdão das dívidas foi o argumento mais utilizado

mostrar pontos relevantes da Inconfidência Mineira que não podem ser esquecidos ou simplesmente tratados de forma superficial.

O subtópico *abordagem do movimento A Revolta de Vila Rica (1720)* consiste em observar se os livros didáticos trazem discussões sobre este movimento que também é conhecido como *A Revolta de Felipe dos Santos*, ocorrida entre 28 e 29 de junho de 1720, na Capitania de Minas Gerais. A presença desse acontecimento nos livros didáticos é importante para que os estudantes possam compreender que os inconfidentes não foram os únicos habitantes da capitania a se rebelarem contra as medidas adotadas pelo rei de Portugal para as possessões ultramarinas. É necessário esclarecer que ocorreram outros movimentos em outras regiões do Brasil antes da Inconfidência Mineira, dentre eles, a *Revolta de Beckman* (1685), na Capitania do Maranhão, a *Guerra dos Emboabas* (entre 1707 e 1711), na Capitania de Minas Gerais, e a *Guerra dos Mascates* (entre 1709 e 1711), na Capitania do Pernambuco. Porém, somente a *Revolta de Vila Rica* será abordada. Na verdade, não é uma abordagem de profundidade analítica, pois verificar-se-á, sem maiores discussões, se ela está presente nos livros didáticos. Sua presença, nas obras didáticas, é necessária porque foi o movimento que antecedeu a Inconfidência Mineira. Entretanto, sempre que julgar necessário e oportuno, farei discussões a seu respeito. Além do mais, o principal motivo que gerou o movimento foi a imposição das Casas de Fundição, as quais impediriam, em certa medida, que os grandes proprietários de lavras vendessem o ouro extraído sem que pagassem o que era de direito do fisco português. Isso deixou alguns ricos proprietários da época muito insatisfeitos. Além disso, existem alguns pontos semelhantes entre a Inconfidência Mineira e a *Revolta de Vila Rica*. Destacarei apenas dois. O primeiro

para atrair os maus pagadores de tributos, cuja riqueza, em parte, tinha sido acumulada com a sonegação. Em alguns dos relatos dos inconfidentes aparece mais de um interesse. Geralmente os de ordem política, social e econômica se imbricam. Se o anseio era ver os débitos cancelados, também desejavam manter-se, pelo menos, na posição social em que se encontravam. O controle da burocracia local, isto é, da Capitania de Minas Gerais, colocava-se como um importante meio na consecução e manutenção de interesses particulares de pessoas importantes social e economicamente. Por isso, era fundamental, na conjuntura da época, a ascensão ao poder (entendo poder, nesse caso, como a ascensão aos cargos mais elevados da administração da capitania) e, além disso, manter os vínculos com ele. Quando Luís da Cunha Meneses assumiu o cargo de governador da capitania (isso em outubro de 1783), muitas pessoas que ocupavam os cargos mais importantes foram afastados, o que constituiu-se em um dos fatores principais que levaram alguns cidadãos vila-riquenses e de outras localidades da capitania a elaborarem planos que visavam o rompimento político com o controle metropolitano. Ficou evidenciado, também, que existiriam alguns pontos de discordância entre os elaboradores dos planos conspirativos: a permanência ou o fim da escravidão e o sistema de governo que seria instalado. São pontos sobre os quais nos depoimentos dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* existem muitas divergências.

é que a avidez dos responsáveis pela arrecadação dos tributos coloniais é parte dos fatores que contribuíram para o surgimento dos dois movimentos. O segundo consiste no fato de ambos os movimentos terem sido pensados por pessoas de posses, sendo que os penalizados foram pobres. De acordo com Laura Vergueiro, “como ocorreria mais tarde na Inconfidência Mineira de 1789, tratava-se de um grupo de homens ricos e importantes que procuravam enfrentar o poder metropolitano, desafiando-o nos pontos que lesavam seus interesses particulares ...”⁸⁵. No caso da *Revolta de Vila Rica*, Felipe dos Santos, tropeiro minhoto, foi o único que recebeu a pena de morte, isto é, o enforcamento; no caso da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier foi o único condenado com a pena de morte, também o enforcamento. Ainda, segundo Vergueiro, “... em ambos, o sacrifício máximo caberia apenas ao elemento de extração humilde que acreditaria identificados aos seus aos seus os interesses dos poderosos”⁸⁶. Também como Tiradentes, Felipe dos Santos teve seu corpo feito em quatro partes distribuídas em quatro pontos diversos da capitania.

Embora possam ser apontadas essas semelhanças, há um ponto que distancia os dois movimentos. Ele consiste, essencialmente, no acontecimento em si. Enquanto a Inconfidência Mineira restringiu-se apenas a idéias e planos, não colocados em prática, ficando esse movimento conhecido, na historiografia brasileira, muito mais pelas prisões dos responsáveis pelos planos e pela devassa que se alongou por mais de um ano, a *Revolta de Vila Rica* foi um acontecimento no qual se verifica ações práticas: “bandos de escravos armados, alguns tendo o rosto coberto por máscaras, [sob o comando de Felipe dos Santos] colocaram em sobressalto a população de Vila Rica durante ...”⁸⁷ os dias 28 e 29 de junho. Portanto, seria interessante que os livros didáticos destacassem as semelhanças e essa diferença.

Com o subtópico *contexto histórico do período pombalino*, procuro chamar a atenção para sua importância na discussão sobre a Inconfidência Mineira. Na tentativa de diminuir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra e retirar o comércio do controle dos estrangeiros, especialmente os ingleses, Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal) ao assumir o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar esforçou-se

⁸⁵ VERGUEIRO, Laura. A organização da capitania. In: **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.36. (Coleção Tudo é História).

⁸⁶ Ibid., p.36.

⁸⁷ Ibid., p.35.

para centralizar todas as trocas comerciais feitas tanto em Portugal quanto em seus domínios ultramarinos nas mãos dos portugueses. Sua principal medida, nesse sentido, foi o incentivo à fundação de indústrias nacionais e, para o vice-reinado do Brasil, a criação de companhias comerciais no intuito de monopolizar, dessa maneira controlando, todo o comércio praticado nas terras brasileiras por estrangeiros. A criação das “Companhia do Grão Pará e do Maranhão – disse Pombal a [seu irmão, governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de] Mendonça Furtado – ‘era o único meio que havia para reivindicarem o comércio de toda a América portuguesa das mãos dos estrangeiros’ ”⁸⁸.

Para “nacionalizar” o comércio luso-brasileiro, retirando-o das mãos dos estrangeiros, Pombal colocou pessoas ricas em postos importantes nas administrações coloniais. Com essa política, grandes comerciantes e proprietários de minas passaram a ocupar cargos de destaque na Capitania de Minas Gerais. O resultado foi o enraizamento de interesses pessoais na administração pública. Alguns anos depois que Pombal deixou o cargo, a administração pública dessa capitania estava quase que totalmente a serviço de interesses particulares. Por exemplo, os impostos que deveriam ser pagos pelos comerciantes e donos de minas foram sonegados, pois eram eles que estavam nos principais cargos da administração. Ao tomar posse como Ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro adotou medidas no sentido de cobrar todos os atrasados que foram se acumulando em função da sonegação. Isso gerou grande insatisfação que impulsionou alguns cidadãos da capitania a traçarem planos que iam na direção do rompimento dos laços políticos com Portugal, pois já não controlavam mais a burocracia da capitania em seu próprio benefício.

Outras medidas importantes adotadas por Pombal foram “... reforçar os métodos de fiscalização da produção aurífera do Brasil”⁸⁹, o restabelecimento das Casas de Fundição – todo o ouro extraído deveria passar por esses estabelecimentos para que a parte da Coroa fosse recolhida –, a volta da cota de 100 arrobas de ouro anual que a Capitania de Minas Gerais deveria remeter, em forma de imposto, para a metrópole e a tentativa de acabar com o contrabando do ouro na região, adotando, para isso, a enérgica atitude de expulsar, em 1751, os ourives do território mineiro.

⁸⁸ MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808**. Tradução de João Maia. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.35.

⁸⁹ Ibid., p.30.

Talvez a medida, dentre as adotadas por Carvalho e Melo, que gerou mais implicação⁹⁰ para a administração da capitania e os interesses portugueses, muitos anos depois, foi o recrutamento de “‘... homens abastados e prudentes’ [em suas regiões de origem, para postos importantes da administração local], especialmente os mais ricos comerciantes, que deveriam ser estimulados mediante a fixação de soldos atraentes a colocar sua perícia comercial a serviço dos negócios públicos ...”⁹¹. Esses homens deveriam zelar, sobretudo, pelos interesses da Real Fazenda⁹². Seguindo a orientação do Marquês de Pombal, “‘... magnatas locais [...] [foram] estimulados a assumir postos de liderança nas instituições militares da colônia. Também os homens da magistratura eram nomeados para influentes posições judiciais nas regiões onde já tinham amplos interesses financeiros ...”⁹³.

Durante a administração de Pombal – 1750-1777 – vários interesses pessoais foram se arraigando na administração pública da Capitania de Minas Gerais. Segundo Kenneth Maxwell,

“... a participação de homens de negócios e latifundiários na administração pública só funcionava em favor dos interesses do Estado quando havia coincidência dos interesses imperiais com os locais, e na medida em que a vigilância constante do governo central pressionasse no sentido das prioridades gerais sobre os interesses pessoais e faciosos da oligarquia local”⁹⁴.

⁹⁰ A intenção de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal –, colocando, como diz Maxwell, magnatas locais para administrar a Capitania de Minas Gerais, era que, por essa razão, estariam desprovidos de interesses financeiros, já que eram ricos e não necessitariam, em tese, do aparelho burocrático-administrativo para privilegiarem interesses próprios. Na prática, aconteceu o contrário. Os magnatas da capitania utilizaram os cargos que ocupavam primeiramente para atender interesses particulares e, só depois, os interesses do império colonial português. Essa medida gerou como consequência a fixação de interesses pessoais na máquina burocrática estatal. Com isso, os interesses do reino português foram colocados em segundo plano, especialmente no que diz respeito à arrecadação de impostos. Parte destes, que deveria ir para a metrópole, ficava nas mãos dos magnatas. Segundo, Laura de Mello e Souza, “... a sombra dos funcionários se alongava quando longe do sol metropolitano, as Minas foram um dos pontos do Império onde ela mais se encompridou, os funcionários coloniais procurando e muitas vezes conseguindo distender as redes do poder em proveito próprio. MELLO E SOUZA, Laura de. 3. ed. Nas redes do poder. In: **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal, 1990. p.96.

⁹¹ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p.63.

⁹² A Real Fazenda foi criada em 1761 para administrar e controlar a arrecadação de todos os tributos cobrados nas colônias portuguesas. Em cada possessão portuguesa foram criados órgãos complementares: as *Juntas da Fazenda*. A Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais foi criada em 1765, mas só começou a funcionar no ano de 1771.

⁹³ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p.64.

⁹⁴ *Ibid.*, p.87.

Estando enraizados na estrutura governamental, os interesses pessoais das oligarquias locais permaneceram, sem que fossem prejudicados, até 1783, ano em que Luís da Cunha Meneses iniciou sua administração na capitania. Falar, ainda que de maneira sucinta, de como os interesses pessoais de determinadas pessoas da Capitania de Minas Gerais estiveram atrelados à máquina burocrática dessa capitania é para deixar claro que existe um elo importante entre a administração de Carvalho e Melo com os elaboradores dos planos conspirativos. Portanto, o estabelecimento de tais interesses carece estar presente nos livros didáticos.

A presença da discussão sobre como interesses pessoais foram atrelados à administração pública da Capitania de Minas Gerais é de muita importância porque Cunha Meneses, ao tomar posse, afastou todos os homens ricos da administração pública local, não no intuito de moralizá-la, mas com a intenção de colocar em seus lugares pessoas ligadas a ele próprio. Essa atitude gerou ressentimento nas pessoas afastadas.

Após a demissão do Marquês de Pombal pela rainha D. Maria I, seu lugar foi ocupado por Martinho de Melo e Castro, cuja tarefa principal, com relação à conjuntura encontrada na Capitania de Minas Gerais – crescente aumento de estabelecimentos têxteis⁹⁵, falta de rigor na arrecadação dos impostos e um quase abandono do zelo com o interesse público em benefício de privilégios pessoais –, foi fazer com que os impostos atrasados fossem pagos. Essa medida gerou muita insatisfação nas pessoas que tinham, até 1783, se utilizado da máquina administrativa em benefício próprio, inclusive esquivando-se do pagamento de impostos. No intuito de observar se há algum tipo de abordagem dessa situação nos livros didáticos selecionados é que foi elaborado o tópico *as medidas adotadas*

⁹⁵ Existiam restrições quanto à abertura de estabelecimentos – pequenas fábricas – têxteis nas colônias portuguesas, pois, de acordo os administradores do reino, eles prejudicavam as exportações de produtos manufaturados da metrópole para as possessões do império colonial português. A ordem da proibição de manufaturas foi expressa no Alvará Real de 5/01/1785 da rainha D. Maria I. “...Que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda; de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores; e de panos, baetas, droguetes, saetas, ou de qualquer outra qualidade de tecidos de lã; ou os ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados e tecidos uns com os outros; excetuando tão somente aqueles dos ditos teares e manufaturas em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão que servem para o uso e o vestuário dos negros, para enfardar ou empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento em tresdobro do valor de cada uma das ditas manufaturas ou teares, e das fazendas que nelas ou neles houver ...”. CÂMARA DOS DEPUTADOS; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

por *Martinho de Melo e Castro no tocante à Capitania de Minas Gerais*. Sendo essa situação um desdobramento, ou, se quisermos, uma das principais consequências da política adotada por Pombal – colocar homens ricos no comando da administração pública – que Melo e Castro teve que enfrentar, creio ser necessário a abordagem da conjuntura deixada por Carvalho e Melo e que esse procurou revertê-la, evidentemente, em benefício dos interesses portugueses.

Em se tratando da *conjuntura histórica da Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*, procurar-se-á observar como os livros didáticos selecionados a abordam. A presença de tal conjuntura é necessária pelo fato de ter sido nela fomentadas as situações que possibilitaram a convergência de pessoas da capitania cujos pensamentos era elaborar planos que iam na direção do rompimento dos laços políticos com o poder central português.

No subtópico *fatores que levaram os participantes do movimento a elaborarem os planos conspirativos*, será analisado de que maneira eles aparecem nos livros didáticos. São muitos os fatores, mas, nesse ponto, procurar-se-á observar a presença daqueles que mais se destacaram, como por exemplo, o cancelamento de dívidas, a perda de privilégio por parte de alguns conspiradores que antes da chegada de Cunha Meneses se beneficiavam da condescendência do governador anterior.

No que diz respeito aos *planos conspirativos*, o objetivo consiste em apreciar sua abordagem nas obras didáticas tendo em vista o que foi evidenciado na pesquisa sobre os interesses pessoais dos inconfidentes. Em relação à *discussão sobre as divergências entre os elaboradores dos planos – independência do Brasil ou somente da Capitania de Minas Gerais, escravidão e sistema de governo* observar-se-á a presença ou ausência no conteúdo de cada livro didático relativo à Inconfidência Mineira.

Verificar se a *abordagem dos interesses pessoais* faz-se presente nos livros didáticos tem importância fundamental. A presença desses interesses é importante pelo fato de mostrar aos leitores um movimento através do qual os cidadãos social e economicamente mais destacados da Capitania de Vila Rica pretendiam se livrar de suas dívidas, muitas delas provenientes da sonegação de tributos.

No que tange ao *caráter dos planos: elitista ou popular*, é importante ressaltar que em função da destacada presença da personagem histórica Tiradentes, e por ter sido ele uma pessoa muito conhecida entre os habitantes da Capitania de Minas Gerais, muitas vezes a Inconfidência Mineira é caracterizada como se ela tivesse sido um movimento de cunho popular, entendendo o termo popular relacionado à participação de pessoas que faziam parte dos seguimentos sociais menos abastados da época – segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, parece-me interessante discutir tal presença – se popular ou elitista – nos livros didáticos, pois só assim poderemos evidenciar equívocos relativos a interpretação da Inconfidência Mineira. Através da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* foi possível evidenciar que os planos conspirativos tinham um acentuado caráter elitista, pois eles demonstram claramente que os objetivos relacionavam-se com interesses particulares. Portanto, acredito ser necessário uma discussão acerca do caráter dos planos conspirativos.

Com o subtópico *tratamento dado à personagem histórica Tiradentes* pretende-se por em discussão a dimensão que os autores dos livros didáticos selecionados dão aquele que, ao longo dos tempos passados, foi transformado no maior ícone da Inconfidência Mineira e no patrono cívico da nação brasileira. Faz parte dos objetivos discutir a possível centralidade que ele poderia ocupar nos livros didáticos.

Como pode ser observado, os subtópicos elaborados para a análise da Inconfidência Mineira nos livros didáticos estão intimamente concatenados. Longe de parecer que há uma certa linearidade no procedimento adotado, esclareço que o encadeamento é para que seja possível a abordagem de pontos necessários à compreensão do movimento. Feito isso, passo às análises e discussões a que me propus, isto é, discutir, de forma pormenorizada, a abordagem da Inconfidência Mineira nos livros didáticos, tendo como um dos pressupostos fundamentais a pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*.

Tendo finalizado o detalhamento dos subtópicos e o que se pretende com cada um deles, dar-se-á início, a partir desse momento, a discussão que proponho nesse trabalho.

A Inconfidência Mineira em *Diversidade Cultural e Conflitos*

No capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*⁹⁶ do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, o qual faz parte da coleção *História Temática* na abordagem relativa à *Revolta de Felipe dos Santos* não há nenhum tipo de referência, sequer nominal, muito menos específica. A referência encontrada não é aos movimentos que antecederam a Inconfidência Mineira, mas aos acontecimentos posteriores a este movimento:

*“a adesão às regras do patriarcalismo não foi a única forma encontrada para a resolução de problemas sociais no Brasil [...] Exemplo disso foram os vários movimentos sociais ocorridos no Brasil durante o período colonial. Vários deles contestavam o poder metropolitano e os abusos cometidos pela Coroa chegando mesmo a propor a independência do Brasil”*⁹⁷.

Dentre esses movimentos, dizem os autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, “... destacam-se a Inconfidência Mineira, ocorrida entre 1788 e 1789, a Conjuração Baiana, em 1798, e a Insurreição Pernambucana, em 1817”⁹⁸. Creio ser necessária as seguintes considerações: há um complicador ao situar a Inconfidência Mineira em datas definidas. Primeiro, porque existem apenas suposições de que as primeiras reuniões entre os conspiradores, os quais após os planos que elaboravam terem sido delatados foram nomeados de *inconfidentes* – aliás, essa é uma denominação feita pelos portugueses –, teriam acontecidas antes de 1788⁹⁹. Datar o fim da Inconfidência Mineira em 1789 também me parece complicado. Pois, se tomarmos o dia do enforcamento de Tiradentes como última ação executada para pôr fim ao movimento, dever-se-ia tomar como marco abril de 1791.

⁹⁶ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea. Fragmentos da vida colonial no Brasil. In: **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001. p.130-146. (Coleção História Temática).

⁹⁷ Ibid., p.134.

⁹⁸ Ibid., p.134.

⁹⁹ Sobre os passos iniciais dados na direção para a elaboração dos planos conspirativos são poucas as fontes que tratam do assunto. Márcio Jardim, por exemplo, afirma que “a origem da Inconfidência Mineira pode ser factualmente apontada em 1781. O Padre Carlos Correia de Toledo disse que Luís Vieira da Silva já havia falado em revolução com ele nesse ano. E 1785 foi o ano que Tiradentes apontou a João Dias da Mota como o do início dos preparativos. Também é factual que no governo de Luís da Cunha Meneses – 1783 - 1788 – era pública e notória a propaganda de levante feita por Tiradentes em Vila Rica. O próprio governador teria ciência disso e deu pouca importância ao caso”. In: JARDIM, Márcio. **A Inconfidência Mineira: uma síntese factual**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p.345.

De acordo com o que foi exposto pelos autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* não é possível saber quais foram os pressupostos que os levaram a demarcar a Inconfidência Mineira entre as datas apresentadas. Uma segunda consideração – que não diz respeito exclusivamente ao capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* – consiste na ausência de uma explicação inicial de que a Inconfidência Mineira não constitui um movimento tal como foi, por exemplo, a *Revolta de Felipe dos Santos*, ou seja, não houveram ações concretas na tentativa de executar os planos que estavam sendo traçados. Portanto, antes de caracterizar a Inconfidência Mineira como um movimento penso que seria plausível uma breve explicação de que emprega-se a denominação de movimento muito mais em função das ações desencadeadas pelas autoridades portuguesas – as prisões, as inquirições, o julgamento, as condenações, a morte trágica de Tiradentes, etc. – do que propriamente tentativas no intuito de executar alguns dos planos já traçados.

No que diz respeito ao *contexto histórico do período pombalino*, não há nenhuma referência. Aliás inexistente no capítulo *Fragmentos da Vida colonial no Brasil* qualquer tipo menção que possa relacionar a Inconfidência Mineira à conjuntura histórica do período em que o Marquês de Pombal esteve à frente da administração do reino português. Vale lembrar, mais um vez, que a administração pombalina criou uma situação que desembocou em implicações graves prejudicando os interesses públicos em benefício de privilégios particulares.

Quanto à *conjuntura histórica da Capitania de Minas Gerais*, verifica-se uma abordagem bastante tímida: “... pretendia-se aproveitar o descontentamento de grande parte da população com a política portuguesa para a capitania (restrição da autonomia política e adoção de medidas para evitar o contrabando e ampliar a arrecadação de ouro na região) ...”¹⁰⁰. Essa conjuntura é apresentada tendo sido gerada a partir das medidas restritivas adotadas pelos governantes portugueses. Embora não seja explicitado quais destes impuseram tais medidas à capitania, é possível identificar que seria o Marquês de Pombal ou Martinho de Melo e Castro, pois, ambos tentaram aumentar a quantidade de ouro arrecadada e acabar com o contrabando do mesmo na região. Contudo, as medidas que geraram insatisfações na população mineira de finais do século XVIII foi a decisão de Melo

¹⁰⁰ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.135.

e Castro cobrar, por meio da *Derrama*¹⁰¹, a quantidade de ouro relativo ao *Quinto*¹⁰², que desde o ano de 1762 não chegava a cem arrobas.

Várias medidas foram adotadas por Melo e Castro, mas a que mais interessa para esse estudo é a determinação que o Visconde de Barbacena – Luiz Antônio Furtado de Mendonça – deveria executar: cobrar, em ouro, ou por meio do confisco de bens dos devedores, todos os atrasados. Essa medida não aparece no texto, tampouco faz-se uma referência adequada ao período no qual a situação de descontentamento foi gerada. Nesse ponto, em específico, a abordagem é nitidamente superficial e genérica.

Tal determinação pode ser apresentada como a que mais impulsionou o andamento dos planos que estavam sendo elaborados. A iminência da cobrança de todos os atrasados fez com que as pessoas envolvidas na elaboração dos planos conspirativos acelerassem os passos no intuito de serem colocados em prática. Isso não está presente no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*. Também não estão presentes os *fatores que levaram os participantes da Inconfidência Mineira a elaborarem os planos conspirativos*. Aliás, em um dos trechos desse capítulo lê-se: “influenciados pelas idéias de liberdade e igualdade, divulgadas na Europa e pelo movimento de independência ocorrido nos Estados Unidos [...], os inconfidentes passaram a criticar a manutenção do pacto colonial”¹⁰³. É preciso esclarecer que a independência das Treze Colônias britânicas na América do Norte consistiu, para a época, um exemplo prático de como era possível o rompimento político dos laços que ligavam colônias à metrópole. Da forma como foi exposto, a impressão que se tem é que essa independência foi determinante para que os abastados cidadãos da Capitania de Minas Gerais passassem a traçar planos que iam na direção do rompimento político com Portugal.

No capítulo *Mito e Memória Histórica*, também do livro *Diversidade Cultural e Conflitos*, as medidas adotadas pelos administradores portugueses são expostas de forma genérica: “medidas severas de controle e fiscalização da Coroa portuguesa sobre o ouro

¹⁰¹ Forma de arrecadação *per capita* do montante de ouro que faltasse para completar as 100 arrobas que anualmente deveriam ser encaminhadas à metrópole.

¹⁰² Pagamento da quinta parte de todo o ouro extraído na exploração das minas do território da Capitania de Minas Gerais. Na verdade, essa quinta parte correspondia cem arrobas.

¹⁰³ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.134.

retirado de Minas Gerais provocaram grande insatisfação na população colonial”¹⁰⁴. As medidas são anunciadas, porém não explicitadas.

Nesse trecho, cabe, ainda, uma consideração: por população colonial entende-se todos os habitantes da colônia, sendo que o descontentamento¹⁰⁵, pelo menos no tocante à quantidade de ouro que os administradores do reino português exigiam em pagamento de impostos por ano, estava relacionada com a população da Capitania de Minas Gerais. Ao invés de *população colonial*, a sugestão é que este termo fosse substituído por *população da região da Capitania de Minas Gerais*, ou simplesmente, *população mineira*. Sem isso, o leitor pode ser levado, pela narrativa, a entender que todos os habitantes do vice-reinado do Brasil extraíam ouro, o que não é verdade.

Em se tratando dos planos e objetivos dos inconfidentes, no capítulo *Mito e Memória Histórica*, os autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* afirmam que a “... Inconfidência Mineira [...] pretendia proclamar a República e tornar independente de Portugal a região de Minas Gerais”¹⁰⁶. Também no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* há a mesma afirmação: os planos elaborados tinham “... a finalidade de provocar uma revolta popular e proclamar uma república independente”¹⁰⁷. Nesse ponto, em específico – o regime político que os inconfidentes pretendiam adotar –, os autores desse livro didático transmitem a certeza de implantação de uma república. As análises que foram realizadas na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* não permitem que se faça essa afirmação, pois os próprios inconfidentes, em seus depoimentos nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*¹⁰⁸, discordam entre si do regime político a ser implantado, caso houvesse êxito na execução dos planos. Portanto, parece-me não ser conveniente fazer tal afirmação, isso porque ainda existem dúvidas acerca do regime político a ser adotado. O correto, a meu ver, seria deixar claro que haviam divergências

¹⁰⁴ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.21.

¹⁰⁵ O descontentamento gerado pela fiscalização está relacionado à região das minas e não à toda a colônia (vice-reinado do Brasil) como se depreende do excerto “... provocaram grande insatisfação na população colonial”.

¹⁰⁶ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.21.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.135.

¹⁰⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Autos de Devassa da Inconfidência Mineira**. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976. 10v.

entre os elaboradores dos planos conspirativos no que concerne à implantação de um regime republicano no país.

Na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* ficou evidenciado que existiam divergências entre os inconfidentes, sobretudo em relação ao sistema político discutido pelos conspiradores, continuidade ou não da escravidão, se a independência seria apenas da Capitania de Minas Gerais ou de todo o território brasileiro e no que concerne aos interesses pessoais. Embora, no capítulo *Fragments da Vida Colonial no Brasil*, os interesses dos inconfidentes sejam mencionados, restringido-se a um único aspecto, não há qualquer menção sobre as discordâncias. Relativos aos interesses é apresentado que os conspiradores agiram “... movidos por interesses econômicos”¹⁰⁹. Com relação ao subtópico sobre a *abordagem dos interesses pessoais*, por ser a referência de pouca expressão, cabe ao professor fazer uma discussão em torno de tais interesses.

Quanto ao caráter da Inconfidência Mineira, os autores do livro didático em discussão – *Diversidade Cultural e Conflitos* – passam a compreensão de que ao ser colocados em prática os planos conspirativos adquiririam o caráter de um movimento popular: “elaborados os planos da rebelião, pretendia-se aproveitar o descontentamento da grande parte da população [...] com a finalidade de provocar uma revolta popular”¹¹⁰. Anteriormente a essa passagem, os autores desse livro didático afirmam que “vários membros da elite econômica e intelectual mineira participavam do movimento. Dentre eles estavam os poetas Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa”¹¹¹. Analisando os dois trechos anteriormente citados, considero apressada a conclusão de que os planos, caso fossem executados, teriam a adesão popular. Contudo, o destaque de que membros da elite participaram dos planos é elogiável, mas fica a compreensão de que outras pessoas que não faziam parte dessa elite também constituíam o grupo que elaborara tais planos. Mais uma vez, vale ressaltar que desse grupo apenas uma pessoa pobre participou: Tiradentes.

Embora tenha-se observado a ausência de abordagens em relação a alguns pontos específicos que poderiam enriquecer o capítulo *Fragments da Vida Colonial no Brasil*, a presença de Tiradentes é assaz destacada. Os autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* destinam metade de uma página a uma das diversas representações físicas dessa

¹⁰⁹ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.21.

¹¹⁰ *Ibid.*, p.135.

¹¹¹ *Ibid.*, p.134.

personagem histórica¹¹², medindo 17,5cmx8,5cm¹¹³, contendo, ao seu lado, um pequeno relato sobre sua vida pessoal e profissional. Considero que a atenção dada a Tiradentes tende a contribuir para que no ensino de História continue prevalecendo a individualização de acontecimentos históricos, ou seja, a identificação destes em um único sujeito histórico.

Nesse breve relato, além de informações sobre sua vida, os autores do livro *Diversidade Cultural e Conflitos* fazem a seguinte ressalva:

“... em diferentes momentos da história brasileira, inclusive durante a ditadura militar (1964-1984), sua memória foi resgatada. Foi considerado um herói que lutou pelo Brasil e defendeu a liberdade da Pátria. Assim, foi transformado em símbolo nacional, comparando-se sua imagem à de um Cristo salvador. Tiradentes faz parte, portanto, dessa história feita por heróis, homens superiores, e não pela força popular nem pela participação democrática do conjunto da população”¹¹⁴.

É um comentário que, acredito eu, vai na direção de apresentar o Tiradentes “herói” como um personagem historicamente construído. Nesse ponto não há nenhuma crítica a ser feita, apenas penso que seria necessário uma explicação do porquê da utilização de uma determinada imagem e não outra. Sem isso, o leitor poderá identificar a imagem utilizada como a única existente, e o pior, ela tende ser apreendida como a que retrata fielmente o Tiradentes. Para além disso, cabe outra consideração sobre o tratamento dado a Tiradentes: nesse caso, a imagem tem a função apenas de ilustrar o texto. Caberia, ainda, outra explicação no sentido de esclarecer aos leitores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* o fato de que “não existia nenhum retrato de Tiradentes feito por quem o tivesse conhecido pessoalmente¹¹⁵. Entretanto, no capítulo *Mito e Memória Histórica* desse mesmo livro didático, há uma explicação importante acerca das diversas faces de Tiradentes: “existem várias pinturas¹¹⁶ que o representam, inclusive com as mesmas características

¹¹² A representação apresentada no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* é o óleo, sem tela, pintado, em 1940, por José Washt Rodrigues, o qual encontra-se no *Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro. Para aqueles que desejam saber um pouco mais sobre as várias representações de Tiradentes, indico a obra *Tiradentes: o corpo do herói*, de Maria Alice Milliet: MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 295p.

¹¹³ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.135.

¹¹⁴ *Ibid.*, p.135.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In: **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.65.

¹¹⁶ Há uma profusão das representações do Tiradentes. Significativa parte delas identificando-o com a imagem de Cristo. Uma das primeiras pinturas foi a de João Batista da Costa, feita em 1885 se encontra no *Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro. É uma imagem que o retrata em sua forma jovem.

atribuídas à imagem de Jesus Cristo”¹¹⁷. Consta, também, outras representações nesse mesmo capítulo.

As considerações feitas acima sobre a ilustração de Tiradentes não vão no sentido de cobranças, ao contrário, elas apenas ressaltam a importância de referências essenciais ao se trabalhar com qualquer uma das representações desse personagem. São informações pontuais que não ocupariam mais do que cinco linhas.

Sobre o emprego de ilustração em livros didáticos, Thais Nívea de Lima e Fonseca afirma que “embora [...] já estivessem sendo usadas em livros didáticos brasileiros desde meados do século XIX, foi a partir das primeiras décadas do século XX que elas se tornaram peças importantes no ensino de História do Brasil”¹¹⁸. De acordo com Joana Neves, o texto “... só deve ser interrompido por uma ilustração quando isso fizer parte do texto, quando o próprio texto requerer isto”¹¹⁹. Creio que a abordagem da temática da Inconfidência Mineira no capítulo *Fragments da Vida Colonial no Brasil* não requer a ilustração apresentada, pois seu emprego restringe-se apenas em ilustrar. A utilização de qualquer imagem nos livros didáticos, seja qual for sua natureza, requer um diálogo com o texto.

Como último ponto a ser analisado no livro *Diversidade Cultural e Conflitos*, gostaria de discutir abordagem feita sobre Joaquim Silvério dos Reis: “... os planos foram descobertos antes mesmo de serem colocados em prática. O coronel Joaquim Silvério dos Reis ficou sabendo da ação e delatou os envolvidos ao governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena”¹²⁰. Nesse excerto, não fica claro que Silvério dos Reis teve participação nos referidos planos, sendo apresentado apenas como delator. Não é suficiente apresentá-lo como denunciante, mas deixar claro qual foi o real motivo da delação. Esse são pontos que precisam aparecer em qualquer abordagem sobre o tema da Inconfidência Mineira.

No geral, a abordagem da temática da Inconfidência Mineira pelos autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* pode ser considerada bastante genérica e, em

¹¹⁷ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.22.

¹¹⁸ LIMA E FONSECA, Thais Nívea. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.94.

¹¹⁹ NEVES, Joana. In: GATTI JÚNIOR, Décio, *op. cit.*, Anexo, p.56.

¹²⁰ CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andrea, *op. cit.*, p.135.

alguns momentos, extremamente superficial. Não foram observados esforços no tocante ao aprofundamento analítico de nenhum dos subtópicos em questão. Ressalto, que essas considerações são restritas à Inconfidência Mineira e, por isso, não devem ser estendidas a todo o livro. Contudo, o tratamento dado ao tema necessita de complementações.

Vale ressaltar que o livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, assim como todos os que estão indicados no *Guia de Livros Didáticos: 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*, faz parte de uma determinada coleção. No caso desse livro, a coleção da qual faz parte é *História Temática*. A análise que os pareceristas, contratados pelo Ministério da Educação, fizeram dessa coleção distancia-se em relação às considerações feitas acerca da Inconfidência Mineira. De acordo com os pareceristas, essa coleção “... incorpora a produção historiográfica renovada, valoriza a construção do conhecimento e não a mera transmissão e fixação de conteúdos”¹²¹. Essas são as últimas considerações que gostaria de fazer sobre o conteúdo do capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* relativo à Inconfidência Mineira.

A Inconfidência Mineira em *Do Século XVIII até o Século XIX*

A partir de agora passo a analisar o capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil*¹²² do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX*¹²³, coleção *Cultura e Sociedade*. Nesse, observa-se a ausência de informações a respeito do movimento a *Revolta de Vila Rica* liderado por Felipe dos Santos. Portanto, essa é a primeira lacuna encontrada. Acerca das medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, também inexistente qualquer menção.

Quanto a conjuntura da Capitania de Minas Gerais, nas décadas finais dos setecentos, é apresentada da seguinte maneira: “o Brasil, durante o século XVIII, atingiu grande desenvolvimento econômico, graças à mineração. Os brasileiros não aceitavam mais os entraves impostos à colônia, que tinha interesses diferentes daqueles dos brasileiros”¹²⁴. Percebe-se que a conjuntura, nesse trecho, refere-se à colônia e não propriamente à

¹²¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.301.

¹²² ORDEÑOZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto. Os movimentos de libertação no Brasil. In: **Do século XVIII até o século XIX**. São Paulo: Ibep, 2002. p.76-79.

¹²³ ORDENÔZ, Marlene VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto. **Do século XVIII até o século XIX**. São Paulo: Ibep, 1999. 178p.

¹²⁴ *Ibid.*, p.77.

Capitania de Minas Gérias. Aliás, cabe destacar que esse desenvolvimento fora observado apenas nesta região. Da maneira como foi exposto, os leitores podem compreender que o desenvolvimento, tal como foi apresentado, estendeu-se à toda a colônia.

Partindo de uma análise geral da situação política e econômica do vice-reinado do Brasil, na segunda metade do século XVIII, verifica-se que as autoras do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX* apresentaram uma abordagem da conjuntura da Capitania de Minas Gerais privilegiando o aspecto econômico e a escassez do ouro. Elas afirmam que “a situação tornou-se ainda mais crítica quando a mineração entrou em declínio; [e sendo] os impostos cobrados pela metrópole [...] altos, os brasileiros não conseguiam pagá-los ...”¹²⁵, tendo como consequência o acúmulo de dívidas. Mais à frente, a abordagem da conjuntura completa-se com seguinte exposição: “em Minas Gerais, havia um ambiente propício para a divulgação das idéias anticolonialistas, porque eram os mineiros que, naquele momento, mais sofriam a pressão da política da metrópole”¹²⁶. Esse ambiente favorável à difusão de tais idéias não consiste, como aparece no excerto, apenas na pressão política. Também esse ambiente não pode ser resumido à escassez do ouro. Embora a falta do ouro tenha agravado a situação, pois não havia ouro suficiente para o pagamento do *quinto*, outros fatores são importantes nessa conjuntura, por exemplo, o fato de alguns homens que tiravam vantagens da proximidade que tinham com o aparelho burocrático-administrativo da capitania terem sido aliados quando da chegada do governador Cunha Meneses.

Essa abordagem, partindo do geral (vice-reinado do Brasil) para o específico (capitania) permite ao leitor uma melhor compreensão da situação em que se encontrava a colônia, em especial, a região de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, mas não possibilita que o mesmo adquira um conhecimento suficiente da realidade do período. Nesse ponto, não há nenhum avanço no tratamento dispensado ao subtópico em questão, isto é a conjuntura da história da capitania, pois as informações transmitidas são de caráter superficial. Porém, faz-se necessário ressaltar que a conjuntura apresentada supera, em termos de informações, com relação a que o livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* apresentou.

¹²⁵ ORDENÖZ, Marlene VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

¹²⁶ *Ibid.*, p.77.

Sobre os fatores que suscitaram em alguns cidadãos da Capitania de Minas Gerais idéias, as quais desencadearam na elaboração de planos conspirativos, o capítulo *Do Século XVIII até o Século XIX* é bastante sucinto apresentando como ponto fomentador a pressão política exercida pela metrópole nos habitantes da capitania. Igualmente conciso e superficial é o tratamento dado aos planos, bem como os objetivos que os conspiradores pretendiam alcançar:

*“a idéia de independência tornava-se cada vez mais forte entre os homens importantes da região, que freqüentemente se reuniam para discutir a situação econômica e política que viviam. Nasceu, assim, nos casarões de Vila Rica, a Inconfidência Mineira”*¹²⁷.

A independência, conforme indica esse trecho, aparece como único objetivo a ser alcançado. O cancelamento das dívidas que alguns “homens importante da região” contraíram pelo não pagamento de impostos, conforme pode ser verificado no excerto, não é sequer mencionado. Desse modo, os fatores que influenciaram, sobremaneira, na elaboração dos planos conspirativos são restringidos à situação econômica e política da capitania, sem que, ela seja devidamente explicitada, especialmente no tocante à política. Em suma, a independência sobressai como o objetivo principal em relação aos outros objetivos.

Vale, ainda, tendo como referência o excerto citado acima, discutir, de maneira bastante sucinta, o surgimento da Inconfidência Mineira. Está evidente que ela surgiu de reuniões nos casarões de Vila Rica, na época, capital da Capitania de Minas Gerais. Ora, não podemos, a meu ver, atribuir todo o peso, no que diz respeito ao surgimento da Inconfidência Mineira, às reuniões. Existem fatores, os quais não se fazem presentes no capítulo *Do Século XVIII até o Século XIX*, que levaram os “homens importantes da região” a, inclusive, se reunirem com o intuito de discutirem os planos conspirativos. Portanto, não foram apenas as reuniões nos casarões de Vila Rica que fizeram surgir a Inconfidência Mineira. Da maneira como o surgimento foi apresentado, pode-se ter a compreensão de que tais reuniões têm preponderância sobre os fatores que as antecederam, esquecendo-se, assim, que a política adotada por Melo e Castro, a administração do governador da

¹²⁷ ORDEÑOZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

capitania, Cunha Meneses, e a cobrança das dívidas constituem-se pontos importantes no surgimento da Inconfidência Mineira. Esses são pontos que não deveriam estar ausentes na abordagem sobre o tema. Mas, em se tratando de livros didáticos, penso ser quase impossível abordar várias questões relacionadas sejam elas a qualquer temática, pois as várias limitações impedem, na maioria deles, uma abordagem satisfatória.

Embora os livros didáticos façam parte de uma realidade que não permite condições adequadas para se realizar um trabalho satisfatório, com a qual todos, ou quase todos, os educadores que se dedicam ao Ensino Fundamental e Médio tenham que lidar, cabe não esquecer que as obras didáticas constituem-se em um instrumento pedagógico importante, mas que precisam, necessariamente, de complementações. Apesar dessa ressalva, não devemos nos conformar com as deficiências teóricas encontradas nos livros didáticos. O que temos a fazer enquanto educadores é cobrar de seus autores abordagens mais completas que, quando não seja possível aprofundar em alguns tópicos, pelo menos os apresentem de forma mais geral e abrangente. O que parece-me grave, talvez nem seja a superficialidade com que os temas são tratados – é óbvio que ela constitui-se numa grande problemática –, mas a omissão de conteúdo, como verifiquei no capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil* do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX* com relação aos planos e aos objetivos dos inconfidentes e as divergências entre eles.

Não há, portanto, no capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil*, qualquer referência às discordâncias entre os integrantes do grupo que almejavam o rompimento político com Portugal. Já em relação ao caráter da Inconfidência Mineira, depreende-se que ele é elitista: “o grupo dos inconfidentes era formado por intelectuais, médicos, militares, mineradores e comerciantes ricos e padres, que se organizaram para enfrentar a metrópole”¹²⁸. No que tange a abordagem dos interesses pessoais, observa-se completa ausência.

Em contraposição à falta de referência sobre os interesses pessoais, o tratamento dispensado a Tiradentes é singular. Os autores reservaram 1/4 de página para expor alguns dados pessoais e profissionais de sua vida, destacando-o como homem do povo em meio a um grupo de pessoas ricas e eruditas: “... sendo um homem do povo, o alferes destoava

¹²⁸ ORDENÔZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

daquele seletto grupo de homens eruditos e ricos”¹²⁹. Embora os autores do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX* tenham apenas citado outros participantes do movimento, como José Álvares Maciel, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio de Alvarenga Peixoto, etc., a figura de Tiradentes sobressai.

No box reservado a Tiradentes, além do que já discuti sobre algumas informações nele contidas, entendo ser necessário, ainda, dois destaques: o primeiro refere-se ao termo *revolucionário* e o segundo ao ativismo de Silva Xavier. Lê-se no box: “Tiradentes falava muito. Fazia propaganda do movimento revolucionário”¹³⁰. De acordo com José Honório Rodrigues, “no Brasil, a palavra [*revolução*] não se emprega na Conjuração Mineira (1789), mas já se vê na conjuração Baiana (1798) [...] Na Conjuração Mineira usa-se freqüentemente *levante*”¹³¹, portanto, o termo *revolucionário* parece ser inadequado para qualificar os participantes dos planos conspirativos, haja visto que o propósito não era realizar mudanças profundas. Como mudança de cunho mais profundo, os conspiradores desejaram pôr fim aos laços políticos que uniam a colônia à metrópole. Ao invés de *revolução*, Rodrigues sugere o termo *levante*.

Relativo ao ativismo de Silva Xavier, as autoras do livro didático em discussão – *Do Século XVIII até o Século XIX* – afirmam que “Tiradentes foi com certeza o mais radical dos ativistas da Inconfidência Mineira. Ele ficou encarregado de preparar o levante no Rio de Janeiro, para onde tinha viajado muitas vezes”¹³². Sem dúvida, ele foi um dos que mais propagandeou o anseio de acabar com o domínio português, antecipando, assim, os planos que estavam sendo elaborados, sendo-o, por várias vezes, em função da propaganda que fazia por onde andava da possível independência política, advertido por seus colegas de conspiração.

Ainda relativo a Tiradentes, além do box com informações a seu respeito, é apresentado trecho de sua sentença. Sugiro que, ao invés de destacar, mais uma vez, a pessoa de Silva Xavier, devem ser transmitidas informações sobre as penas, senão de todos os condenados, o que é impossível, haja vista a limitação de espaço nos livros didáticos, mas pelo menos dos inconfidentes cujos nomes são relacionados. Dessa maneira,

¹²⁹ ORDENÔZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

¹³⁰ *Ibid.*, p.77.

¹³¹ RODRIGUES, José Honório. Reflexões sobre o rumo da História. In: **História, corpo do tempo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p.34.

¹³² ORDENÔZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

contribuiriam para que a pessoa do Tiradentes não se sobressaísse dentre os demais participantes dos planos conspirativos.

A partir dessas análises sobre o capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil*, considero-o de pouca profundidade analítica e de uma abordagem superficial. As autoras do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX* do qual esse capítulo faz parte ainda tratam o tema da Inconfidência Mineira de modo tradicional, ou seja, não há nenhum avanço no que diz respeito a uma abordagem de viés mais crítico, transmitindo o conteúdo de forma sucinta e linear. Ao tratarem do não pagamento de impostos, as autoras afirmam que “os brasileiros não conseguiam pagá-los, e as dívidas se acumulavam”¹³³. Cabe, aqui, uma ressalva: as autoras poderiam ter frisado que, em grande parte, tais dívidas foram provenientes da sonegação de pessoas ricas da capitania e não somente porque não conseguiam quitá-los em função da escassez do ouro, como é, por elas, mostrado. Portanto, essa é mais uma lacuna que o texto traz.

As lacunas, em se tratando do conhecimento, estão presentes não apenas nos livros didáticos, mas também nas obras destinadas ao público universitário. Nesse segundo caso, muitas são as razões, em sua maioria justificáveis. E como meu interesse, neste trabalho, distancia-se da produção livresca universitária, passo ao primeiro caso. Diferentemente das obras universitárias, os livros didáticos são lacunares muito mais em função da economia de espaço que os editores impõem aos autores. Um livro dirigido ao público universitário possui lacunas porque, possivelmente, o autor não teve a intenção de aprofundar em sua abordagem um determinado tópico, por exemplo. É certo que isso não se aplica a todos os casos, pois livros de baixa qualidade teórica fazem-se presentes no meio acadêmico.

A economia de espaço, no caso específico do livro didático, tem como principal consequência o “enxugamento” do conteúdo, sendo o leitor o mais prejudicado. Este recebe livros didáticos cujo conhecimento transmitido, em função da falta de espaço para maior exposição dos temas trabalhados, chega até ele de forma incompleta e insatisfatória. Prova disso é o capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil* do livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX*, no qual o conteúdo da Inconfidência Mineira é exposto em apenas uma página e meia. Talvez não tenha sido intenção das autoras desse livro didático economizar espaço, mas se mais uma página pudesse ser utilizada na discussão do tema,

¹³³ ORDENÔZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto, *op. cit.*, p.77.

seria possível uma melhoria, desde que informações adicionais fossem acrescentadas, lembrando que quantidade de página não pode ser relacionada a uma abordagem satisfatória.

A Inconfidência Mineira em *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*

Se, no livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX*, o espaço destinado à exposição do tema da Inconfidência Mineira foi reduzido, no capítulo *As Rebeliões Separatistas* do livro didático *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*¹³⁴, coleção *Horizontes*, várias páginas são utilizadas tanto na abordagem desse tema quanto no tratamento dispensado aos movimentos que antecederam a conspiração mineira de 1789. Os movimentos pré-Inconfidência são abordados no capítulo *As Primeiras Rebeliões da Colônia*. Num primeiro olhar sobre os dois capítulos do livro didático em questão, verifica-se que uma parte considerável das páginas utilizadas na exposição do conteúdo, seja quanto a Inconfidência Mineira e aos movimentos que a antecederam, é ocupada por ilustrações que não contribuem significativamente para a compreensão dos temas discutidos. Segundo os pareceristas responsáveis pelo processo avaliatório das coleções de livros didáticos que estão indicadas no *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002*, “a linguagem empregada, bem como as ilustrações, dispensa tratamento infantilizado ao aluno, apresentando-se como uma cartilha”¹³⁵. Além disso, as “... ilustrações (desenhos) preparados especialmente para a coleção, caracterizando-se por imagens quase sempre estereotipadas”¹³⁶, não são colocadas em diálogo com o texto escrito.

Para abordar os movimentos pré-Inconfidência, a autora do livro didático *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política* destina um capítulo: *As Primeiras Rebeliões da Colônia*¹³⁷. Nele, as ilustrações são abundantes, sendo os textos reduzidos.

¹³⁴ ORDEÑÓZ, Marlene. **Brasil: da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: Ibep, 1999. 178p.

¹³⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**, *op. cit.*, p.317.

¹³⁶ *Ibid.*, p.318.

¹³⁷ ORDEÑÓZ, Marlene. As primeiras rebeliões da colônia. In: **Brasil: da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: Ibep, 1999. p.146-155.

Porém, é um dos que melhor expõe, dentre os livros didáticos selecionados, tais movimentos. Mas, meu interesse concentra-se apenas na *Revolta de Felipe dos Santos*. Esta é assim apresentada:

“a Revolta de Vila Rica [...] ocorreu em 1720 e foi uma reação à política de Portugal na região das minas [...] Descontentes, os mineiros, liderados por Felipe dos Santos, rico fazendeiro e tropeiro, fizeram várias exigências. O governador, conde de Assumar, prometeu atendê-las. Porém, foi um simples pretexto do governador para ganhar tempo e organizar-se. Em seguida, tomou medidas violentas: mandou prender os implicados no movimento e ordenou que as casas fossem queimadas. Os rebeldes foram deportados e apenas Felipe dos Santos foi condenado à morte na forca”¹³⁸.

Pode ser considerada uma abordagem, em relação aos livros didáticos anteriormente analisados, satisfatória, mesmo sendo construída de forma descritiva e sem problematização. Faltou informar que a *Revolta de Felipe dos Santos* diferencia-se da Inconfidência Mineira em um aspecto de grande importância e que não costuma ser levado em consideração pelos autores dos livros didáticos: ela foi realmente um movimento de ação, enquanto que a Inconfidência Mineira foi apenas um “movimento de palavras”, ou seja, não verificou-se nenhuma ação prática por parte dos elaboradores dos planos conspirativos. Mas, isso não é uma deficiência teórica exclusivamente desse livro didático.

A abordagem da Inconfidência Mineira é realizada em outro capítulo: *As Rebeliões Separatistas*¹³⁹. Quanto a política do Marquês de Pombal, a abordagem sobressai-se em comparação com os livros didáticos até aqui analisados, pois tanto em *Diversidade Cultural e Conflitos*, coleção *História Temática*, quanto em *Do Século XVIII até o século XIX*, coleção *Cultura e Sociedade*, as medidas adotadas por Carvalho e Melo são ignoradas. anterior.

Em *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*, capítulo *As Rebeliões Separatistas*, são apresentadas várias medidas adotadas por Pombal. Contudo, a que mais contribuiria para uma compreensão satisfatória da Inconfidência Mineira não é relacionada. A atitude de colocar nas administrações públicas pessoas ricas causou, posteriormente, grandes problemas. Pessoas ricas, como José Inácio de Alvarenga Peixoto,

¹³⁸ ORDENÔZ, Marlene. As primeiras rebeliões da colônia, *op. cit.*, p.153-154.

¹³⁹ ORDENÔZ, Marlene. As rebeliões separatistas. In: **Brasil: da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: Ibep, 1999. p.156-165.

Cláudio Manuel da Costa e João Rodrigues de Macedo sentiram-se insatisfeitos quando foram afastadas da administração pública da Capitania de Minas Gerais, a qual era exercida por essas pessoas em seus próprios benefícios. De acordo com Maxwell,

“os interesses privilegiados, que por tanto tempo tinham sido estimulados, protegidos e utilizados pelo Estado para alcançar seus objetivos nacionalistas e imperiais, encontraram-se em posição de manipular o Poder Público, muito ao modo como os elementos oligárquicos manipulavam o esquema administrativo e fiscal de Minas Gerais, em seu próprio benefício”¹⁴⁰.

Há que ser considerado, na abordagem realizada em *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*, como um ponto extremamente positivo a ligação feita entre o período pombalino (reinado de D. José I) e a administração de Melo e Castro (Reinado de D. Maria I): “com a morte do rei D. José I, o poder passou para D. Maria I [...] A política foi ainda mais repressiva”¹⁴¹. Essa conexão entre os dois reinados é importante porque várias mudanças foram feitas por Melo e Castro na estrutura administrativa construída na época em que Pombal foi o Ministro da Marinha e Ultramar. Uma delas foi a proibição de fábricas cujos produtos tivessem produção similar na metrópole. A outra foi a cobrança, sob qualquer custo, das dívidas que muitos proprietários de minas tinham com o Erário Real. Essa conexão não está presente nos livros didáticos *Diversidade Cultural e conflitos* e *Do Século VXII até o Século XIX*. Neste, não nenhuma referência ao reinado de D. Maria I. Naquele, a menção ao reinado de D. Maria I diz respeito apenas ao desfecho final da Inconfidência Mineira, isto é, a carta que substituiu a condenação de pena de morte da maioria dos conspiradores em degredo, exceto a condenação de Tiradentes.

Para tratar da conjuntura histórica, são expostas situações relacionados à escassez do ouro:

“na segunda metade do século XVIII, a mineração começou a entrar em decadência [...] Com o declínio da mineração, os mineradores não conseguiam mais pagar o imposto de cem arrobas de ouro por ano. Se essa quantia não fosse atingida, havia a possibilidade de ser cobrada a derrama que era a cobrança, à força, dos impostos atrasados”¹⁴².

¹⁴⁰ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p.95.

¹⁴¹ ORDENÔZ, Marlene, *op. cit.*, p.159.

¹⁴² *Ibid.*, p.159-160.

Restringindo a conjuntura à decadência do ouro, assim como ficou constatado nos livros didáticos anteriormente analisados, verifica-se um empobrecimento teórico, pois aspectos de relevância são deixados de lado, como por exemplo o descontentamento gerado em algumas pessoas importantes da capitania pelas atitudes de Cunha Meneses.

Em relação aos fatores que levaram essas pessoas a unirem-se em torno de objetivos comuns, destaca-se a ameaça iminente de cobrança das quantidades de ouro que faltavam, em anos anteriores a 1788, para completar anualmente as cem arrobas da quinta parte da extração aurífera que deveria ser remetida à metrópole.

Não há dúvida de que a decisão de realizar a cobrança dos impostos atrasados apressou o andamento dos planos conspirativos. Isso não significa dizer que essa decisão tenha-se constituído no principal fator que teria levado os conspiradores a elaborar tais planos. Entretanto, a chegada do Visconde de Barbacena, conforme expõe o livro didático *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política* em seu capítulo *As Rebeliões Separatistas*, é apresentada como sendo o principal aspecto causador da insatisfação em alguns ricos cidadãos de Vila Rica: “em 1788 a agitação tomou conta de Minas Gerais. Chegou um novo governador [...] com a instrução de decretar a derrama se os mineradores não saldassem suas dívidas”¹⁴³.

A determinação de executar a *derrama* expedida por Melo e Castro “... aliada ao descontentamento em relação à situação de Minas Gerais, levou muitas pessoas a pensarem que não bastava lutar apenas contra algumas medidas tomadas pela metrópole”¹⁴⁴. Tal descontentamento, vale esclarecer, não era em relação à capitania, mas sim, relacionado muito mais à situação de alguns cidadãos vila-riquenses. Faltou esclarecer, também, que o fato de “a grande maioria dos inconfidentes [...] [ter sido] formada por homens ricos que deviam grandes somas aos cofres portugueses”¹⁴⁵ deve-se, em grande medida, ao anseio de não terem de quitar as dívidas, pois se isso fosse feito todos, ou quase todos, ficariam pobres. Esse receio – ter que saldar os débitos com os bens acumulados¹⁴⁶ ao longo do

¹⁴³ ORDENÖZ, Marlene, *op. cit.*, p.160.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.160.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p.161.

¹⁴⁶ Levando em consideração que a extração do ouro vinha sofrendo acentuado declínio desde o ano de 1745 e que o pagamento dos impostos – *Entradas e Dízimos* – era feito em ouro, na falta desse metal as dívidas deveriam ser quitadas com bens dos devedores. Para ver a produção aurífera no século XVIII em Minas Gerais, consultar MELLO E SOUZA, Laura de. 3. ed. O falso fausto. In: **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal. p.19-49.

tempo, propriedades rurais e suas casas residenciais, por exemplo – constituiu-se em um fator importante que os levou à elaboração dos planos. Esses são destaques, cuja ausência não comprometem, por inteiro, a exposição, mas de grande importância para que o leitor possa entender satisfatoriamente a Inconfidência Mineira.

Um dos grandes problemas observados nos livros didáticos até aqui analisados é justamente a ausência de informações que, de certa maneira, deixam a desejar no que diz respeito ao tratamento dispensado à temática da Inconfidência Mineira. Junte-se a isso a ausência de uma abordagem crítica que faça o leitor refletir sobre essa temática. Na maioria dos casos, tenta-se transmitir o conhecimento por meio de uma narrativa simplificada que só tende a trazer problemas no processo de ensino e aprendizagem.

Nas obras didáticas analisadas, pouco se observa um tratamento crítico do conteúdo. Por exemplo, na abordagem dos planos e objetivos dos conspiradores verifica-se, no capítulo *As Rebeliões Separatistas*, uma abordagem meramente linear, mas que, em relação aos capítulos *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*, livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, e *Os Movimentos de Libertação no Brasil*, livro didático *Do Século XVIII até o Século XIX*, a análise é satisfatória pelas informações disponibilizadas, pois são apresentados seis dos principais objetivos a serem alcançados pelos planos conspirativos, dentre eles, o “... regime de república federativa; [...] criação de uma universidade em Vila Rica; [...] incentivo e abertura de indústrias manufatureiras ...”¹⁴⁷.

Em relação à afirmativa de que o regime a ser adotada seria uma república federativa, cabe esclarecer que quanto ao regime político pairam dúvidas. Não se sabe ao certo se o regime republicano foi uma unanimidade entre os conspiradores. Segundo consta nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, a referência mais constante é a uma república federativa, porém, em alguns depoimentos fala-se em monarquia. Contudo, no que se refere às outras divergências existentes entre os conspiradores, a permanência da escravidão é tratada como um ponto causador de discórdias: “entre os inconfidentes, houve a sugestão de abolição da escravatura, idéia que não foi aceita pela maioria”¹⁴⁸. O ideal seria um aprofundamento sobre a questão da escravidão, mostrando que a permanência ou o fim da escravidão estava intrinsecamente relacionada a interesses pessoais. Segundo

¹⁴⁷ ORDENÖZ, Marlene, *op. cit.*, p.161.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p.161.

Maxwell, José Álvares Maciel afirmou que caso os conspiradores, em seus planos, optassem por libertar os escravos, tal medida “... poderia representar a autodestruição, pois os proprietários ficaram sem contar com quem trabalhar nas minas”¹⁴⁹. Ainda de acordo com este autor, “uma solução de compromisso foi eventualmente apresentada e, presumivelmente, aceita: a de que só os negros e mulatos nativos fossem libertos ...”¹⁵⁰. Mesmo estando ausente no capítulo *As Rebeliões Separatistas* esse tipo de abordagem, a menção à discordância em relação à escravidão já constitui-se numa contribuição expressiva para uma boa compreensão da Inconfidência Mineira, devendo, portanto, ser ressaltada como um ponto positivo.

De maneira semelhante à afirmação a respeito do regime político a ser adotado, verifica-se, no que concerne a outro ponto sobre o qual também pairam dúvidas, a atribuição de uma certeza: “a solução definitiva [contra as medidas opressivas da metrópole] seria separar o Brasil de Portugal”¹⁵¹. Nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, conforme constatei através da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, alguns dos réus dizem ter certeza de que nos planos estava previsto a independência de todo o Brasil, já outros fazem afirmações que se chocam frontalmente com esta. Para estes, apenas a região de Minas Gerais se tornaria independente. Portanto, qualquer afirmação categórica numa ou noutra direção pode não se sustentar.

Uma questão que também necessita de maior embasamento teórico é o caráter, se elitista ou popular, dos planos que estavam sendo elaborados em Vila Rica. No que concerne a esse ponto, depreende-se, de acordo com o trecho a seguir, que seria elitista: “pessoas importantes começaram a se reunir para discutir a idéia da independência”¹⁵². Porém, há indicação sobre a participação da população: “... para o sucesso do movimento, era importante a participação popular”¹⁵³. Através da primeira citação, é possível chegar ao entendimento de que tais pessoas de posição social econômica destacada agiriam conforme seus interesses, não sendo possível depreender que os planos que eles próprios estavam, na época, elaborando tivessem um caráter popular, ou seja, a idéia de independência por eles concebida talvez não fosse ao encontro da maioria da população da Capitania de Minas

¹⁴⁹ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p.152.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p.152.

¹⁵¹ ORDENÖZ, Marlene, *op. cit.*, p.160.

¹⁵² *Ibid.*, p.160.

¹⁵³ *Ibid.*, p.161.

Gerais. Contudo, a respeito do segundo excerto, é preciso deixar claro que Tiradentes era uma pessoa muito popular e provavelmente isso possa levar ao entendimento, por parte de alguns autores, de que o levante que se pretendia fazer adquirisse um caráter popular no sentido da participação de pessoas que não faziam parte da elite social e econômica mineira.

Essa elite, constituída por advogados, mineiros, ouvidor, militares de patentes elevadas, comerciante de alto poder econômico, agiu, conforme a pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* pode constatar, movida por interesses pessoais. Sendo assim, dada a importância de tais interesses, presumo que a discussão sobre eles deveriam estar presente nos livros didáticos. Infelizmente não se verifica sua presença nas obras didáticas já analisadas. O capítulo *As Rebeliões Separatistas* do livro didático em discussão, *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*, é um dos que não toca no assunto. Quando muito, em apenas alguns, dentre os até esse momento discutidos, há uma citação tímida, como observei no capítulo *Mito e Memória Histórica* do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*.

Diferentemente dos interesses pessoais, à personagem histórica Tiradentes é garantida presença com direito a imagem destacada e box exclusivo sobre informações a seu respeito, conforme apresenta o capítulo *Fragments da Vida Colonial no Brasil*. Em *As Rebeliões Separatistas*, Tiradentes é apresentado apenas através de um pequeno trecho, não gozando, assim, de grande destaque: “fazia parte do grupo dos inconfidentes o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que também trabalhava como dentista ...”¹⁵⁴. Embora não haja, neste caso, uma atenção especial dispensada a Silva Xavier, é interessante observar que outros inconfidentes são citados, sendo eles acompanhados de suas respectivas ocupações: “... José Álvares Maciel, engenheiro químico [...]; Alvarenga Peixoto, fazendeiro e minerador; Tomás Antônio Gonzaga, [...] ouvidor-geral de Vila Rica; o padre Toledo, dono de fazendas e lavras ...”¹⁵⁵.

Com relação aos capítulos *Fragments da Vida Colonial no Brasil* e *Os Movimentos de Libertação no Brasil* anteriormente analisados, *As Rebeliões Separatistas* sobressai-se na abrangência que deu ao tema da Inconfidência Mineira. Embora em relação

¹⁵⁴ ORDEÑOZ, Marlene, *op. cit.*, p.161.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.161.

a alguns subtópicos a abordagem seja bastante superficial e descritiva, as informações, por este capítulo apresentadas, são mais completas do que nos capítulos dos livros didáticos *Diversidade Cultural e Conflitos* e *Do Século XVIII até o Século XIX*. Embora as informações sejam mais abundantes, elas restringem-se a um aspecto mais informativo do que propriamente crítico, sem que haja problematização, e, apenas ressaltando, nem sempre quantidade de informações significa qualidade de conteúdo.

Verificar a qualidade de conteúdo nos livros didáticos é justamente o objetivo que, através desse trabalho monográfico, tenho procurado alcançar, buscando detectá-la nos livros didáticos selecionados. Três deles já foram analisados, sendo apontadas as falhas, bem como as abordagens merecedoras de elogios pelo tratamento dispensado à temática da Inconfidência Mineira. Até agora, as lacunas têm se destacado em relação a uma abordagem adequada dessa temática. Isso não significa que as obras didáticas analisadas até aqui colocadas em discussão devam ser penalizadas sob qualquer aspecto, ao contrário, elas devem ser aprimoradas. Tendo isso em vista, esse trabalho deve constituir-se em uma contribuição significativa para que esse aprimoramento do conteúdo seja efetivo.

A Inconfidência Mineira em *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*

Buscando ainda mais contribuir na consecução do objetivo inicialmente traçado passo à análise de mais um livro didático: *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*, restringindo-me ao capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*”¹⁵⁶. Quanto aos movimentos que antecederam a Inconfidência Mineira não há, nesse livro didático, qualquer menção. Embora conste que “desde a segunda metade do século XVII, a Coroa portuguesa vinha ‘apertando o cerco’ contra a colônia, aumentando o rigor da fiscalização ...”¹⁵⁷, sendo a instalação das Casas de Fundição, em 1720, na região de Minas Gerais parte desse rigor e razão principal da *Revolta de Felipe dos Santos*, esse movimento não está presente.

Com relação ao contexto histórico do período pombalino, as autoras do livro didático *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*, apresentam, além de um

¹⁵⁶ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane. Liberdade ainda que tardia. In: **A consolidação do capitalismo e o Brasil Império**. 12. ed. São Paulo: Atual, 2001. p.27-32.

¹⁵⁶ Ibid., p.28.

¹⁵⁷ Ibid., p.27.

pequeno parágrafo que contém informações a respeito do Marquês de Pombal, um boxe no qual se dá ênfase ao seu poder de decisão, bem como a expulsão dos jesuítas, em 1759, das possessões portuguesas, inclusive do vice-reinado do Brasil. Contudo, o contexto se restringe ao controle da produção aurífera: “o controle do ouro do Brasil foi uma das principais formas que Pombal adotou para tentar solucionar os problemas de Portugal”¹⁵⁸. Os problemas da metrópole restringiam-se, quase que exclusivamente, às importações de produtos, em especial, os têxteis, ingleses que eram superiores às exportações portuguesas para a Inglaterra, tendo como consequência imediata uma balança comercial desfavorável. Para pagar as importações era necessário ouro, daí porque a fiscalização no que tange à cobrança de imposto se tornava mais rigorosa a partir da assinatura do *Tratado de Methuen* entre os dois países em 1703, com mais vantagens comerciais para os ingleses.

Da abordagem dessas questões, passa-se a destacar o período em que a produção aurífera foi abundante e quando ela começou a apresentar quedas acentuadas. Para isso, além de dois pequenos parágrafos, é utilizado um quadro comparativo da extração do ouro entre os anos de 1701 a 1860. Feito isso, outros pequenos parágrafos são dedicados às iniciativas de Pombal, com destaque para o controle da fiscalização no que diz respeito à extração aurífera.

No capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*” também encontra-se presente as iniciativas adotadas para deter o contrabando do ouro na Capitania de Minas Gerais. Para isso, Pombal mandou fechar as oficinas de ourivesaria que não tinham licença do governo português para funcionar. Há, ainda, destaque para a queda da produção do ouro e a insatisfação, em função das medidas adotadas, por parte da população da Capitania de Minas Gerias: “diante das demonstrações de força e das medidas repressivas aos colonos, a população das minas se tornou cada vez mais revoltada”¹⁵⁹.

Trata-se, a respeito do subtópico – período pombalino –, de uma abordagem satisfatória e elogiável em relação aos demais livros didáticos até aqui analisados. Ela permite ao leitor uma razoável compreensão das principais atitudes pombalinas e suas implicações para os habitantes da capitania. Entretanto, a principal medida de Pombal relacionada ao tema da Inconfidência Mineira não é citada. A entrega de cargos da

¹⁵⁸ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.28.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p.29.

administração pública dessa capitania a pessoas ricas contribuiu, sobremaneira, para que elas atrelassem seus interesses particulares à máquina burocrática em detrimento dos interesses públicos, e quando elas foram afastadas dos cargos que ocupavam, perdendo, assim, os privilégios, procuraram elaborar planos cujo um dos objetivos principais fora o rompimento político com a metrópole.

Está ausente, também, menções a respeito das medidas do sucessor de Pombal, Melo e Castro. Este decidiu cobrar todas as dívidas contraídas, principalmente pelas pessoas mais ricas da capitania, pelo não pagamento de impostos, pois na época em que Pombal estava à frente do Ministério da Marinha e Ultramar as pessoas ricas que ocupavam cargos na administração pública não pagavam os tributos que eram de direito do Erário Real. Portanto, em se tratando da conjuntura história da capitania na segunda metade do século XVIII, a abordagem pode ser considerada razoável, pois ela é restringida à opressão política e à questão econômica. A respeito da opressão, são citadas algumas das medidas consideradas repressivas, as derramas de 1762 e 1768 e a queda na produção do ouro, completando-se com a chegada de Barbacena e a agitação que isso causara, especialmente nos homens mais ricos da capitania, sobretudo porque uma de suas primeiras atitudes como governador seria a cobrança, por meio da *derrama*, dos impostos atrasados.

Para falar da conspiração e as principais razões que levaram alguns cidadãos da Capitania de Minas Gerais a isso, dá-se ênfase, como verificou-se no capítulo *As Rebeliões Separatistas*, à chegada do substituto de Cunha Meneses, o Visconde de Barbacena. Este “... vinha com ordens de realizar a cobrança [dos impostos atrasados], em data não anunciada. A decisão causou mais revolta entre os colonos, sobretudo em Vila Rica [...] Em Vila Rica teve início a conspiração contra o domínio português”¹⁶⁰. Vale, mais uma vez, frisar que as reuniões nas quais se tramavam as idéias de rompimento político com Portugal, de acordo com os resultados da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, aconteceriam antes da chegada de Barbacena. Portanto, relacionar seu início à chegada do novo governador é simplificar a análise sobre a Inconfidência Mineira. Entretanto, não se pode esquecer que a ordem de cobrar todos os tributos atrasados – medida que Melo e Castro ordenara à Barbacena – talvez tenha precipitado as atitudes tomadas por alguns dos conspiradores.

¹⁶⁰ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.29.

A atitude de Cunha Meneses de afastar, logo no início de seu governo, 1783, algumas pessoas da administração da capitania que tinham colocado interesses particulares à frente dos interesses públicos gerou diversos conflitos entre essas pessoas e o governador. Uma das maneiras pelas quais os embates se materializaram foram os poemas críticos distribuídos pelas principais ruas de Vila Rica. O capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*” faz referência a eles: “logo começaram a circular na vila [– Vila Rica –] uns folhetos criticando o governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena”¹⁶¹. Há a necessidade de esclarecer quais eram esses folhetos. Certamente as autoras do livro didático *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* estão se referindo às *Cartas Chilenas*, libelos de caráter político que satirizavam, dentre outros pontos, as atitudes do antecessor de Barbacena, Cunha Meneses.

Já foi discutido anteriormente que os fatores que levaram alguns cidadãos da Capitania de Minas Gerais a elaborarem planos conspirativos devem ser relacionados a períodos anteriores à vinda de Barbacena, como governador, para esta capitania. No capítulo em análise, “*Liberdade Ainda que Tardia*”, eles não são abordados com clareza, sendo identificados, conforme a exposição é construída, à chegada de Brabacena. Já em relação aos planos e objetivos, a abordagem é mais esclarecedora do que em relação aos fatores.

São relacionados apenas alguns dos planos: “... os conspiradores [...] queriam a eliminação do monopólio comercial português [...]; o desenvolvimento das manufaturas; e o incentivo da produção agrícola”¹⁶². Em se tratando dos planos e objetivos, com relação aos capítulos dos livros didáticos anteriormente analisados, não se percebe muito aprofundamento analítico. Quase sempre eles são apenas relacionados. Em “*Liberdade Ainda que Tardia*” verifica-se uma abordagem diferenciada sobre as questões, ou seja, os planos não são apresentados como sendo todos consensuais entre os conspiradores, ou seja, são mostradas algumas divergências.

A respeito das divergências, a abordagem é bastante clara: “... discutiram se o novo país teria escravos ou não, e não conseguiram chegar a um acordo, pois entre os

¹⁶¹ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.29.

¹⁶² *Ibid.*, p.29.

conspiradores havia proprietários de escravos”¹⁶³. Sobre discordância acerca do plano para um novo regime político, o tratamento é igualmente inequívoco:

*“também quanto ao tipo de governo que se instalaria depois da independência, havia diferentes opiniões: a maioria, influenciada pela independência dos Estados Unidos, desejava que aqui também se instaurasse uma república. Outros preferiam uma monarquia”*¹⁶⁴.

Fazendo uma rápida comparação entre os livros didáticos, até aqui analisados, *A consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* é o que melhor aborda o subtópico relativo às divergências de idéias entre os conspiradores.

Vale ainda, sobre a questão das divergências, um breve comentário acerca da questão da independência: “pensou-se também na bandeira do novo país ...”¹⁶⁵. Neste excerto não fica claro se o rompimento político com Portugal seria somente em relação à Capitania de Minas Gerais ou se todo o vice-reinado, pois a referência “novo país” tanto pode ser relacionada a esta região quanto ao espaço territorial de todo o Brasil. Diante dessa falta de clareza, é preciso frisar, quantas vezes seja necessário, que nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* os depoimentos, a esse respeito, são dissonantes: alguns falam em independência somente da região das minas, outros indicam que ela dar-se-ia em todo o vice-reinado. Entretanto, isso não compromete a abordagem satisfatória acerca das discordâncias que existiram entre o grupo dos conspiradores.

Também não fica comprometido o tratamento em relação ao caráter dos planos conspirativos, embora esse tópico não tenha sido suficientemente trabalhado. Consta que “o grupo de conspiradores era formado por pessoas das camadas altas e médias da sociedade mineradora: mineradores, intelectuais, padres, militares, comerciantes”¹⁶⁶. Os termos “camadas altas e médias” podem ser interpretados como sendo os participantes de tal grupo, integrantes da elite social e econômica do período. Portanto, nesse caso, o caráter pode ser compreendido como elitista, ou seja, os planos foram construídos com vista ao atendimento de interesses de pessoas pertencentes à elite.

¹⁶³ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.29.

¹⁶⁴ Ibid., p.29.

¹⁶⁵ Ibid., p.29.

¹⁶⁶ Ibid., p.29.

Em relação a esses interesses, não há uma abordagem satisfatória. É apresentado como único inconfidente movido por interesses particulares Joaquim Silvério dos Reis: “ele devia uma enorme quantia à Coroa e, se o movimento fosse vitorioso, ficaria livre da dívida”¹⁶⁷. É preciso deixar claro que não fora somente Silvério dos Reis o único devedor. João Rodrigues de Macedo e Inácio José de Alvarenga Peixoto também deviam consideráveis somas. Embora, com essa abordagem, os interesses pessoais dos inconfidentes sejam restringidos à pessoa de Silvério do Reis, o tratamento é relevante por ter exposto a atitude do mesmo, porém é insatisfatória no que diz respeito aos interesses dos demais conspiradores.

De maneira também satisfatória em relação ao subtópico relativo aos interesses pessoais, o tratamento dado a Tiradentes não se restringe, como foi verificado nos demais capítulos dos livros didáticos até o momento analisados, a apresentar informações superficiais sobre sua vida pessoal e profissional. Ele é apresentado como aquele que foi punido por ter sido o elo mais fraco de todo o grupo: “... Tiradentes foi aquele que costumamos chamar de ‘bode expiatório’, ou seja, o que leva a culpa e o castigo pelos outros, para servir de exemplo”¹⁶⁸. Além disso, é ressaltado que “de todos os conspiradores, era o menos importante, o mais pobre, o mais desconhecido. Seu papel no movimento não foi tão destacado como o dos outros ...”¹⁶⁹. Outro ponto importante a ser destacado, é que, no capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*”, Tiradentes não sobressai em relação aos demais inconfidentes, pois outros nomes são apresentados. Além disso, esse capítulo apresenta uma coluna com uma discussão acerca da sentença, da qual destaco o seguinte trecho: “de acordo com as determinações de D. Maria I, apenas a um conspirador caberia a pena máxima, a morte na forca: Tiradentes [...] Sua execução deveria servir de exemplo ...”¹⁷⁰.

Apesar das falhas apontadas, “*Liberdade ainda que Tardia*” sobressai em vários aspectos (tipo de abordagem, conteúdo relativamente bem trabalhado, reflexões, em alguns momentos do texto, críticas) em relação aos capítulos dos livros didáticos que

¹⁶⁷ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.30.

¹⁶⁸ Ibid., p.31.

¹⁶⁹ Ibid., p.31.

¹⁷⁰ Ibid., p.30.

anteriormente foram analisados. Mas, ainda não constitui-se numa proposta que contemple o tema da Inconfidência Mineira. Faltou abordar o governo de Cunha Meneses.

Tem sido, nesse trabalho, quase uma constante os apontamentos relativos às lacunas percebidas nas abordagens dos livros didáticos até aqui analisados. Entretanto, não se trata de ressaltar as falhas, mas sobretudo apresentar as propostas merecedoras de elogios. Provavelmente aquelas tenham, até o momento, sobressaído, isso porque em sua maioria as abordagens destacam-se pela superficialidade e pouca profundidade analítica com que tratam o assunto – a Inconfidência Mineira – e pela ausência de análises críticas.

A Inconfidência Mineira em Nas Trilhas da História: Séries Finais do Ensino Fundamental

Dando continuidade às análises, passo à discussão dos capítulos *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII* e *As Conjurações* do livro didático *Nas Trilhas da História: séries finais do ensino fundamental*¹⁷¹ da coleção *Nas Trilhas da História*. Nesse livro didático, os movimentos que antecederam a Inconfidência Mineira são abordados em capítulo separado – *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII*¹⁷² – como observa-se no capítulo *As Primeiras Rebeliões da Colônia* do livro didático *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*. São abordados a *Revolta de Beckman*, a *Guerra dos Emboabas*, a *Guerra dos Mascates* e a *Revolta de Felipe dos Santos*, todos de uma abordagem demasiadamente sucinta e superficial, sendo apresentados em textos bastante reduzidos. Detendo-me neste último movimento, o tratamento é semelhante ao apresentado no capítulo *As Rebeliões Separatistas* do livro didático *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*, ou seja, de exposição bastante descritiva e linear, sendo estruturada da seguinte maneira: causa (cobrança do quinto através das Casas de Fundação), destaque do líder (Felipe dos Santos) e a punição exemplar (morte do líder). Há uma pequena diferença de abordagem que é quanto ao contexto desse movimento, apresentado, porém, de maneira bastante simples. Contudo, os movimentos pré-

¹⁷¹ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; MOURA, Regina Célia de; BELISÁRIO, Gomide. **Nas trilhas da História: séries finais do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. 203p.

¹⁷² ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de. Os movimentos nativistas dos séculos XVIIe XVIII. In: **Nas trilhas da História: séries finais do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. p.106-110.

Inconfidência são abordados, no último parágrafo, como que fazendo parte da crise do sistema colonial:

“os revoltosos não compreendiam, porém, a luta política no sentido mais geral e amplo, e as revoltas foram assim, locais, dispersas e limitadas. De qualquer forma, eram sintomas de uma grande crise, do impasse em que se colocou o antigo sistema colonial, desde o início do século XVIII ¹⁷³.

O texto torna-se ainda mais simples quando seus autores afirmam que “os revoltosos não compreendiam [...] a luta política no sentido mais geral e amplo, e as revoltas foram assim, locais, dispersas e limitadas”. Diante disso, cabe salientar a ausência de uma explicação mais plausível que informe sobre o porquê do caráter local e limitado. Sem essa explicação, o texto se torna muito empobrecido. Neste caso, seria interessante que os autores o tivesse complementado ressaltando que em função da grande extensão territorial do Brasil e as distâncias entre os núcleos urbanos que se formara até então apresentavam-se como grandes obstáculos, destacando-se a precariedade da comunicação entre os habitantes de tais núcleos, pois os contatos entre os rebelados, em caso de uma possível unificação de movimentos, não seria facilmente estabelecidos.

No capítulo *As Primeiras Rebeliões da Colônia*, a apreciação feita em relação a todos os movimentos denominados nativistas parece-me mais interessante do que a análise que é feita em *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII* pelo fato de serem apresentadas como manifestações locais contra as decisões impositivas dos administradores do reino português, sem, contudo, almejarem o rompimento político com a metrópole: “as primeiras revoltas, tradicionalmente chamadas de nativistas, ainda não tinham o ideal nacionalista. Eram movimentos regionais e não visavam a independência. Reivindicavam apenas alterações na política portuguesa”¹⁷⁴. Porém, cabe ressaltar que o fato de o capítulo *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII* apresentarem, ainda que apenas fazendo uma rápida menção, os movimentos que antecederam a Inconfidência Mineira como sendo sintomas da crise do sistema colonial é extremamente importante para a compreensão, em termos gerais, de tais movimentos.

¹⁷³ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de, *op. cit.*, p.109.

¹⁷⁴ ORDENÔZ, Marlene, *op. cit.*, p.149.

Vale ainda destacar uma prática que tem sido adotada, desde muito tempo, especialmente nos livros didáticos: a identificação de acontecimentos históricos numa única pessoa. Assim como em *As Primeiras Rebeliões da Colônia* quanto em *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVII e XVIII* a *Revolta de Vila Rica* é identificada na pessoa de Felipe dos Santos, tanto é que o movimento também é conhecido como *A Revolta de Felipe dos Santos*. Em nenhum desses capítulos é construída uma explicação no sentido de esclarecer ao leitor que essa é uma prática não mais, como antes, condizente com o conhecimento histórico. Há, ainda, a ausência, nesses capítulos, da participação de escravos no movimento.

Feito esse destaque, inicio a análise do capítulo *As conjurações*¹⁷⁵, no qual é discutido o tema da Inconfidência Mineira. Nele, o período em que Pombal esteve à frente do Ministério da Marinha e Ultramar – posto mais graduado da administração portuguesa – não é merecedor de atenção, inexistindo, portanto, qualquer registro a esse respeito. Já com relação à abordagem sobre o contexto histórico do final do setecentos nas Minas Gerais, verifica-se que, assim como foi observado em outros capítulos dos livros didáticos já analisados, é resumido à questão da cobrança dos impostos que “... sobrecarregava a população, que não mais os suportava”¹⁷⁶ e ao “... processo acentuado de declínio das minas”¹⁷⁷. Verifica-se, com isso, que o tratamento desse subtópico é bastante simples, restringindo-se ao aspecto econômico. Lê-se, também, que “o Estado português julgava que o atraso no pagamento dos impostos, e sobretudo a diminuição do *quinto*, deviam-se à sonegação e à fraude, desconhecendo o processo acentuado de declínio das minas”¹⁷⁸. Cabe esclarecer que significativa parte das dívidas acumuladas pelos maiores devedores do Erário Real na Capitania de Minas Gerais tem sua origem na falta de pagamento dos tributos, e não puramente em função da escassez de ouro, não completando, assim, as cem arrobas anuais que era de direito da metrópole portuguesa, embora sua falta nas lavras em finais do século XVIII dificultasse sobremaneira tal pagamento.

Se a abordagem do subtópico relativo à conjuntura da capitania é simples, igualmente simples é a atenção destinada aos fatores que impulsionaram a elaboração dos

¹⁷⁵ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de. As conjurações. In: **Nas trilhas da História: séries finais do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. p.111-115.

¹⁷⁶ Ibid., p.113.

¹⁷⁷ Ibid., p.113.

¹⁷⁸ Ibid., p.113.

planos. Eles são sintetizados na “... cobrança dos impostos [, a qual] sobrecarregava a população [...] que não mais os suportava”¹⁷⁹ e a chegada de Barbacena à capitania: “com o objetivo de recuperar a arrecadação, chegou em 1788 [...] o novo governador [...] com ordens claras para pôr o pagamento em dia, através da *derrama*”¹⁸⁰. Assim como foi verificado nos capítulos dos livros didáticos anteriormente analisados, a tarefa expressa por Melo e Castro ao referido governador constitui-se no principal fator a impulsionar a elaboração dos planos. É uma abordagem bastante simples e que, como apontei anteriormente, seria interessante que estivesse presente referências sobre o governo de Cunha Meneses.

De maneira um pouco diferente, em relação à abordagem dos subtópicos anteriores, os planos e objetivos são apresentados de modo a contemplar importantes pontos, embora não seja observado nenhum avanço em comparação aos capítulos dos livros didáticos anteriormente analisados: “os planos dos mineiros para a implantação da república, cujo comando caberia a Tomás Antônio Gonzaga, envolviam o incentivo às manufaturas, a fundação de uma universidade, o estabelecimento de livre-comércio”¹⁸¹. Cabe notar que esse excerto traz uma imprecisão que para a análise que está sendo tecida é relevante. Ela consiste na afirmação de o comando do regime político que seria implantado caberia a Gonzaga. Não há, portanto, essa certeza, daí a imprecisão. Também é igualmente imprecisa a implantação de uma república, conforme já discutido anteriormente.

Em se tratando das divergências entre os elaboradores dos planos, nota-se a ausência de qualquer referência. Embora não haja nenhuma menção a esse respeito, sobre os interesses dos quais os inconfidentes encontravam-se imbuídos há uma passagem que nos interessa: “... sob a influência das idéias iluministas, [os inconfidentes] passaram a defender interesses próprios, desvinculados da metrópole”¹⁸². Desse trecho depreende-se que são interesses locais ligados a vários grupos sociais do que propriamente pessoais, isso porque em outro trecho, a saber, “a exploração colonial da cana-de-açúcar e do ouro trouxe lucros para Portugal mas ocasionou também a formação de grupos sociais ...”¹⁸³, é possível observar que os “interesses próprios” relacionam-se a grupos que se constituíram em

¹⁷⁹ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de, *op. cit.*, p.113.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p.113.

¹⁸¹ *Ibid.*, p.113.

¹⁸² *Ibid.*, p.111.

¹⁸³ *Ibid.*, p.111.

diferentes regiões do vice-reinado do Brasil durante o período colonial. Portanto, nesse capítulo, o subtópico relativo aos interesses pessoais não é contemplado.

No tocante ao tratamento dado a Tiradentes, logo na primeira página da unidade que é iniciado o tema do movimento inconfidente, sem qualquer discussão a respeito do próprio Joaquim José da Silva Xavier, é colocada uma imagem ampliada de seu rosto. É possível que tal procedimento contribua para que o culto à pessoa de Tiradentes como principal personagem da Inconfidência Mineira continue, pois a reprodução, seja qual for a representação de sua imagem, pode fazer com que o leitor o identifique como tal.

De forma bastante evidente, no capítulo em análise – *As Conjurações* –, no que tange ao caráter da Inconfidência Mineira, observa-se que ele é apresentado como tendo sido elitista: “caracteristicamente um movimento de elite, a Conjuração Mineira refletiu esse aspecto em sua solução final”¹⁸⁴. Além disso, vale destacar outro excerto no qual fica claro que tal caráter é igualmente inequívoco: “dos grupos mais ricos e letrados da população mineira partiu a idéia de um amplo movimento, que pusesse fim à dependência da Capitania em relação a Portugal”¹⁸⁵.

No tocante ao tratamento dado a Tiradentes, observa-se o culto à sua imagem, apresentado como um homem simples: “do grupo [de homens ricos] fazia parte um simples alferes, posto subalterno da cavalaria ...”¹⁸⁶. Vale ressaltar, que logo no início da unidade que inicia o tema do movimento inconfidente, sem qualquer discussão a respeito do próprio Joaquim José da Silva Xavier, é colocada uma imagem ampliada de seu rosto dividindo a folha com D. Pedro I.

Além dessas análises tecidas sobre o capítulo *As Conjurações*, resta discutir, como último destaque, dois termos: *conjuração* e *revolucionários*. Em contraposição à terminologia *inconfidência*, as autoras do livro didático *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino fundamental* preferem “... usar a palavra conjuração para nomear as revoltas”¹⁸⁷ (os acontecimentos de Minas Gerais, em 1789, e na Bahia, em 1798). Entretanto, elas não apresentam uma justificativa clara, apenas consta que “para as autoridades portuguesas as rebeliões ocorridas no final do século XVIII, em Minas Gerais e

¹⁸⁴ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de, *op. cit.*, p.113.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p.113.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p.113.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p.112.

na Bahia, foram inconfidências, isso é, traição e deslealdade ao rei [...]”¹⁸⁸, por isso preferem utilizar a palavra *conjuração*. Não vejo nenhum problema, mas, a meu ver, deveriam explicar o significado dessa palavra. Sobre o termo *revolucionários*, creio ser incorreto aplicá-lo aos planos, como pode-se observar: “os planos revolucionários chegaram ao conhecimento do governador, através de um delator. Joaquim Silvério dos Reis”¹⁸⁹. Não cabe aqui muita discussão, pois já apresentei, em momentos anteriores, alguns argumentos através dos quais julgo imprecisa a utilização dessa palavra relacionada aos conspiradores mineiros de 1789. Além disso, nesse livro didático, é reservada uma página para apresentar as assinaturas dos conspiradores Cláudio Manuel da Costa, Francisco de Paula Freire de Andrade, Pe. Carlos Correia de Toledo e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Essa representação é desnecessária, pois não contribui, a meu ver, para o enriquecimento analítico do texto.

A Inconfidência Mineira em *História Geral e do Brasil: Consolidação do Capitalismo e Brasil Império*

O próximo capítulo a ser analisado, *Brasil: a independência*¹⁹⁰, contém, apesar das diferenças na abordagem da Inconfidência Mineira, algumas lacunas como foi observado em *As Conjurações*, livro didático *Nas Trilhas da História: séries Finas do Ensino Fundamental*. Uma delas é que esta obra didática expõe em capítulos separados as revoltas nativistas e o tema da Inconfidência Mineira. Já o capítulo *Brasil: a independência*, do livro didático *História Geral e do Brasil: Consolidação do Capitalismo e Brasil Império*, coleção *Saber e Fazer História*, faz apenas menção a esses movimentos no mesmo capítulo destinado à discussão desse tema. É um tratamento demasiado superficial: “a partir do século XVIII isso [– a exploração das riquezas da colônia –] foi provocando grande descontentamento das elites coloniais, que se traduziu em diversas rebeliões contra a metrópole”¹⁹¹. Mais adiante, lê-se que

¹⁸⁸ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de, *op. cit.*, p.112.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p.113.

¹⁹⁰ COTRIM, Gilberto. *Brasil: a independência*. In: **História geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2001. p.77-91.

¹⁹¹ *Ibid.*, p.78.

*“para efeito de estudo, podemos dizer que as rebeliões diferiam entre si conforme os seus objetivos principais: havia as que queriam apenas modificar aspectos da dominação portuguesa, como por exemplo a Guerra dos Emboabas (1708), a Revolta de Vila Rica, a Revolta de Beckmam (1684) e a Guerra dos Mascates (1710) ...”*¹⁹².

Percebe-se, nesta abordagem, que apenas é citada a *Revolta de Vila Rica* sem que haja uma exposição mais alongada. Logo após essas menções dá-se início ao tema da Inconfidência Mineira.

Com relação ao período pombalino, não há qualquer referência no livro didático *História Geral e do Brasil: Consolidação do Capitalismo e Brasil Império*. O mesmo é verificado com respeito ao período em que Cunha Meneses foi governador da Capitania de Minas Gerais, mas isso foi ignorado em todos os capítulos colocados em discussão até o momento. Já a conjuntura histórica dessa região em finais do século XVIII, embora esteja presente, é apresentada sendo relacionada, assim como pude observar nos demais livros didáticos analisados, ao fator econômico e ao empobrecimento dos mineiros: “na segunda metade do século XVIII, a economia de Minas Gerais entrou em declínio. As jazidas de ouro estavam se esgotando e os mineiros foram ficando cada vez mais pobre”¹⁹³. E continua expondo a conjuntura com ênfase no aspecto financeiro: “... o governo português continuou a exigir pesados impostos de quem vivia na região das minas, atribuindo a queda de produção ao contrabando do ouro”¹⁹⁴. Essa análise, relacionada ao fator econômico, está presente em todos os capítulos dos livros didáticos até aqui analisados. Quase sempre é destacada a queda da produção aurífera, sendo interpretada pelos portugueses, como consequência do contrabando. Falta, para que essa questão seja melhor explicitada, esclarecer que essa interpretação devia-se realmente à prática do contrabando de ouro e de diamantes que era muito constante na época, daí porque os portugueses identificavam-na com a escassez desses metais e não com o esgotamento das lavras. Outro subtópico que não tem muita variação, em termos analíticos, é os fatores responsáveis na elaboração dos planos conspirativos.

Mais uma vez, como verifiquei nos capítulos dos livros didáticos até o momento analisados, a vinda de Barbacena para a capitania é exposta como sendo o principal fator

¹⁹² COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.78.

¹⁹³ *Ibid.*, p.78.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p.79.

que levou alguns cidadãos ricos de Minas Gerais a juntarem-se com o objetivo de construir propostas de cunho conspirativo contra a dominação portuguesa. Conforme essa perspectiva analítica, “um clima de tensão e revolta tomou conta dos proprietários das minas de ouro quando o governador da capitania, o Visconde Barbacena, anunciou que haveria uma nova derrama ...”¹⁹⁵. Em função dessa situação de revolta, “membros da elite econômica e cultural de Minas Gerais começaram a se reunir e a planejar um movimento contra as autoridades portuguesas e a instalação da derrama”¹⁹⁶. Como já discuti anteriormente, no que diz respeito a questão de que as reuniões começaram a se realizar de 1788, ano em que Barbacena assumiu o cargo de governador, cabe apenas reforçar que essa interpretação empobrece o tema da Inconfidência nos livros didáticos, pois além de resumir as insatisfações, estas advindas desde antes o ano de 1788, de várias pessoas da capitania à chegada desse governador, não há referências ao período em que Cunha Meneses esteve à frente da administração pública de Minas Gerais.

No que concerne aos principais planos e os objetivos dos conspiradores, há preocupação, no capítulo *As Conjurações*, com apenas alguns pontos que são, assim, expostos: “ao que parece, se conquistassem o poder, os inconfidentes pretendiam separar o Brasil de Portugal. Predominava a idéia de criar uma república [...] Também pretendiam desenvolver indústrias e criar uma universidade em Vila Rica”¹⁹⁷. Dois pontos merecem discussão. Primeiro: entre os inconfidentes não havia dúvida quanto ao rompimento dos laços políticos com Portugal. A dúvida consiste se a separação seria apenas da região da capitania ou do Brasil. Segundo: embora a exposição confirme a predominância da instalação de uma república, não é registrada a outra forma de regime político que aparece nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, isto é, a monarquia. Entretanto, ao se iniciar a exposição de tais planos há um parágrafo que merece destaque: “são poucas as fontes de que os historiadores dispõem para analisar os objetivos e os planos dos inconfidentes mineiros. Assim, esse é um tema sobre o qual há poucas certezas”¹⁹⁸. É uma análise correta a respeito do tema, pois após a delação de Silvério dos Reis todos os documentos escritos pelos conspiradores foram destruídos. Portanto, as principais fontes

¹⁹⁵ COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.79.

¹⁹⁶ Ibid., p.79.

¹⁹⁷ Ibid., p.80.

¹⁹⁸ Ibid., p.80.

documentais constituem-se nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, os quais são produtos de uma investigação através da qual as autoridades portuguesas tinham muito interesse em provar, sob qualquer custo, o crime de lesa-majestade dos elaboradores dos planos, e assim punir, exemplarmente, os inconfidentes. Inconfidentes de acordo com a visão dos portugueses. De fato, essa é uma temática sobre a qual pairam muitas incertezas, e o projeto de pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* veio demonstrar isso. Dentre as incertezas, destaco as divergências que existiram entre os conspiradores.

Sem fazer qualquer referência a essas divergências, é apresentado, em *As Conjurações*, que “... não havia, entre os líderes da Inconfidência, a intenção de acabar com a escravidão africana”¹⁹⁹. A questão da escravidão, sua permanência ou sem fim, nos planos conspirativos, é um ponto sobre o qual não se chegou à convergência no seio dos inconfidentes. Fazer essa afirmação, conforme o trecho acima, é empregar uma certeza sobre uma questão que ainda continua em aberto. Mas, logo após essa passagem, consta um excerto que a contradiz: “segundo parece, chegou-se a uma solução de compromisso, pela qual seriam libertados os escravos nascidos no Brasil”²⁰⁰. Caberia, no intuito de desfazer essa contradição, reescrever o trecho retirando dele a palavra “também” e inserindo, entre os termos “ não havia” e “entre os líderes” o termo “a certeza”. Seria, a meu ver, uma correção necessária, como tantas outras igualmente necessárias nos livros didáticos que estou analisando, e acredito que em outros também que aqui não estão sendo discutidos.

Em *As Conjurações*, é explícito o caráter elitista empregado à Inconfidência Mineira: “ a maioria da população não tomou parte na Inconfidência, e os líderes do movimento não tinham planos para melhorar as condições de vida dos pobres”²⁰¹, que, diga-se de passagem, eram a maioria absoluta dos habitantes. Em outro excerto, o caráter elitista é igualmente claro: “para fazer [...] [os] planos, havia pouca organização estratégica. Os inconfidentes não tinham tropas nem armas para conquistar o poder. Também não contavam com a participação popular”²⁰². Há que ser ressaltado o fato de os conspiradores estarem, à data da delação dos planos por Silvérios dos Reis, ainda organizando e

¹⁹⁹ COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.80.

²⁰⁰ BORIS, Fausto *apud* COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.78.

²⁰¹ COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.80.

²⁰² *Ibid.*, p.80.

estruturando como se deveria proceder para a execução do que se tinha planejado, inclusive, estava-se arregimentando pessoas para tal. Portanto, ao se afirmar que os conspiradores não dispunham de armas, tropas e estratégia, faz-se necessário constar que eles ainda se encontravam trabalhando na organização e que a delação precipitou o início do movimento, ou seja, após os planos serem descobertos, partiu-se para a execução dos mesmos, ainda que de maneira desarticulada.

Com relação à abordagem dos interesses pessoais, esse texto apresenta uma explicação restringindo-os ao fato de Silvério dos Reis ter oferecido denúncia almejando o perdão de seus débitos pelo Erário Real. Segundo consta, “o movimento foi denunciado pelo coronel Joaquim Silvério dos Reis ao governador de Minas Gerais. O objetivo de Silvério dos Reis era conseguir perdão para suas dívidas junto à Fazenda Real, o que ele obteve”²⁰³. Tal explicação assemelha-se bastante à exposição apresentada em “*Liberdade Ainda que Tardia*”. No entanto, este destaca que outros, além de Silvério dos Reis, delataram os planos: “então [Silvério dos Reis] resolveu revelar o que sabia ao governador Barbacena, que recebeu também outras denúncias sobre a conspiração”²⁰⁴. Com isso, esse capítulo permite ao leitor ter uma compreensão menos simplória a respeito da Inconfidência Mineira em relação ao capítulo que está sendo analisado, *Brasil: a Independência*.

Com relação a Joaquim José da Silva Xavier, o tratamento a ele destinado é passível de dois breves, mas, importantes comentários. O primeiro deles, a respeito da imagem²⁰⁵, cujo tamanho é de 12cmx7cm, sendo que ao seu lado, um pequeno texto explica o termo inconfidência e como a personagem histórica Tiradentes passou ao status de patrono cívico da nação brasileira. O segundo comentário, também feito a partir da referida imagem, vai no sentido da necessidade de créditos necessários ao se colocar uma determinada imagem, qualquer que seja ela, ao lado de textos. No caso do capítulo em análise, *As Conjurações*, inexistente, como já aponte em outra ocasião nesse trabalho, um pequeno texto que tenha como finalidade esclarecer o leitor que há uma profusão de imagens dessa personagem, e que todas foram produzidas a partir de informações de outras pessoas, pois Tiradentes não foi retratado em vida. Portanto, suas imagens são apenas representações. Sem isso, a

²⁰³ COTRIM, Gilberto, *op. cit.*, p.80.

²⁰⁴ CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane, *op. cit.*, p.30.

²⁰⁵ A imagem reproduzida no capítulo *Brasil: a independência*, livro didático, *História Geral e do Brasil*, é a mesma utilizada pelos autores do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos* no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*, ou seja, o óleo de Washt Rodrigues, pintado em 1940.

imagem fica apenas como ilustração, contribuindo, desse modo, para a identificação imediata da Inconfidência Mineira a um único participante dos planos, embora, nesse capítulo, outros conspiradores sejam relacionados, tais como Cláudio Manual da Costa, José Inácio de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, etc.

A Inconfidência Mineira em *História e Vida*

Por fim, o capítulo *Houve Muitas Revoltas*²⁰⁶ do livro didático *História e Vida*, coleção *História e Vida Integrada*, como o último a ser analisado, apresenta uma boa discussão sobre a Inconfidência Mineira. No tocante aos movimentos que a precederam, a *Revolta de Vila Rica* recebe tratamento razoável. É destacada a insatisfação dos colonos mineiros em relação ao controle português, a razão maior da revolta e os desdobramentos finais:

“oito dias depois que [...] [as casas de fundição foram instaladas a mando do rei de Portugal], uma multidão furiosa, chefiada por Felipe dos Santos, dirigiu-se a casa do governador, para manifestar toda a sua revolta. Os rebeldes queriam que o governador mandasse diminuir os impostos e fechasse as casas de fundição. Assustado, o governador prometeu atender às exigências da multidão. Os revoltosos voltaram tranqüilos para casa, pensando ter conquistado uma grande vitória [...] Em vez de cumprir as promessas, o governador mandou seus soldados invadir Vila Rica. Os chefes do movimento foram presos e suas casas incendiadas. Felipe dos Santos, principal líder da revolta, foi executado em praça pública ...”²⁰⁷.

Comparando essa abordagem com os capítulos dos livros didáticos *Os Movimentos Nativistas dos Séculos XVIII e XVIII* e *As Primeiras Rebeliões da Colônia* não há nenhuma alteração, para melhor, é claro, na estrutura da narrativa. Em todos, percebe-se uma certa linearidade, pois inicia-se a explicação do movimento com a criação das Casas de Fundição, tendo como principal motivo a revolta causada pela voracidade da Coroa em arrecadar cada vez mais ouro em impostos, terminando com o desfecho final, que foi a condenação dos envolvidos.

Com relação ao período pombalino, são eleitas as principais medidas adotadas nesse período, expostas na forma de tópicos. Em comparação aos capítulos “*Liberdade Ainda que Tardia*” e *As Rebeliões Separatistas*, há em *Houve Muitas Revoltas* maior detalhamento de

²⁰⁶ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio. Houve muitas revoltas. In: **História e vida**. São Paulo: Ática, 1997 p.70-80.

²⁰⁷ Ibid., p.73.

tais medidas. No entanto, não ultrapassa uma abordagem superficial, restringindo-se apenas a enumeração de algumas atitudes que Pombal adotou. Desses três capítulos, com respeito a essa análise, os que sobressaíram em termos de uma abordagem satisfatória foram *As Rebeliões Separatistas* e *Houve Muitas Revoltas*.

A conjuntura histórica da Capitania de Minas Gerais, em finais do século XVIII, contém vários componentes, mas o que sobressai nos livros didáticos já analisados é o econômico. Embora tenha-se apresentado em *Houve Muitas Revoltas* uma conjuntura, na qual procura-se incorporar a Revolução Industrial, a independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte e a Revolução Francesa, inserindo o Brasil nesse contexto, é perceptível o predomínio do aspecto econômico. Mesmo ressaltando-se que “... Portugal queria continuar explorando tranqüilamente sua colônia brasileira”²⁰⁸, dando margem à compreensão de que apesar de todas as mudanças que se processavam em âmbito internacional, os portugueses insistiam na manutenção do pacto colonial, a preponderância continua sendo o econômico. Ao referir-se ao ambiente da região dessa capitania, em fins dos setecentos, o destaque é para a escassez do ouro.

Sobre os fatores que impeliram alguns cidadãos vila-riquenses a elaborarem planos conspirativos, são reduzidos à exploração, ao sentimento de revolta e na iminência de cobrança dos impostos atrasados dos anos em que a cota de 150 arrobas de ouro não fora completada. Relativo a esses fatores, o capítulo *Houve Muitas Revoltas* traz a seguinte explicação:

*“como o ouro estava acabando, o rei resolveu explorar ainda mais a região das minas. Para isso tomou várias medidas que aumentaram a revolta da população, dentre as quais a derrama. Como a derrama atingia toda a população e não apenas os mineradores, ou seja, aqueles que deixavam de pagar o quinto, a sua decretação pelo rei gerava muita revolta”*²⁰⁹.

Nesse trecho, é notável a mesma lacuna existente nos demais capítulos analisados. Ela consiste na ausência de referências ao período em que Cunha Meneses exerceu o cargo de governador da capitania. Sequer são citadas as *Cartas Chilenas*, libelos que tornavam públicas as discordâncias da elite econômica e social da capitania em relação às medidas

²⁰⁸ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio, *op. cit.*, p.74.

²⁰⁹ *Ibid.*, p.74.

adotadas pelo referido governador. Tais discordâncias são importantes na construção dos planos elaborados pelos conspiradores, isso de acordo com os resultados conseguidos na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*.

No que tange ao tratamento dado aos planos, não é verificado nenhum avanço analítico em comparação aos demais capítulos dos livros didáticos colocados em discussão. Os planos são assim expostos: os “... planos eram proclamar a república [...]; criar uma universidade [...]; e fundar fábricas em todas as regiões do Brasil”²¹⁰. Novamente, conforme constatado nos capítulos dos livros didáticos analisados anteriormente, a instalação do regime republicano de governo é dada como certo. Também os autores de *Houve Muitas Revoltas* apresentam como certeza, o que, em verdade, é incerto, a independência de todo o Brasil: “os revolucionários queriam acabar de vez com a dominação portuguesa, com o regime colonial que oprimia o Brasil”²¹¹. Portanto, a abordagem da divergência entre os inconfidentes acerca dos planos é bastante superficial e incompleta.

Igualmente de forma superficial é o tratamento sobre o caráter do movimento – se elitista ou popular. Mesmo assim, é possível compreender a predominância de um caráter elitista, pois “em sua maioria, os principais revoltosos eram importantes figuras da sociedade mineira ...”²¹². Não há avanço nessa análise, haja visto que nos demais capítulos dos livros didáticos existem referências, algumas com bastante ênfase, a esse respeito, especialmente no capítulo *As Conjurações e Brasil: a independência*.

Também não há avanço ao ser abordado outro ponto que, de acordo com o que se lê nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, gerou divergência entre os inconfidentes, a saber, a escravidão: “mas havia um problema que [...] dividia [os inconfidentes]: enquanto Tiradentes era a favor do fim da escravidão, com a libertação imediata dos escravos, outros revoltosos eram contra, ...”²¹³. Não há muito o que se discutir sobre esse ponto, pois ele já fora bastante explorado em outras ocasiões nesse trabalho. Apenas vejo como necessário frisar que a questão da escravidão na Inconfidência Mineira, no que tange

²¹⁰ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio, *op. cit.*, p.75.

²¹¹ *Ibid.*, p.75.

²¹² *Ibid.*, p.75.

²¹³ *Ibid.*, p.75.

ao conteúdo dos livros didáticos analisados, é superficialmente apresentada. Isso também acontece com os interesses pessoais dos inconfidentes.

No que diz respeito a esses interesses pessoais, eles são simplificados à atitude interesseira de Silvério dos Reis: “em troca do perdão de suas dívidas, que eram muitas, ele contou ao governador”²¹⁴ os planos que estavam sendo elaborados contra o poder metropolitano. Também nesse subtópico, não há avanço em relação aos demais livros didáticos. Além disso, Silvério dos Reis é apresentado como apenas um traidor: “belos planos, mas que não se concretizaram, pois entre os revolucionários havia um traidor ...”²¹⁵. Como já apontei na análise dos livros didáticos aqui discutidos, essa análise que apresenta Silvério dos Reis como traidor só tende a prevalecer um tipo de leitura, que é justamente essa, impedido, dessa maneira, que o leitor possa compreender as razões pelas quais ele aderiu aos planos e por que resolveu delatá-los. Portanto, esse é um tratamento simplificado.

De forma um pouco diferente, em relação a pessoa de Silvério dos Reis, o tratamento dado a Tiradentes é bastante singular. Embora ele seja apresentado como tendo sido uma pessoa pobre e que “... não fazia parte da elite, mas acabou se tornando o líder mais conhecido do movimento”²¹⁶, sua figura recebe maior destaque em relação aos demais participantes dos planos conspirativos, sendo reservado um box no qual é explicado traços de sua vida pessoal e profissional, sendo destacado como o principal divulgador dos planos, seu trágico fim e sua exaltação a partir da instalação da república. Apesar de simples, as informações que contêm no box são importantes para que se inicie discussões acerca de sua participação e a centralidade no movimento a ele imputada a partir de 15 de novembro de 1889.

A respeito da liderança apontada no trecho acima citado, existem várias controvérsias a respeito dessa liderança, pois em alguns depoimentos dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* está registrado que Tiradentes, imbuído de grande entusiasmo, falava sem reticência por onde andava sobre os planos que eram delineados, nos quais também tinha parte. Por essa razão, segundo, também, consta nos depoimentos, ele fora

²¹⁴ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio, *op. cit.*, p.75.

²¹⁵ *Ibid.*, p.75.

²¹⁶ *Ibid.*, p.75.

advertido por ser muito falador, e que por isso poderia pôr tudo a perder. Que ele, após a proclamação da República, tornou-se o inconfidente mais conhecido não há dúvida, o que não pode ser aceitável, principalmente em se tratando de livros didáticos, é que ele continue sendo apresentado como o líder mais conhecido.

Nesse mesmo box, consta também que “revoltado contra a situação que provocava a miséria do povo, tornou-se o mais entusiasta divulgador do movimento contra o domínio português e a favor da independência do Brasil”²¹⁷. Faz-se necessário ressaltar que há, por parte dos autores de livros didáticos, uma certa simplificação a respeito de Tiradentes. Muitos o apresentam como sendo ele uma pessoa imbuída de sentimentos patrióticos e coletivos. Não que ele não o tenha sido, mas é preciso frisar que, de acordo com a pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, consegui chegar a evidências que mostram um Tiradentes conspirador imbuído também de interesses pessoais. Portanto, seria plausível que algumas ressalvas, nesse sentido, fossem feitas nos livros didáticos.

Há que ser ressaltado, ainda, que no capítulo *Houve Muitas Revoltas* outros conspiradores são apresentados, tais como Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, os padres Carlos Correia, Oliveria Rolim, José Lopes de Oliveira, Luís Vieira e Manuel Rodrigues da Costa. Citar apenas os nomes pode não ser muito contributivo na explicação da Inconfidência Mineira, mas pelo menos informa ao leitores a existência de outros conspiradores.

Pode-se afirmar que dentre os livros didáticos analisados os que satisfatoriamente abordam o tema da Inconfidência Mineira são *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* e *História e Vida*, sobretudo em se tratando de uma abordagem mais completa na qual são contemplados vários aspectos desse movimento. No entanto, algumas lacunas encontradas nos demais livros didáticos permanecem nessas duas obras didáticas.

²¹⁷ PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio, *op. cit.*, p.76.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o produto, talvez ainda inacabado, caráter primordial da pesquisa histórica, de alguns meses de reflexão acerca do objeto de estudo *Livro Didático e Inconfidência Mineira*. Não somente reflexões teóricas – que crítica fazer, que melhor argumento utilizar para fundamentar uma certa opinião, ou até mesmo um determinado juízo de valor, em que momento do trabalho caberia tal discussão, onde melhor se encaixaria um determinado termo, as preocupações de construir uma narrativa clara e que permitisse ao leitor uma melhor compreensão do objetivo desse trabalho –, mas também anseio, desejo de realizar uma produção historiográfica que não fique esquecida nas prateleiras de bibliotecas, vontade de realizar uma pesquisa que estimule, de certa maneira, outros trabalhos e, provavelmente, o mais importante: a certeza de ter conseguido finalizar uma pesquisa que teve como principal pressuposto a paixão pelo tema que escolhi, porque sem isso, eu não teria conseguido ir além de poucas palavras.

Com paixão, dedicação, paciência, concentração, constantes diálogos com as fontes, procurei analisar alguns livros didáticos tendo como ponto central, nessa análise, o tema da Inconfidência Mineira. Saber como esta temática estava sendo abordada nos livros didáticos constituiu-se no objetivo principal do presente trabalho. Entretanto, essa análise está acompanhada de discussões acerca de várias problemáticas inerentes não só as obras didáticas, bem como ao sistema educacional público brasileiro, enfatizando, em alguns momentos, no professor, o qual utiliza, desde muito tempo, o livro didático como principal mediador, e em alguns casos, o único, na tarefa de transmitir, aos estudantes, o conhecimento histórico já produzido.

Nesse trabalho de análise dos livros didáticos pude perceber que, apesar dos esforços dos técnicos do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Fundamental, muito ainda há que se discutir sobre a qualidade do livro didático no Brasil. Não tive condições de realizar a análise em todas as vinte e uma coleções da área de História que constam no *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*, pois se assim o fizesse esse trabalho ultrapassaria uma centena de páginas, e mesmo se houvesse disposição para tal, dificilmente o tempo permitiria a realização dessa tarefa. Por tudo isso, é que apenas sete obras didáticas foram selecionadas.

Dos livros colocados em discussão, alguns abordam superficialmente o tema da Inconfidência Mineira. Nestes, a superficialidade assume um caráter preponderante. O tema é tratado com bastante simplicidade, cuja narrativa prima pela linearidade, sendo ausente de profundidade analítica e de problematização em relação a alguns aspectos que compõem o tema, como por exemplo, os interesses pessoais. Em outros, é possível verificar o esforço em apresentar uma abordagem mais completa, enfocando os principais acontecimentos que fazem desse tema um dos mais debatidos na historiografia brasileira.

Acerca dos interesses pessoais, verifiquei que a maioria dos livros didáticos analisados os abordam de alguma maneira. Alguns, a minoria, não o fazem de modo plenamente satisfatório, apenas margeando-os. Entretanto, no que tange aos diversos tipos de interesses, conforme pude verificar por meio da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, a abordagem é ainda mais precária. Em alguns dos livros, sequer, há alguma menção sobre os tipos de interesses que estavam em jogo nos planos elaborados pelos conspiradores, que para os portugueses, o termo correto é *inconfidentes*.

A respeito da presença desses interesses, em cinco dos livros didáticos analisados é possível observar algum tipo referência. São eles: *Diversidade Cultural e Conflitos*, capítulo *Mito e Memória Histórica*; *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*, capítulo *“Liberdade Ainda que Tardia”*; *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental*, capítulo *As Conjurações*; *História Geral e do Brasil: Consolidação do Capitalismo e Brasil Império*, capítulo *Brasil: a independência*; e *História e Vida*, capítulo *Houve Muitas Revoltas*. Destes, somente o primeiro, destacou que os conspiradores agiram movidos por interesses econômicos, mas apenas o fez de maneira superficial. Os textos *“Liberdade Ainda que Tardia”*, *Brasil: a independência* e *Houve Muitas Revoltas* restringem a questão dos interesses pessoais a Silvério dos Reis, citando-o como único a agir de acordo com interesses particulares. O texto *As Conjurações* apenas refere-se a tais interesses de forma genérica.

Sobre a utilização do termo correto, se *conspiradores* ou *inconfidentes*, bem como se a denominação mais apropriada para o movimento é *inconfidência* ou *conjuração*, somente em alguns livros didáticos essa discussão encontra-se presente. Apenas *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental*, no capítulo *As Conjurações*, e *História e Vida*, no capítulo *Houve Muitas Revoltas*, trazem alguma referência acerca dessa

discussão. Neste último livro didático, cujo movimento recebe a tripla denominação de *inconfidência*, *revolução*, *conspiração* e *conjuração*, a discussão é mais satisfatória do que em *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental*. Inclusive, há um parágrafo que explica o termo *inconfidência* e sua inadequação, sendo, de acordo com o que é exposto, a denominação mais correta é *conjuração*. Em *As Conjurações*, embora haja opção por essa denominação, aos planos é feita uma referência como sendo eles *revolucionários*. Igualmente ao capítulo *Houve Muitas Revoltas*, o capítulo *Brasil: a independência*, do livro didático *História Geral e do Brasil: Consolidação do Capitalismo e Brasil Império*, o movimento recebe várias denominações: *inconfidência*, *conjuração* e *conspiração*, exceto, *revolução*.

No livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*, o termo *inconfidência* é o único pelo qual o movimento é apresentado. Em *Do Século XVIII ao Século XIX*, capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil*, movimento revolucionário e *inconfidência* são os únicos utilizados, sendo este com maior ênfase. Já em *Brasil: da Chegada dos Portugueses à Independência Política*, capítulo *As Rebeliões Separatistas*, somente é utilizado o termo *inconfidência*. Diferentemente, *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*, capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*” faz uso apenas do termo *conspiração*. Faz-se necessário destacar que excetuando *Houve Muitas Revoltas* e *As Conjurações* nenhum dos demais textos analisados discutem o emprego dessa ou daquela denominação ao movimento.

Quanto às divergências que existiram dentro do grupo dos conspiradores mineiros, alguns textos, dentre eles *As Rebeliões Separatistas*, “*Liberdade Ainda que Tardia*” e *Houve Muitas Revoltas*, faz algum tipo de abordagem. O primeiro, faz, de forma tímida e simplificada, menção à discordância a respeito da escravidão. Entretanto, somente os dois últimos expõem, de maneira satisfatória e semelhante, as divergências acerca da escravidão. Sobre o sistema de governo, o qual consistia em um dos planos a ser executado, apenas o segundo texto dá tratamento que merece algum tipo de elogio. Os demais textos são lacunares no que concerne às divergências. Acredito que isso aconteça, não por falta de fontes que possibilitem encontrar as referências corretas sobre os pontos divergentes, mas, quiçá, porque não houve interesse, por parte dos autores dos livros didáticos, em transmitir um conhecimento melhor trabalhado em se tratando desse ponto. Os *Autos de Devassa da*

Inconfidência Mineira são as melhores fontes, embora sejam oficiais e procurem transmitir a interpretação dos portugueses do acontecimento, nas quais informações, até certo ponto, seguras podem ser colhidas. Mas uma leitura atenta e rigorosa dessas fontes custa tempo a quem pretende encará-las, e como a produção de livros didáticos, às vezes, não é acompanhada de boas referências bibliográficas, a superficialidade e as lacunas costumam sobressair.

Outro ponto que não aparece na abordagem do tema da Inconfidência Mineira, nos livros didáticos analisados, é o período (1783–1788) em que Cunha Meneses foi governador da Capitania de Minas Gerais. Também nesse ponto, a ausência de referências a respeito desse período não é a falta de dados, mas sim a carência de pesquisa. As *Cartas Chilenas*, publicadas em livro desde a década de 1970, constituem uma fonte documental importante e segura desse período. Outra fonte que é bastante clara quanto a importância desse período para a elaboração dos planos conspirativos é o *Dicionário de História de Portugal e do Brasil*. Em relação a este, talvez haja dificuldade de encontrá-lo para pesquisa, pois ele fora confeccionado no ano de 1971, em Lisboa, a pedido da *Iniciativas Editoriais*, Rio de Janeiro.

Em todos os livros didáticos analisados, existe algum tipo de lacuna com relação à temática da Inconfidência Mineira. Os que menos apresentam deficiência na abordagem dessa temática são os capítulos *Houve Muitas Revoltas*, do livro *História e Vida e “Liberdade Ainda que Tardia”*, do livro *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*. Embora ainda seja percebida, no que tange à abordagem, uma estrutura que não dá muita abertura a uma problematização mais consistente, é possível verificar que a exposição é realizada de forma satisfatória. No primeiro livro didático, a Inconfidência Mineira não encontra-se deslocada dos demais acontecimentos que a antecederam, havendo um elo entre estes e aquela. Além disso, é observado que a preocupação não é apenas informar, mas apresentar uma versão menos simplista, o que não é suficiente para identificá-lo como sendo um dos melhores conteúdos a respeito do movimento. Por exemplo, embora haja destaque à pessoa de Tiradentes, apresentando como principal divulgador das idéias conspirativas, há também um pequeno texto que discute por que somente ele foi enforcado.

De acordo com o *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*, a coleção didática *História e Vida Integrada* recebeu a melhor classificação: três estrelas. Porém, se fosse para empregar essa mesma classificação ao conteúdo da *Inconfidência Mineira*, ele continuaria com as três estrelas, mas com algumas ressalvas. Entretanto, as pequenas lacunas não comprometem a abordagem, apenas deixa-a superficial em alguns pontos. Por exemplo, emprega-se importância demasiada às idéias de liberdade difundidas nas recém independentes Treze Colônias, posteriormente Estados Unidos da América, e na Revolução Francesa, como sendo elas uma das razões principais, ao lado da derrama que seria cobrada, pelas quais a revolta da população da Capitania de Minas Gerais aumentava de intensidade.

De abordagem mais consistente, superando o primeiro texto, “*Liberdade Ainda que Tardia*” sobressai por algumas razões: a primeira delas é que a *Inconfidência Mineira*, ou melhor, suas “raízes”, é apresentada como fazendo parte de um contexto histórico amplo. Para explicá-la, tem-se, como início na narrativa, a conjuntura histórica do início do século XVIII, na qual Portugal, especialmente em função do *Tratado de Methuen* (1703), encontrava-se dependente, com relação à produção têxtil, da Inglaterra, e, por essa razão, a balança comercial para os portugueses era desfavorável, tendo como consequência imediata a necessidade de maiores quantidades de ouro para que eles pudessem pagar as importações. Isso implicou num maior rigor em se tratando da fiscalização do pagamento dos impostos, que era feito em ouro. Ouro este extraído da Capitania de Minas Gerais²¹⁸. Ressalte-se, também, que essa explicação é seguida de parágrafos nos quais é apresentada a progressiva escassez do ouro e a conseqüente falta dele para o cumprimento da cota de 150 arrobas anuais, o *quinto*. Em seguida, é abordado, levemente, é preciso ressaltar, o período em que Pombal esteve à frente do Ministério da Marinha e Ultramar e as tentativas que ele adotou para manter a regularidade do *quinto*. Após a exposição desse período, alguns parágrafos são destinados a rápidas referências aos pensamentos revolucionários vindos da América do Norte, constituição dos Estados Unidos em 1776, e às idéias revolucionárias de

²¹⁸ É importante ressaltar que as capitanias de Goiás e Mato Grosso também contribuíram na exploração do ouro. Entretanto, as quantidades de ouro retiradas dessas duas capitanias foram muitas vezes menor do que as extraídas na Capitania de Minas Gerais. Apenas como informação complementar, o ouro começou a ser extraído em Goiás em 1730. Enquanto em Minas Gerais se extraía 7.500 quilos, em Goiás retirava-se apenas 1.000 quilos. Em Mato Grosso a exploração iniciou-se um pouco antes que em Goiás, foi em 1721. O maior volume que foi extraído do território matogrossense não ultrapassou os 1.100 quilos.

1789, na França, bem como suas influências na capitania. Em seguida, dá-se início a abordagem da Inconfidência Mineira com uma rápida menção ao reinado de D. Maria I, dando ênfase à queda da produção aurífera na capitania. Dessa menção, passa-se ao próximo parágrafo no qual argumenta-se que a nomeação de Barbacena, como novo governador da capitania, e a tarefa a ele incumbido de realizar a derrama, fora o fator principal pelo qual os planos conspirativos começaram a ser elaborados, esquecendo-se do governo de Cunha Meneses e os vários embates políticos, e até pessoais, entre os conspiradores, com destaque para Tomás Antônio Gonzaga e esse governador.

O conteúdo não é completo, porém consegue ir além de uma abordagem meramente superficial e informativa. Contribui, para isso, o bom tratamento dispensado à divergência entre os conspiradores acerca de alguns dos planos conspirativos, assim como uma visão crítica sobre a condenação, à força, de Tiradentes. Por essa abordagem extremamente satisfatória, o conteúdo da Inconfidência Mineira mereceria três estrelas, embora a coleção *História: Passado e Presente*, da qual *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* faz parte, tenha sido classificada, no Guia, com uma estrela.

Com relação aos subtópicos que orientaram as análises, todos os livros didáticos apresentam algum tipo de lacuna, conforme já ressaltai anteriormente. O conteúdo relativo à temática da Inconfidência Mineira do texto *Brasil: a Independência* contempla a maior parte dos subtópicos, porém o faz de maneira muito superficial e linear. Antes de iniciar a exposição dessa temática, é apresentada uma diferenciação entre os movimentos que desejavam apenas modificar a dominação portuguesa e os que tinham como propósito a independência do Brasil de Portugal. Logo após, dá-se início à temática enfocando o declínio do ouro na Capitania de Minas Gerais, passando à menção do clima de revolta e tensão gerados pela cobrança dos impostos. Para discutir, efetivamente, o tema, são apresentados os planos conspirativos, e, posteriormente, a repressão das autoridades portuguesas aos conspiradores. O texto é acompanhado de dois textos complementares. Sendo um deles, com base na interpretação de Boris Fausto acerca do movimento, e o outro constitui-se em um excerto da sentença de Tiradentes.

De abordagem semelhante a esta, a apresentada em *As Rebeliões Separatistas*, é igualmente simplificadora. Antes de se iniciar a exposição do tema da Inconfidência Mineira, discute-se, superficialmente, a situação de Portugal frente ao comércio

desfavorável com a Inglaterra e o meio utilizado pelos administradores do reino português – a cobrança de impostos em ouro – para o pagamento das importações. Logo em seguida, enfoca-se o período pombalino e algumas de suas medidas para aumentar a arrecadação em ouro e amenizar a dependência comercial portuguesa em relação à Inglaterra. A seguir, é construído um parágrafo para expor, de forma genérica, o reinado de D. Maria I, com destaque para uma de suas principais medidas: a proibição de manufaturas e a extinção das já existentes no vice-reinado do Brasil com o *Alvará de 05/01/1785*. Além disso, apresenta-se um trecho do mesmo alvará. Posterior a isso, enfoca-se o declínio da extração do ouro, tendo como ilustração uma tabela que mostra a produção aurífera compreendida entre 1750 e 1799, e a cobrança dos impostos atrasados, por meio da derrama, e a revolta que essa medida causou entre os mineiros que encontravam-se em débito com o Erário Real. Por fim, completa-se a abordagem com a uma pequena e tímida discussão acerca dos planos e dos conspiradores, os quais aparecem no capítulo como sendo inconfidentes. Essa abordagem é construída através de três subtítulos, a saber, *A Metrópole Pressiona*, *Crise em Minas Gerais* e *A Inconfidência Mineira*, sem, contudo, haver uma efetiva ligação entre eles, principalmente entre o primeiro e o segundo subtítulos. Já com relação a este e o terceiro, há um elo. Embora esse texto tenha contemplado quase todos os subtópicos, é perceptível que eles são abordados de maneira bastante insatisfatória pela sua linearidade na construção da narrativa.

Para discutir a Inconfidência Mineira, o texto *As conjurações* parte de uma rápida e abrangente menção à exploração colonial, passando à influência do Iluminismo, dos ideais burgueses de liberdade comercial e igualdade constitucional e da independência das Treze Colônias inglesas na América. Discute-se a imprecisão do termo *inconfidência* sem, contudo, justificar a preferência das autoras de *Nas Trilhas da História: séries Finais do Ensino Fundamental* pela denominação de *conjuração*. Logo em seguida, é apresentada como justificativa principal para a elaboração dos planos conspirativos a cobrança de impostos na Capitania de Minas Gerais e o descontentamento causado entre os principais devedores do Erário Real pela cobrança dos impostos atrasados. Por fim, são expostos os planos conspirativos. Esse é um dos textos que não contemplou todos os subtópicos, apresentando um tratamento do tema sem profundidade analítica.

De caráter também superficial, o texto *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* expõe o tema da Inconfidência Mineira de maneira simplória. A discussão desse tema é iniciada de maneira um pouco confusa ao anunciar que a adesão às regras do patriarcalismo não constituiu-se no único meio para a solução de problemas sociais na colônia brasileira. Logo após, no parágrafo seguinte, apresenta-se os movimentos que surgiram na tentativa de resolver tais problemas, apenas mencionando-os. Um outro parágrafo é destinado ao objetivo dos inconfidentes que, de acordo com o que é exposto, constitui-se na independência da Capitania de Minas Gerais. Em seguida, os ideais de igualdade e liberdade presentes na França do século XVIII e na independência das Treze Colônias inglesas na América são apresentados como sendo eles os responsáveis diretos pela crítica, por parte dos brasileiros, do pacto colonial. A abordagem termina com uma rápida e superficial referência aos planos conspirativos, à delação dos mesmos por Silvério dos Reis, à sentença dos conspiradores e, por último, um box dedicado à pessoa de Tiradentes. Não foi observado nenhum esforço no intuito de transmitir o tema em questão de forma a problematizar alguns pontos. De todos os textos analisados, este foi o que menos contemplou os subtópicos. Em outro texto, *Mito e Memória Histórica*, do mesmo livro didático – *Diversidade Cultural e Conflitos* –, uma página e meia é destinada à discussão da construção do “herói” Tiradentes. Embora a intenção aparente tenha sido essa, é possível observar vários pontos que poderiam ser incorporados ao texto *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* enriquecendo-o. Por exemplo, o destaque que é feito dos interesses econômicos dos conspiradores e a criação do “herói” Tiradentes.

Contrastando com as duas estrelas recebida pela coleção *História Temática*, da qual o texto *Diversidade Cultural e Conflitos* faz parte, este mereceria, pela abordagem superficial, lacunar e simplória do tema da Inconfidência Mineira, apenas uma estrela. Se a ele fosse incorporado alguns pontos do texto *Mito e Memória Histórica* a abordagem ficaria, quiçá, mais completa, permitindo, assim, que o leitor tivesse uma melhor compreensão da Inconfidência Mineira.

De todos os livros didáticos analisados o mais superficial é, sem dúvida, *Os Movimento de Libertação no Brasil*. Nele apenas cinco dos dez subtópicos encontram-se contemplados. Ausente de problematização e carente de profundidade analítica, o texto é construído a partir de informações superficiais. A abordagem é iniciada tendo como

enfoque a tomada de consciência crítica dos brasileiros acerca da colonização, tendo contribuído para isso as idéias de liberdade que eram divulgadas na Europa e a independência das Treze Colônias inglesas na América. Análogo ao que foi observado nos demais livros didáticos, nesse o aspecto econômico – a cobrança de imposto – e o esgotamento do ouro sobressaem. Nessa obra didática, a Inconfidência Mineira surge, de forma bastante simplória, nos casarões de Vila Rica. A abordagem termina com a enumeração dos participantes dos conspiradores. O conteúdo é bastante conciso e simplificador. Além disso, Tiradentes é apresentado como tendo sido o mais radical dos ativistas dentre aqueles que compunham o grupo dos conspiradores. Ressalte-se que um trecho do acórdão é citado, mas sem ser, contudo, efetivamente integrado à narrativa do livro didático em questão. Essa obra didática utiliza-se de um artifício bastante corriqueiro nos livros didáticos: expor um tema, o qual possui algumas contradições, sem que elas apareçam, tornando-o de fácil apreensão por parte dos estudantes. Esse tipo de narrativa não contribui para que o leitor venha a ter uma compreensão crítica dos acontecimentos que povoam a História do Brasil.

Tendo conhecimento de que muito ainda há que ser estudado sobre os livros didáticos, neste trabalho, mesmo que a preocupação tenha se restringida apenas à análise dos conteúdos que abordam a temática da Inconfidência Mineira, procuramos contribuir no sentido de apresentá-los como obras cujos conteúdos didáticos devem constituir-se em objetos merecedores de problematização, face a dimensão por eles alcançada como instrumento de fundamental importância no processo de aprendizagem.

Os livros didáticos são, em geral, portadoras de várias deficiências teóricas que podem influenciar diretamente na formação intelectual dos estudantes. As informações por eles apresentadas necessitam de estudos, pois em muitos casos elas são fragmentadas e extremamente factuais. Temos que reconhecer que muitos avanços foram obtidos no sentido de melhorar o conteúdo. Isso deve-se, em grande parte, às avaliações dos livros didáticos através das equipes de pareceristas montadas pelos técnicos do Ministério da Educação.

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.28-41. (Coleção Repensando o Ensino).

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Gomide; MOURA, Regina Célia de. Os movimentos nativistas dos séculos XVII e XVIII. In: **Nas trilhas da História – séries finais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000 p.106-110. (Coleção nas Trilhas da História).

_____. As conjurações. In: **Nas trilhas da História – séries finais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. p.111-115. (Coleção nas Trilhas da História).

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. 190p.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.69-103. (Coleção Repensando o Ensino).

BOMBA Pedagógica. **Isto É**, São Paulo, n. 1396, p. 42, jul.1996.

CABRINI, Conceição; CATELLI JÚNIOR, Roberto; MONTELATO, Andréa. Fragmentos da vida colonial no Brasil. In: **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001 p.130-146. (Coleção História Temática).

_____. Mito e memória histórica. In: **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001 p.10-29. (Coleção História Temática).

CÂMARA DOS DEPUTADOS; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Autos de Devassa da Inconfidência Mineira**. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976. 10v.

CARMO, Sônia Irene do; COUTO, Eliane. “Liberdade ainda que tardia”. In: **A consolidação do capitalismo e o Brasil Império**. 12. ed. São Paulo: Atual, 2001. p.27-32. (Coleção História Passado e Presente).

CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In: **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.55-73.

COMO e por quê. **Nova Escola**. São Paulo, p.62-63, dez. 2000.

COTRIM, Gilberto. Brasil: a independência. In: **História geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999. p.77-81. (Coleção Saber e Fazer História).

COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p.159.

FNDE licita produção de Guia do PNLD – 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/noticias./release/_02212003_1.html>. Acesso: em 16 mar. 2003.

JARDIM, Márcio. **A Inconfidência Mineira: uma síntese factual**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p.345.

GATTI JÚNIOR, Décio. **Livro didático e ensino de História: dos anos 60 até os nossos dias**. 1998. 273f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1998.

LIMA E FONSECA, Thais Nívea. O livro didático e a sala de aula: possibilidades de abordagem. In: **Anais do XI Encontro Regional de História: História e exclusão social – ANPUH-MG**. Uberlândia: Edufu, 1998. p.24-25.

_____. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.91-121

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Apresentação. In: **História: novos problemas**. 2. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.12-15.

LIVROS Didáticos em Braille. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/boletim/m03.shtm>>. Acesso em: 23 nov.2002.

MALHEIROS, Yara. Veja com que livros seus alunos estão “aprendendo”. **Nova Escola**, São Paulo, n. 17, p. 24-27, ago. 1994.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808**. Tradução de João Maia. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 317p.

MELLO E SOUZA, Laura de. 3. ed. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal, 1990. 237p.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 295p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/1999**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. p.9-17.

_____. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**. Ministério da Educação: Brasília, 2001. p.9-29.

_____. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª Séries: PNLD/2002**. Ministério da Educação: Brasília, 2001. p.272-296.

_____. Introdução Geral. In: **Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p.9-29.

_____. História. In: **Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p.32-43.

ORDEÃOZ, Marlene; VALENTINI, Lucy Rosemira; VILELA, Maria Célia Pinto. Os movimentos de libertação no Brasil. In: **Do século XVIII até o século XIX**. São Paulo: Ibep, 2002, p.76-95. (Coleção Cultura e Sociedade Histórica).

ORDEÃOZ, Marlene. As primeiras rebeliões na colônia. In: **Da chegada dos portugueses à independência**. São Paulo: Ibep, 1999. p.146-155. (Coleção Horizontes).

_____. As rebeliões separatistas. In: **Da chegada dos portugueses à independência**. São Paulo: Ibep, 1999. p.156-165. (Coleção Horizontes).

OS APROVADOS: veja a lista do MEC. **Nova Escola**. São Paulo, p.39, out. 1996.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio. Houve muitas revoltas. In: **História e vida**. São Paulo: Ática, 1997. p.70-80. (Coleção História e vida Integrada).

PRADO, Ricardo. Os bons companheiros. **Nova Escola**, São Paulo, p.14-20, mar. 2001.

RODRIGUES, José Honório. Reflexões sobre o rumo da História. In: **História, corpo do tempo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p.15-39.

VERGUEIRO, Laura. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 85p. (Coleção Tudo é História).

ZILBERMAN, Regina. No começo, a leitura. In: **Em aberto – livro didático e qualidade**, v.16, n.69, jan./mar. 1996. p.20-38. Disponível em: <[http://: www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso: em 16 mar. 2003.